

16.º

CONGRESSO DOS
ARQUITECTOS

2-4

CHANGEMATTERS.
ARQUITECTOS.PT

SÃO MIGUEL,
AÇORES

MAR

2023



**QUALIDADE E
SUSTENTABILIDADE:
CONSTRUIR O
[NOSSO] FUTURO**

ATAS

Ponta Delgada,
Açores
2-4 de Março de 2023

**16.º Congresso
dos Arquitetos**

Caderno de Atas do 16.º Congresso dos Arquitectos

Qualidade e Sustentabilidade: Construir o [nosso] Futuro

Ordem dos Arquitectos

Edição policopiada e
disponível para impressão

Lisboa
Maio 2023

Ficha técnica

Montagem e edição

Rui Seco

Relatos das Sessões Sectoriais

Sessões Sectoriais 1 e 2: Joana Mourão

Sessões Sectoriais 3 e 4: Patrícia Robalo

Sessões Sectoriais 5 e 6: Susana Machado

Sínteses das Sessões do Congresso

Sessão de Abertura e Mensagens aos

Congressistas: Rui Seco

Sessões Plenárias de Apresentação, Deliberação e
Encerramento: Cristina Meneses

Moção do 16º Congresso dos Arquitectos

Comissão de Redação, conjuntamente com
representantes das três moções apresentadas -
André Fernandes, Pedro Novo e Carla Lima Vieira -,
Cristina Meneses e Rui Seco

Conclusões do 16º Congresso dos Arquitectos

Comissão de Redação

16.º

CONGRESSO DOS
ARQUITECTOS

2-4

CHANGEMATTERS.
ARQUITECTOS.PT

SÃO MIGUEL,
AÇORES

MAI

2023



ÍNDICE GERAL

Convocatória para congressistas

Change Matters

5

Warm Up: Sessões Online

Clima para Mudança

15

Programa do Congresso

21

Mensagem da Comissária Europeia

Elisa Ferreira

29

Sessão de Abertura

33

Apresentação Um retrato da Profissão

35

Conferências: Adapt for Change

Non-Extractive Futures [Futuros Não-Extrativos]

Charlotte Malierre-Barthes

39

Through Reduce, Reuse, Recycle and Renewables
[Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Renovar]

Barbara Buser

40

Sessão Plenária de Apresentação

41

Apresentação de Moções:

Orientações Para a Estratégia Global de
Sustentabilidade na Gestão da OA

Rui Morbey Souto e 22 Subscritores

47

Sustentável Arquitecto

Avelino Oliveira e 41 subscritores

49

Proposta de Lei da Arquitectura e da Paisagem
- Da Ambição à Ação: Pela Qualidade da nossa
Arquitectura e da nossa Paisagem

Gonçalo Byrne, Presidente do Conselho Diretivo
Nacional

51

Sessão Sectorial 1

Repensar os Recursos e adaptar para a Casa

Comum: Circularidade e Reabilitação

53

Sessão Sectorial 2

Repensar os Recursos e adaptar para a Casa Comum:

Materialidade Sustentável e Transição Digital

63

Sessão Sectorial 3

Planear para a Resiliência, Inclusividade e Saúde da

Casa Comum: Habitação e Inclusão

71

Sessão Sectorial 4

Planear para a Resiliência, Inclusividade e Saúde da

Casa Comum: Sustentabilidade pelo Desenho

79

Sessão Sectorial 5

Colaborar pelo Compromisso com a Qualidade da Casa

Comum: A Prática, a Instituição e o Bem Comum

87

Sessão Sectorial 6

Colaborar pelo Compromisso com a Qualidade da Casa

Comum: Governança e Qualidade

99

Conferência: Change Matters

The Nature of Buildings [A Natureza dos Edifícios]

Xavier Ros, HARQUITECTES

107

Sessão Plenária de Deliberação

111

Moção do 16.º Congresso dos Arquitectos

Da ambição à ação: Pela Qualidade, pela
Sustentabilidade da Profissão, da Instituição,
da Arquitectura e da Paisagem

117

Conclusões do 16.º Congresso dos Arquitectos

Roteiro para a Mudança: Qualidade e
Sustentabilidade para Construir o Nosso
Futuro

119

Sessão de Encerramento

123

Mensagem do Presidente da República Portuguesa,

Marcelo Rebelo de Sousa

129

Reclamações e Respostas

133

Organização

137

**CHANGE MATTERS
CONVOCATÓRIA PARA
CONGRESSISTAS**

CHANGE MATTERS CONVOCATÓRIA PARA CONGRESSISTAS

12 de janeiro de 2023

**A Ordem dos Arquitectos
convida os seus membros
a participar e a apresentar
comunicações,
recomendações ou
moções de orientação no
16.º Congresso dos
Arquitectos, nos Açores
(Ponta Delgada, S. Miguel).**

O Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Arquitectos (OA) identificou o desenvolvimento sustentável como paradigma para o futuro. Este Congresso, reunido sob o tema QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE: CONSTRUIR O [NOSSO] FUTURO, é a oportunidade para discutir entre todos uma agenda comum pela sustentabilidade – por uma sociedade sustentável, uma arquitetura sustentável, uma profissão sustentável. A prática de futuros Arquitectos e projetistas, nas múltiplas dimensões do seu exercício disciplinar, será, inevitavelmente, diferente da de gerações anteriores. Carregamos algumas responsabilidades para levar a cabo este futuro e mudar o foco para os processos de renovação, construção e demolição, com atenção a ecologias regionais da construção, às dinâmicas sociais e de trabalho de quem constrói, à habitabilidade e manutenção do que é construído, à produção e ao fornecimento local de materiais e aos fluxos de emissões de carbono incorporados nestes processos. O domínio do arquiteto e projetista deve expandir-se para além da conceção de objetos e edifícios, e conter novas formas de organização, novos métodos de investigação e de conceção e a exploração de materiais e técnicas de construção. Em risco está o futuro cultural, social, ambiental e territorial, não só da profissão, mas também do mundo. A OA entende que as agendas sobre sustentabilidade, resiliência e eficiência devem considerar as diferentes escalas e relações entre partes, nomeadamente a escala do território. Ao ler e compreender o território, é imperativo que Governos, Universidades, Centros de Investigação e Associações Profissionais tenham um maior conhecimento das transformações em curso. Mudanças na demografia e mobilidade deixarão uma influência indelével nas trocas entre paisagem natural e artificial entre urbano e rural. É necessário compreender tudo o que determina a prática dos Arquitectos, promovendo uma maior sensibilização para o seu papel como moderadores da ação no território, integrando noções de 'retorno' e 'inserção' dentro do âmbito da construção e do exercício da arquitetura, com atenção à mobilidade de pessoas e circularidade de bens nesse território. O país deve compreender as novas escalas de tempo - já, agora, hoje e futuro -, os momentos e as ações de transformação, para que a OA e os

Arquitectos possam compreender melhor o como e o quando, e assim informar e contribuir para os processos em curso de transformação ecológica, digital e carbónica. O 16.º Congresso dos Arquitectos investiga, assim, novas formas de intervenção como meio de promover a consciência coletiva sobre o impacto social da arquitetura. Arquitectos e projetistas assumem o papel de mediador e gestor de recursos, promovendo a integração de conhecimentos e capacidades interdisciplinares e transdisciplinares. Neste contexto, questionamos o papel da sustentabilidade, da ecologia e da ética na prática contemporânea da Arquitetura.

CHANGE MATTERS CONVOCATÓRIA PARA CONGRESSISTAS

**REPENSAR OS RECURSOS
E ADAPTAR PARA A
CASA COMUM**

Sessão Sectorial 1 Circularidade e Reabilitação

À circularidade da nossa economia, interessa promover as noções de 'retorno' – devolver à comunidade e ao meio ambiente a energia e matéria extraídos – e de 'inserção' positiva – aquela que repõe a energia que retiramos para a produção de bens essenciais e outros próprios da nossa vida contemporânea. Para tal, importa entender quais os agentes e as ações de transformação e, consequentemente, informar os processos em curso de transição ecológica, digital e carbónica. A conceção do projeto como desenho do 'retorno' e da 'inserção' possibilita, assim, um fluxo estável e simbiótico entre partes e uma prática circular. Neste âmbito, o setor da construção, em especial o da reabilitação, tem um elevado potencial de circularidade e deve desempenhar um papel central na transição para uma economia verde em espaço urbano. Mais eficaz no consumo de energia em obra e na produção de materiais, e mais competente no uso de recursos, assente num modelo de crescimento regenerativo. Mais eficiente na extração e na geografia da cadeia matéria-prima, produção, fornecimento e consumo, de modo a reduzir a dependência do transporte de longo curso e motivar a circularidade de materiais e serviços.

Sessão Sectorial 2 Materialidade Sustentável e Transição Digital

O reconhecimento da finitude dos recursos naturais e a emergência de uma prática mais sustentável impõem questionar o mito do progresso e eleger o projeto enquanto instrumento que garante a reposição do capital natural. Restabelecer uma prática que se relacione com o território e com os seus limitados recursos endógenos torna-se cada vez mais essencial. Uma prática que reconhece a disponibilidade – finita – de recursos, o compromisso com a sua reposição e a necessidade de estabelecer alternativas de infraestrutura e construção, com atenção ao conforto, práticas e comportamento de utilizadores e comunidade. Esta consciência deve acompanhar a agenda de práticas e instituições para a transição digital. A arquitetura necessita

de uma abordagem que privilegia o uso de ferramentas digitais de projeto, mas também de medição e monitorização de parâmetros de comportamento com atenção ao ciclo de vida, que convergem fora do programa da arquitetura como exercício estético e funcional. A transição digital deve reconhecer como prioridade o valor da disciplina da arquitetura enquanto desenho do comportamento humano e ambiental. † Restabelecer uma prática da arquitetura que se relacione com o território e com os seus limitados recursos endógenos, que tem em conta o conforto e o comportamento da comunidade, é, cada vez mais, essencial.

CHANGE MATTERS CONVOCATÓRIA PARA CONGRESSISTAS

**PLANEAR PARA A
RESILIÊNCIA,
INCLUSIVIDADE E SAÚDE
DA CASA COMUM**

Sessão Sectorial 3 Habitação e inclusão

A resiliência é uma condição das comunidades que, ao longo da história, sobreviveram e cresceram, mas o impacto da urbanização não planeada e a sobrelocação de cidades comprometem a capacidade de enfrentar catástrofes e evitar os impactos negativos da ação climática e promovem desigualdades de direitos entre cidadãos. O direito à habitação, consagrado na Constituição da República Portuguesa - "Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar" - obriga a uma prática da arquitetura que reconhece os parâmetros que definem a condição humana e ambiental, na perspetiva do conforto e dos modos de habitar, ao invés de privilegiar parâmetros representativos do programa estético e funcional do projeto/ edifício. Uma prática que olha para a habitação como uma oportunidade para a requalificação dos espaços urbanos e para a promoção do ambiente, sadio e ecologicamente equilibrado, que todos temos o dever de defender. O desafio da resiliência obriga a um olhar coletivo para o ambiente construído e para o parque habitacional, garantindo que ninguém fica para trás.

Sessão Sectorial 4 Sustentabilidade pelo desenho

O desenho de edifícios, mas também de cidades e territórios, deve incorporar a produção e o fornecimento do que consumimos e, também, o retorno da sua energia e material à 'terra'. A eficiência de um edifício não pode ser isolada da sua envolvente, características, relação com as oportunidades e soluções de controlo ambiental passivo, hábitos e cultura do utilizador, etc. Cidade, edifícios e pessoas incorporam e partilham comportamentos. Comportamentos que projetistas e investigadores das ciências sociais podem desenhar e entender e que todos aqueles com responsabilidades no desenho e na gestão dos nossos territórios devem ter presentes. 5 Não podemos limitar a ação de instituições, autoridades e legisladores à

produção de soluções que reportam apenas à produção e ao uso eficiente de energia, à reconversão de materiais de construção e ao uso de mão-de-obra qualificada. Como Arquitectos, cabe-nos integrar, de forma circular, a projeção de impactos e o desenho dos retornos, eliminando os efeitos negativos daquilo que concebemos e tornando prioritário restabelecer um percurso de contributos positivos para o nosso território, o nosso lugar-comum.

CHANGE MATTERS CONVOCATÓRIA PARA CONGRESSISTAS

**COLABORAR PELO
COMPROMISSO COM A
QUALIDADE DA CASA
COMUM**

Sessão Sectorial 5 Prática, instituição e bem comum

A importância da qualidade da arquitetura e da paisagem para o desenvolvimento do País, e para o bem-estar dos cidadãos, é reconhecida, desde logo, na Constituição da República Portuguesa. Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e participação dos cidadãos, promover a qualidade ambiental, na defesa de um interesse que é público: o direito a uma arquitetura e paisagem de qualidade. E incumbe à Ordem dos Arquitectos assegurar a salvaguarda desse interesse público por um correto ordenamento do território, por um urbanismo de qualidade, pela defesa e promoção da paisagem, do património edificado, do ambiente, da qualidade de vida e pelo direito à arquitetura. Uma arquitetura que assegura a sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, a eficiência energética e o combate às alterações climáticas. Perante o desigual poder de decisão e influência dos diferentes intervenientes nos processos de planeamento, desenho e edificação, e em prol de um território inclusivo, impõe-se o centrar da prática da arquitetura em torno da sustentabilidade do meio ambiente e impõe-se à Ordem dos Arquitectos promover, entre Arquitectos, e junto da sociedade civil, conhecimento para uma transição ecológica e uma maior responsabilidade perante a comunidade e o território. Todos devemos assumir o compromisso da contenção e restrição necessário à manutenção e reposição do capital natural. Esse é o nosso pacto no projeto da casa comum.

Sessão Sectorial 6 Governança e qualidade

A transformação de territórios e cidades é frequentemente vista como um processo político, tecnocrático ou liderado por investidores privados, que exclui os cidadãos dos processos de tomada de decisão. A viabilidade económica e a elevada rentabilidade da operação sobrepõem-se à qualidade do que construímos, produzindo resultados insatisfatórios do ponto de vista dos utilizadores finais e do bem-estar social. As conclusões do Conselho da UE sobre

«Cultura e uma arquitetura e paisagem construída de elevada qualidade como elementos-chave da Nova Bauhaus Europeia» reconhecem o papel central dos Arquitectos no desenvolvimento de uma arquitetura e ambiente de vida de alta qualidade. Os Estados-Membros são convidados a uma abordagem orientada para a qualidade como base para tomar decisões informadas no planeamento e gestão da paisagem e considerando todo o ciclo de vida dos edifícios. As decisões de governança são o arranque e o motor para a construção de um ambiente construído qualificado e o assegurar da sustentabilidade ambiental, social, económica e cultural. A defesa de territórios e cidades inclusivos e sustentáveis, da casa comum, exige que todos - instituições, reguladores, promotores, projetistas e cidadãos - estabeleçam um diálogo contínuo sobre a qualidade da arquitetura e do ambiente construído. Sem políticas de encomenda, políticas de arquitetura e políticas de preservação e valorização do património construído e natural, nacionais e locais, adequadas e que prevejam e promovam a qualidade do nosso território, da nossa arquitetura, do nosso património, a construção do [nosso] futuro está comprometida. Projetar deve ser uma prática colaborativa, que legitima os processos de mudança, convocando a todos e a todos comprometendo numa ambição global da qualidade da nossa casa comum.

WARM UP:
PREPARAÇÃO E
DIVULGAÇÃO DO
CONGRESSO

**CLIMA PARA
MUDANÇA**

CLIMA PARA MUDANÇA

WARM UP:

SESSÕES ONLINE
DE PREPARAÇÃO E
DIVULGAÇÃO DO
CONGRESSO

SESSÃO 1

9 de fevereiro

Repensar os recursos e
adaptar para a casa
comum

17h30 _ canal YouTube da OA
<https://www.youtube.com/watch?v=AvR4lwHW6c>

SESSÃO 2

16 de fevereiro

Planear para a
resiliência, inclusividade
e saúde da casa comum

17h30 _ canal YouTube da OA
<https://www.youtube.com/watch?v=2xynswmSp7Y&t=2384s>

SESSÃO 3

23 de fevereiro

Colaborar pelo
compromisso com a
qualidade da casa
comum

17h30 _ canal YouTube da OA
<https://www.youtube.com/watch?v=JsCzualAvn0&i=3542s>

O 16.º Congresso dos Arquitectos investiga novas formas de intervenção, como meio de desenvolver a consciência coletiva sobre o impacto social da arquitectura. Sob o tema QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE: CONSTRUIR O [NOSSO] FUTURO, proporciona uma oportunidade para discutir entre todos uma agenda comum pela sustentabilidade – por uma sociedade sustentável, uma arquitectura sustentável, uma profissão sustentável. Arquitectos e projectistas assumem o papel de mediadores e gestores de recursos, promovendo a integração de conhecimentos e capacidades interdisciplinares e transdisciplinares.

Neste contexto, questionamos o papel da sustentabilidade, da ecologia e da ética na prática contemporânea da Arquitectura.

Foram realizadas 3 sessões de divulgação e preparação para o 16.º Congresso dos arquitectos, tendo lugar semanalmente online, envolvendo oradores convidados, especialistas nas áreas temáticas abordadas no Congresso e com a participação de professores e alunos das escolas de Arquitectura:

CLIMA PARA MUDANÇA WARM UP 1

<https://www.youtube.com/watch?v=IAvR4lwHW6c>

CONVIDADOS:

Sílvia Benedito, Comissão Científica do 16.º Congresso dos Arquitectos

Carlos Antunes, Mesa das Sessões 1 e 2 do 16.º Congresso dos Arquitectos

Joana Mourão, Comissão Técnica de Sustentabilidade da Ordem dos Arquitectos

MODERAÇÃO:

Ricardo Camacho, Comissão Executiva do 16.º Congresso dos Arquitectos

DEBATE COM PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS DE ARQUITECTURA

<https://www.youtube.com/watch?v=IAvR4lwHW6c>

Repensar os recursos e adaptar para a casa comum

O reconhecimento da finitude dos recursos naturais e a emergência de uma prática mais sustentável impõem questionar o mito do progresso e eleger o projeto enquanto instrumento que garante a reposição do capital natural. Restabelecer uma prática que se relacione com o território e com os seus limitados recursos endógenos torna-se cada vez mais essencial.

Uma prática que reconhece a disponibilidade - finita - de recursos, o compromisso com a sua reposição e a necessidade de estabelecer alternativas de infraestrutura e construção, com atenção ao conforto, práticas e comportamento de utilizadores e comunidade.

Importa entender quais os agentes e as ações de transformação e, consequentemente, informar os processos em curso de transição ecológica, digital e carbónica. A conceção do projeto como desenho do 'retorno' e da inserção' possibilita, assim, um fluxo estável e simbiótico entre partes e uma prática circular.

Repensar os recursos e adaptar para a casa comum enquadra as sessões 1 e 2 do 16.º Congresso, com os subtemas Circularidade e reabilitação e Materialidade sustentável e transição digital, conforme Programa do 16.º Congresso dos Arquitectos que se anexa.

CLIMA PARA MUDANÇA WARM UP 2

<https://www.youtube.com/watch?v=2xynswmSp7Y&i=2384s>

CONVIDADOS:

David Juarez, Siraddle3

Paula Serra, Comissão Técnica de Sustentabilidade da
Ordem dos Arquitectos

Inês Lobo, Comissão Técnica de Habitação da Ordem dos
Arquitectos

MODERAÇÃO:

Ricardo Camacho, Comissão Executiva do 16.º Congresso
dos Arquitectos

Jorge Figueira, Comissão Científica do 16.º Congresso dos
Arquitectos

DEBATE COM PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS DE ARQUITECTURA

<https://www.youtube.com/watch?v=2xynswmSp7Y&i=2384s>

Planear para a resiliência, inclusividade e saúde da casa comum

A resiliência é uma condição das comunidades que, ao longo da história, sobreviveram e cresceram, mas o impacto da urbanização não planeada e a sobreloitação de cidades comprometem a capacidade de enfrentar catástrofes e evitar os impactos negativos da ação climática e promovem desigualdades de direitos entre cidadãos.

Cidade, edifícios e pessoas incorporam e partilham comportamentos. Comportamentos que projetistas e investigadores das ciências sociais podem desenhar e entender e que todos aqueles com responsabilidades no desenho e na gestão dos nossos territórios devem ter presentes.

O desafio da resiliência obriga a um olhar coletivo para o ambiente construído e para a habitação, garantindo que ninguém fica para trás. Uma prática que olha para a habitação como uma oportunidade para a requalificação dos espaços urbanos e para a promoção do ambiente, sadio e ecologicamente equilibrado, que todos temos o dever de defender.

Planear para a resiliência, inclusividade e saúde da casa comum enquadra as sessões 3 e 4 do 16.º Congresso, com os subtemas Habitação e inclusão e Sustentabilidade pelo desenho, conforme Programa do 16.º Congresso dos Arquitectos que se anexa.

CLIMA PARA MUDANÇA WARM UP3

<https://www.youtube.com/watch?v=JsCzualAvn0&t=3542s>

CONVIDADOS:

Alberí Sagrera, Societat Orgànica

João Costa Ribeiro, Comissão Técnica de Habitação da
Ordem dos Arquitectos

João Bento, Comissão Técnica de Sustentabilidade da
Ordem dos Arquitectos

MODERAÇÃO:

Ricardo Camacho, Comissão Executiva do 16.º Congresso
dos Arquitectos

DEBATE COM PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS DE ARQUITECTURA

<https://www.youtube.com/watch?v=JsCzualAvn0&t=3542s>

Colaborar pelo compromisso com a qualidade da casa comum

A Ordem dos Arquitectos tem a missão de assegurar a salvaguarda do interesse público por um correto ordenamento do território, por um urbanismo de qualidade, pela defesa e promoção da paisagem, do património edificado, do ambiente, da qualidade de vida e pelo direito à arquitetura. Na defesa de um interesse que é público, reconhecido na Constituição da República Portuguesa: o direito a uma arquitetura e paisagem de qualidade.

As conclusões do Conselho da União Europeia sobre «Cultura e uma arquitetura e paisagem construída de elevada qualidade como elementos-chave da Nova Bauhaus Europeia» reconhecem o papel central dos arquitetos no desenvolvimento de um ambiente de vida de alta qualidade. Uma abordagem orientada para a qualidade como base para tomar decisões informadas no planeamento e gestão da paisagem.

Todos devemos assumir o compromisso da contenção e restrição necessário à manutenção e reposição do capital natural. Esse é o nosso pacto no projeto da casa comum.

Colaborar pelo compromisso com a qualidade da casa comum enquadra as sessões 5 e 6 do 16.º Congresso, com os subtemas Prática, Instituição e Bem Comum e Governança e Qualidade, conforme Programa do 16.º Congresso dos Arquitectos que se anexa.

**PROGRAMA
DO 16º CONGRESSO
DOS ARQUITECTOS**

PROGRAMA

CONGRESSO

1 MAR 2023

AÇÕES COMPLEMENTARES

11:00

Escola da Mudança

Exibição de artes performativas

Ilha Terceira - Escola Francisco Ornelas da Câmara

Ilha de São Miguel - Escola Secundária Antero de
Quental

15:00—17:00

Roteiro pela Mudança

Percurso 'Fogo, caminha comigo...'

Ponto de encontro no Hotel Neat

17:00

Debater a Mudança

Inauguração de exposição

Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado

21:00—23:00

MUDAR Film Festival

Sessão de abertura e cinema

Auditório do Teatro Micaelense

PROGRAMA

CONGRESSO

09:30

Mensagem aos Congressistas

Elisa Ferreira

Comissária Europeia para a Coesão e Reformas

Teatro Micaelense

09:35—10:30

Sessão de Abertura

Auditório do Teatro Micaelense

10:30—10:45

Apresentação

Arquitetura. Quem somos?

Auditório do Teatro Micaelense

11:00—12:30

Conferência

Adapt for Change

Auditório do Teatro Micaelense

13:00—14:30

Pausa

Almoço

Salão Nobre do Teatro Micaelense

14:30 — 15:30

Sessão Plenária de Apresentação

Auditório do Teatro Micaelense

15:30—17:30

Sessão Sectorial 1

**Repensar os recursos e adaptar
para a casa comum**

Auditório do Teatro Micaelense

2 MAR 2023

AÇÕES COMPLEMENTARES

18:00—19:30

Roteiro pela Mudança

Força, mas força bem!

Ponto de encontro no Teatro Micaelense

18:30—19:30

Climas Paralelos

Recursos, Turismo e Sustentabilidade

Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado

21:00—23:00

Cinema

MUDAR Film Festival

Auditório do Teatro Micaelense

PROGRAMA

CONGRESSO

09:00—11:00

Sessão Sectorial 2

**Repensar os recursos e adaptar
para a casa comum**

Auditório do Teatro Micaelense

11:00—13:00

Sessão Sectorial 3

**Planear para a resiliência,
inclusividade e saúde da casa comum**

Auditório do Teatro Micaelense

13:00—14:30

Pausa

Almoço

Salão Nobre do Teatro Micaelense

14:30—16:30

Sessão Sectorial 4

**Planear para a resiliência,
inclusividade e saúde da casa comum**

Auditório do Teatro Micaelense

16:30—18:30

Sessão Sectorial 5

**Colaborar pelo compromisso
com a qualidade da casa comum**

Auditório do Teatro Micaelense

3 MAR 2023

AÇÕES COMPLEMENTARES

18:00—19:30

Roteiro pela Mudança

Campo de aprendizagem, poderia ser

Ponto de encontro no Teatro Micaelense

18:30—19:30

Climas Paralelos

Governança, Qualidade e Sustentabilidade

Palácio da Conceição

21:00— 22:45

Cinema

MUDAR Film Festival

Auditório do Teatro Micaelense

PROGRAMA

CONGRESSO

09:00—11:00

Sessão Sectorial 6

**Colaborar pelo compromisso
com a qualidade da casa comum**

Auditório do Teatro Micaelense

13:00—14:30

Pausa

Almoço

Associação Agrícola de São Miguel, Ribeira Grande

15:00—16:15

Conferência

Change Matters

Auditório do Teatro Micaelense

16:15—17:30

Sessão Plenária de Deliberação

Auditório do Teatro Micaelense

17:30—18:15

Sessão de Encerramento
do Congresso

18:15

Mensagem

Marcelo Rebelo de Sousa

4 MAR 2023

AÇÕES COMPLEMENTARES

11:30

Escola da Mudança

Exibição de artes performativas

Arquipélago — Centro de Artes Contemporâneas

11:45—12:45

Visita

Arquipélago

Centro de Artes Contemporâneas

19:30—00:00

Jantar de Encerramento

Coliseu Micaelense

AÇÕES COMPLEMENTARES

09:30—10:30

Visita

Palácio de Sant'Ana

Visita guiada

10:30—12:00

Visita

Palácio de Sant'Ana

Casa Aberta

2 MAR 2023

TEATRO MICAELENSE

https://www.youtube.com/watch?v=8uJCG_7si7U&t=1522s

MENSAGEM AOS CONGRESSISTAS

A Comissão Europeia dirigiu-se ao Congresso para assinalar o momento de profundo reajustamento geoeconómico e político em curso, em que uma quarta revolução industrial se desenvolve, através de um processo de digitalização dos processos produtivos, afetando toda a economia e sociedade, quadro em que a Comissão Europeia tenciona conduzir uma mudança rápida em direção à descarbonização e a um repensar global dos modos de vida.

A coesão social e a competitividade da economia foram apontadas por Elisa Ferreira como componentes de uma dinâmica de transformação em que os arquitetos devem desempenhar um papel central. A New European Bauhaus, uma reinterpretação à luz do contexto atual dos princípios da Bauhaus original de há um século, constitui uma componente fundamental desta transição industrial e ambiental, de que a arquitetura faz parte, respondendo aos requisitos de um estilo de vida ecológico e inclusivo.

Soluções criativas para espaços habitáveis agradáveis, integrando sustentabilidade, inclusividade e beleza, devem ser objetivos para a arquitetura, numa perspetiva interdisciplinar com a engenharia, o design, a ciência, a política e a cidadania. Repensar o espaço público e privado, os edifícios, as redes urbanas, as zonas rurais e as zonas industriais, de modo centrado no ser humano e nas características únicas de cada local, foi um desafio colocado aos congressistas por Elisa Ferreira, durante o evento e depois, posteriormente, na sua reflexão e prática profissional.

A qualidade da arquitetura portuguesa, sobretudo na sua vertente mais ousada e vanguardista, foi considerada pela Comissão um bom ponto de partida para a renovada forma de agir prenunciada nesta nova Bauhaus europeia, tal como os sinais positivos já dados pela sociedade e pela administração portuguesas na apresentação de propostas e projetos inovadores.

A existência de ideias de excelência, o estabelecimento de redes de parceria e a disponibilidade de financiamento foram apontados como uma conjugação de fatores que importa concretizar, através de ações urbanas inovadoras que os arquitetos consigam levar à prática, de modo a melhorar a qualidade de vida quotidiana dos cidadãos europeus.

Elisa Ferreira

Comissária Europeia para a Coesão e Reformas

SESSÃO DE ABERTURA

SESSÃO DE ABERTURA

Guilherme Machado Vaz, Presidente do Congresso e da Assembleia Geral da Ordem dos Arquitectos
Nuno Costa, Presidente do Conselho Diretivo Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos
Gonçalo Byrne, Presidente do Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Arquitectos
José Luís Cortés, Presidente da União Internacional dos Arquitectos
Pedro Furtado, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, em representação do Presidente da Câmara Municipal
Alonso Teixeira Miguel, Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

O 16.º Congresso dos Arquitectos teve início com os cumprimentos e as boas-vindas apresentados pelo Presidente do Congresso, Guilherme Machado Vaz, que sublinhou a pertinência temática da sustentabilidade, proposta para reflexão, atualmente presente nos debates nacionais e internacionais, como as representações portuguesas na Bienal de Veneza, com o tema '*Fertile Futures*', e no Congresso da União Internacional dos Arquitectos, com o tema '*Building our Future*'. Destacou também o carácter descentralizador da realização do Congresso, pela primeira vez, fora do território continental, na ilha de S. Miguel, nos Açores, e o modo como o seu valor ambiental, paisagístico e arquitetónico enriquecem a abordagem ao tema da qualidade e sustentabilidade.

Guilherme Machado Vaz referiu o conjunto de iniciativas associadas ao Congresso, como os debates com as Escolas de Arquitetura no *Warm Up* que o precedeu, lançando temas que serão agora aprofundados nas sessões sectoriais, e a valorização complementar proporcionada pelo conjunto de atividades paralelas. Destacou ainda a forte adesão ao Congresso, com cerca de oitocentas inscrições, três centenas delas presenciais, considerando estas sessões de trabalho o momento certo para desenvolver propostas consequentes, com profundidade e seriedade, na procura do bem comum, para os arquitetos, a arquitetura, o território e a sociedade, através da construção de um futuro de qualidade e sustentável.

O Presidente do Conselho Diretivo Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, Nuno Costa, sublinhou o carácter histórico da realização do Congresso na região dos Açores, de condição ultraperiférica, único arquipélago do mundo com certificação de turismo sustentável. Agradecendo a todo o conjunto de entidades e instituições que colaboraram e viabilizaram a sua realização na região, salientou esta oportunidade para potenciar o desenvolvimento sustentável dos Açores, reforçando os seus valores culturais e ambientais, cuja diversidade e singularidade enfrenta diariamente grandes desafios. Problemas como a mobilidade, acessibilidade, comunicação, ou a disponibilização de equipamentos e de serviços de qualidade, constituem desafios permanentes impostos pelas condições geográfica, vulcânica e climática arquipelágicas, com impactos urbanísticos e na preservação. Nuno Costa manifestou a intenção de que este espírito de constante procura de soluções seja, no Congresso, dirigido à procura de propostas concretas que garantam a qualidade e sustentabilidade, dando lugar a uma declaração para apresentação no Congresso da União Internacional dos Arquitectos, no mês de julho, em Copenhaga.

Gonçalo Byrne, Presidente do Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Arquitectos, expressou também o seu agradecimento às instituições e pessoas envolvidas na realização do 16.º Congresso nos Açores, considerando ser a grande participação - na assistência, na apresentação de moções, de recomendações e de comunicações - demonstrativa do acerto da escolha. Face à condição global dos desafios de hoje, como as alterações climáticas, a pandemia e a guerra, Gonçalo Byrne expressou a

necessidade de respostas conjuntas, para a paisagem e o território, exigindo qualidade e sustentabilidade, na encomenda e no projeto, suportadas na consideração da arquitetura como um bem público, de interesse comum. Perante a dimensão deste desafio – mas também desta oportunidade – o Congresso propõe-se contribuir hoje, em S. Miguel, para debater a estratégia e a agenda de criação de compromissos para a construção de um futuro comum. As sessões sobre recursos, resiliência e inclusão, no âmbito do tema geral do Congresso, 'Qualidade e Sustentabilidade: Construir o [nosso] Futuro', constituem momentos para desenvolver as respostas disciplinares que a sociedade reclama, a que o Presidente da Ordem convidou todos os presentes a participar ativamente, contribuindo para o desenvolvimento de propostas – da solução de que os arquitetos fazem por natureza parte.

Em nome da União Internacional dos Arquitectos, José Luis Cortés, o seu presidente, congratulou todos os presentes e organizadores do Congresso, reforçando a ideia de que, para construir o futuro, a mudança é realmente importante. Integrando atualmente 130 países membros, a União Internacional dos Arquitectos foi fundada em 1948, após a segunda guerra mundial, num momento em que os arquitetos eram muito necessários para a reconstrução, o que agora, após o período pandémico, ficou novamente evidenciado pela falta de qualidade de muito alojamento, que não se revelou preparado para um uso intensivo imposto pelo confinamento. De acordo com Cortés, torna-se necessário criar modos de melhorar a qualidade do espaço projetado, desenvolvendo respostas que devem contemplar as preocupações com as alterações climáticas, antecipando o futuro, encarando a escassez de recursos e os impactos sobre o ambiente.

O Presidente da União Internacional dos Arquitectos apelou aos arquitetos para desenvolver de forma unida uma abordagem holística e integradora, congregando as outras disciplinas e especialidades, os promotores, os construtores e a administração para trabalhar soluções de futuro, procurando a descarbonização e respondendo aos objetivos já expressos por instituições internacionais como a UNESCO e as Nações Unidas.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Pedro Furtado, manifestou a sua satisfação pela realização do Congresso dos Arquitectos nos Açores, felicitando a organização e considerando que as regiões insulares

conferem uma diferente dimensão, marítima, a Portugal. Para além do reconhecimento da qualidade da arquitetura dos Açores, o congresso e o tema escolhido sublinham também as suas qualidades ambientais, que é essencial defender. A preservação do património ambiental e edificado foi considerada por Pedro Furtado como uma missão importante, que necessita de práticas mais sustentáveis, nos transportes e nas cidades, em diversas vertentes. Neste plano, salientou a estratégia da Câmara de Ponta Delgada em três domínios – a valorização da qualidade ambiental, a preservação do centro histórico, com desenvolvimento de um plano de salvaguarda, e a valorização da carreira dos arquitetos. O responsável da autarquia de Ponta Delgada relevou ainda a importância para as novas gerações da sustentabilidade ambiental e do cuidado com a natureza e as cidades, e desejou aos congressistas que, para além dos trabalhos, desfrutassem do território dos Açores.

Alonso Teixeira Miguel, Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas do Governo Regional dos Açores, felicitou também a Ordem dos Arquitectos pela escolha deste espaço insular para realização do congresso, e pelo tema, ligado à sustentabilidade, manifestando a disponibilidade do Governo Regional para colaboração. Referiu a existência de múltiplas áreas de proteção, zonas especiais, de reserva e de proteção especial no arquipélago, e a sua integração em redes como a Natura 2000, sítios Ramsar, geoparque natural da UNESCO, Património Mundial da Humanidade Midas. A preservação deste património frágil foi considerada prioritária pelo Secretário Regional, que salientou o papel da arquitetura como ponto de partida para este objetivo, tendo em atenção os significativos impactos do setor da construção sobre o ambiente. A descarbonização, a circularidade, a reutilização de materiais e a eficiência energética requerem uma conjugação de esforços entre os intervenientes nos processos de construção, em que, salientou, o Governo Regional se encontra empenhado, com um conjunto de medidas e projetos em prol a sustentabilidade, de que se destaca a preparação de um manual de arquitetura bioclimática. Com a saudação de Alonso Teixeira Miguel aos congressistas, encerrando a sessão de abertura, o painel da sessão deu lugar à Mesa do Congresso, para o início dos trabalhos.

ARQUITETURA. QUEM SOMOS? APRESENTAÇÃO

Um retrato da Profissão

João H. C. António

[CESOP-UCP – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião – Universidade Católica Portuguesa]

A Ordem dos Arquitectos organiza a sua atividade no sentido da dignificação e do prestígio da profissão, tendo em conta as vertentes de valorização técnica e das funções ética e social da prática profissional em Arquitetura, âmbito no qual constituiu o Grupo de Trabalho do Observatório da Profissão, através da Deliberação n.º 105, 16.ª Reunião Plenária do Conselho Diretivo Nacional, de 4 de junho de 2021.

O Observatório da Profissão tem como compromisso a recolha, análise e monitorização de dados relativos à profissão, que permitam apoiar ativamente a prática profissional, a valorização da Arquitetura e a reflexão sobre o sector, em Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, afirmando-se como um agente ativo de promoção da inovação e melhoria das condições da prática profissional em Arquitetura, com impacto em todo o território nacional.

Para além da recolha, análise e tratamento contínuo de dados, o Observatório da Profissão, prevê a realização periódica de inquéritos aos seus membros. Neste âmbito realizou-se, em finais de 2022, o primeiro inquérito dirigido aos membros, para atualização de dados relativos à prática profissional, com relatório recentemente publicado e acessível online. Dos resultados deste inquérito aos Membros, realizado pelo CESOP-UCP em estreita colaboração com a Ordem dos Arquitectos (Conselho Diretivo Nacional, Secções Regionais e Assembleia de Delegados), destacam-se as seguintes conclusões:

1. O inquérito realizou-se de 15 de setembro a 30 de outubro de 2022 e contou com uma expressiva participação de 7.649 arquitetos, de um total de 27.591 membros efetivos (ativos e suspensos) e estagiários.

2. A distribuição dos inquiridos por sexo, idade e região, revela uma grande equidade em relação aos dados da OA sobre os seus membros, conferindo uma grande segurança na representatividade desta amostra.
3. Os inquiridos têm entre 22 e 90 anos (média de 43 anos de idade), 53% são homens, e cerca de 70% diplomaram-se em Arquitetura já no século XXI.
4. Quanto aos estagiários: 87% dos inquiridos fizeram/pretendem fazer estágio numa única entidade; 34% no concelho de Lisboa e 15% no concelho do Porto. Em 95% dos casos o estágio correspondeu ao plano de estágio apresentado.
5. 90% dos membros efetivos inquiridos exercem Arquitetura, dos quais 30% a tempo inteiro, 10% a tempo quase inteiro (90 a 99% de tempo de dedicação) e cerca de um em cada três dedica menos de 50% do seu tempo de trabalho à prática profissional em Arquitetura.
6. A principal forma de exercício da profissão de arquiteto é por conta de outrem, essencialmente em empresas de serviços de Arquitetura, com uma dimensão muito reduzida – 33% com 1 ou 2 arquitetos e 32% com 3 a 5 arquitetos. Aproximadamente dois terços dos arquitetos a trabalhar por conta de outrem têm contrato sem termo.
7. Na função pública, os arquitetos trabalham sobretudo na Administração Local (78%), em unidades/serviços com um número reduzido de arquitetos – 27% com 1 a 2 arquitetos e 31% entre 3 a 5 arquitetos por unidade/serviço – e 60% têm contrato sem termo.
8. Os inquiridos que trabalham como sócios/administradores revelam estruturas ainda mais reduzidas, com 35% dos arquitetos a trabalharem sozinhos e 30% com mais 1 arquiteto.
9. 72% dos inquiridos cumprem horário de trabalho, 48% trabalham mais de 40 horas por semana e 41% entre 31 e 40 horas por semana. Em geral, quem trabalha na Função Pública tende a ter uma carga de trabalho menor, enquanto os sócios/administradores de empresas tendem a ter uma carga de horário maior, assim como melhores rendimentos.
10. Em geral, há uma baixa participação na vida associativa da OA. Os membros estão satisfeitos com a informação que lhes é prestada pela OA. Revelam insatisfação no que respeita à intervenção da OA junto do poder político e na comunicação social, reconhecendo um pouco mais de satisfação no campo da ação cultural.

**CONFERÊNCIAS
ADAPT FOR CHANGE**

Charlotte Malterre-Barthes

Apresentada por Ricardo Camacho, Coordenador da Comissão Técnica de Sustentabilidade.

Charlotte Malterre-Barthes é arquiteta, urbanista e Professora Assistente de Arquitetura e Urbanismo no Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Lausanne (ENAC-EPFL). Mais recentemente, Professora Assistente na Harvard Graduate School of Design, os seus interesses relacionam-se com aspetos prementes da urbanização contemporânea, a extração de materiais, a emergência climática e a justiça ecológica e social. Em 2020, iniciou a iniciativa A Moratorium on New Construction, questionando os atuais protocolos de desenvolvimento. Membro fundador do Grupo Parity (Prémio Meret Oppenheim 2023) e da Frente Parity, uma rede de ativistas dedicados à igualdade na arquitetura, doutorou-se pela ETH Zurique sobre a economia política de mercadorias no ambiente construído, enquanto aí dirigia o MAS Urban Design.

É co-autora de livros premiados como *Migrant Marseille: Architectures of Social Segregation and Urban Inclusivity* (2020), *Some Haunted Spaces in Singapore* (2018), e *Housing Cairo: The Informal Response* (2016), entre outros.

Para além da extração de recursos, a arquitetura e a construção estão a subverter a extração de riqueza, dos corpos e cultural. Para enfrentar o nosso papel nas múltiplas crises, as disciplinas de conceção e desenho devem corrigir o rumo para entrar na produção de futuros não-extrativos – enquanto corrigem os danos. Com um discurso de esperança, propõe a discussão da sua abordagem à arquitetura e ao desenho urbano – e de como o desenho pode aproveitar as suas capacidades organizativas e criativas para desafiar o atual modus operandi da produção espacial e da construção global.

https://www.youtube.com/watch?v=8uJCG_tsi7U&t=2882s

Barbara Buser

Apresentada por Carla Lima Vieira, Secretário do Conselho Diretivo Nacional.

Barbara Buser é uma arquiteta e engenheira suíça. Desde 1995 dirige a Denkstatt&arl, empresa de projetos em Basileia, primeiro com Max Honegger e mais tarde com Eric Honegger, com quem também dirige a Baubüroinsitu AG, desde 1999, com trabalho na área da renovação, oferecendo consultoria financeira, energética e operacional aos clientes.

Para além do exercício profissional, de que se destacam, em Basileia, a conversão da antiga sede do Schweizerische Volksbank (1998-2000), numa cafeteria, espaço comunitário e laboratório da cidade ou a conversão da Maschinenfabrik Sulzer-Burckhardt, no centro do bairro de Gundeldinger (2000-2022), foi professora convidada na ETH de Zurique no Mestrado em Arquitetura.

Recebeu vários prémios na área da construção sustentável, da renovação e de práticas inclusivas, e foi distinguida pelo seu percurso profissional com o Grand Prix Meret Oppenheim (Gabinete Federal da Cultura BAK 2020). Em 2021 recebeu o Global Gold Award for Sustainability (Holcim) apresentado na Bienal de Veneza.

Through Reduce, Reuse, Recycle and Renewables [Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Renovar]

Não podemos continuar a negar que a mudança climática chegou, só podemos tentar contê-la numa extensão habitável. A indústria da construção, que está a produzir 40% das emissões de CO₂, ainda não fez quaisquer esforços significativos para reduzir as suas emissões. Nesta intervenção será apresentado um esboço do estado da arte na Suíça relativamente à redução, reutilização, reciclagem, bem como à utilização de materiais renováveis. Reduzir a procura é a forma mais fácil de poupar CO₂, mas pode ser difícil do ponto de vista individual. A redução da utilização de matérias-primas é uma questão de otimização e pode levar a reduções substanciais. A reutilização de elementos de construção é complicada e ainda carece de aceitação. A reciclagem consome muita energia para fragmentar / triturar / combinar materiais e reconstituí-los posteriormente. Materiais renováveis como o barro, a palha, a madeira, etc., têm um impacto muito baixo no ambiente, mas a sua utilização precisa de ser explorada e desenvolvida.

Só quando os proprietários de edifícios, investidores, arquitectos, engenheiros e empresas trabalharem em conjunto, cada um no seu sector, iremos conseguir reduzir as emissões de CO₂ da nossa indústria para o nível exigido!

https://www.youtube.com/watch?v=8uJCG_1s7FU&t=2882s

SESSÃO PLENÁRIA DE APRESENTAÇÃO

https://www.youtube.com/watch?v=oFaoVj_CeDQ&t=4s

SESSÃO PLENÁRIA DE APRESENTAÇÃO

MESA DO CONGRESSO

Guilherme Machado Vaz, Presidente do Congresso e da Assembleia Geral

João Carmo Simões, Secretário da Assembleia Geral

Amélia Brandão Costa, Secretário da Assembleia Geral

Carla Lima Vieira, Comissão Organizadora e Executiva do 16.º Congresso

Jorge Figueira, Comissão Científica do 16.º Congresso

Os trabalhos foram dirigidos pela Mesa do Congresso, que deu início à sessão de leitura das moções apresentadas ao Congresso pela ordem por que foram recebidas. As três moções submetidas ao estavam disponíveis no site changematters.arquitectos.pt.

Rui Morbey, participante online, começou por apresentar cumprimentos à Mesa, ao Presidente da OA e a todos os colegas, e questionou a Mesa sobre a possibilidade de apresentar algumas notas prévias à leitura da primeira moção, com o tema 'Orientações para a estratégia global de Sustentabilidade na Gestão da AO'. Guilherme Machado Vaz agradeceu que Rui Morbey se restringisse à leitura da Moção, tendo o arquiteto acedido a esta solicitação.

Chamado a apresentar a segunda Moção, 'Sustentável Arquitecto', Avelino Oliveira, subiu ao palco, cumprimentou todos os arquitetos e iniciou a apresentação de um enquadramento à Moção. Foi interpelado pelo Presidente da Mesa, solicitando que, face ao que havia sido pedido anteriormente ao arquiteto Rui Morbey e por uma questão de equidade, se limitasse a ler o texto da Moção, tal como havia sido enviada ao Congresso, sublinhando a ideia de as regras serem iguais para todos. Carla Lima Vieira pediu permissão para intervir e tomou a palavra, referindo que ler a Moção seria cingir-se às palavras que foram redigidas e submetidas ao Congresso. Considerou ainda que "explicar o porquê do título", como enunciado por Avelino Oliveira, "não seria necessário para quem conhece a Moção, disponibilizada online no site, por a própria Moção ser suficientemente explicativa" dos seus fundamentos. Reforçou a ideia de "as regras serem claras e iguais para todos" e pediu que prosseguissem os trabalhos "cumprindo com as regras estabelecidas". O leitor da Moção, Avelino Oliveira, argumentou que "foi convidado a apresentar uma moção com 7 000 caracteres", solicitando que "a bem de todos e a bem de um consenso geral de um excelente dia de trabalhos" pudesse apresentar a Moção, não se limitando a lê-la. Solicitou que o Presidente do Congresso esclarecesse e confirmasse se "entende que deve unicamente ler a Moção tal e qual" está redigida e pediu, agradecendo desde logo, "que o Congresso o pudesse votar". Guilherme Machado Vaz declinou a possibilidade de colocar a questão a votação pelo Congresso e confirmou que "naquela fase dos trabalhos, apenas se pretendia a

leitura da Moção". Carla Lima Vieira esclareceu que "as regras são claras e existem normas do Congresso que estão também disponíveis no site. As moções são apresentadas ao Congresso com 7 000 caracteres e, portanto, a Mesa do Congresso convidou-o a apresentar, publicamente no Congresso, aquilo que submeteu ao Congresso, que é aquilo que deve ser apresentado". Avelino Oliveira insistiu, diretamente para o Presidente da Mesa, "que está a dirigir os trabalhos", se iria ou não consultar o Congresso ou se devia reduzir "a apresentação de uma moção à sua leitura". Pediu que, "a bem do Congresso", fosse autorizado "a fazer uma apresentação devida" e, em caso de não ser considerado, "consultasse o Congresso". Solicitou que fosse afirmado "taxativamente: é para ler a Moção". Uma interpelação proveniente da audiência defendeu que Avelino Oliveira apenas estava a ler a Moção; uma outra pronunciou-se no sentido da realização de uma votação. Guilherme Machado Vaz esclareceu não ir submeter a questão a qualquer votação, sendo a sua diretriz a leitura da Moção. Referiu que "ninguém o está a impedir de representar os subscritores da Moção".

Antes de proceder à leitura da Moção, Avelino Oliveira apresentou "um profundo voto de desagrado e o entendimento de que foi censurado neste Congresso". Pretendeu "deixar bem claro esse voto e que, por respeito a todos os colegas, por respeito à Instituição e por respeito à dignidade que merecem os arquitetos" iria respeitar as determinações da Mesa do Congresso. Terminou a sua leitura referindo que "os proponentes da Moção que acabou de ler solicitam que, pelos motivos expostos, o 16.º Congresso da OA apoie incondicionalmente o sustentável arquiteto".

A terceira Moção, 'Proposta de Lei da Arquitetura e da Paisagem – da Ambição à Ação; pela Qualidade da nossa Arquitetura e da nossa Paisagem', foi lida por Gonçalo Byrne, que referiu que foram seus subscritores, "por unanimidade, todos os membros do Conselho Diretivo Nacional".

No final da leitura da terceira Moção, a Mesa do Congresso encerrou os trabalhos da Sessão Plenária de Apresentação das moções.

Foram posteriormente apresentadas três reclamações sobre esta sessão: duas remetidas por email no dia 3 de março pelos arquitetos César Lima Costa e Jorge

Teixeira, e uma enviada por email pelo arquiteto Décio Ferreira, no dia 4 de março.

A Mesa do Congresso respondeu a estas reclamações, também por email, no dia 17 de março, anexando-se as referidas reclamações e respetivas respostas a este caderno de Atas.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES AO CONGRESSO

Orientações para a estratégia global de sustentabilidade na gestão da OA

Rui Morbey Souto, OA 8470

e 22 subscritores

Sustentável arquiteto

Avelino Oliveira, OA 6060

e 41 subscritores

Proposta de lei da arquitetura e da paisagem - da ambição à ação: pela qualidade da nossa arquitetura e da nossa paisagem.

Gonçalo Byrne, OA 520, Presidente

Conselho Diretivo Nacional

MOÇÃO: ORIENTAÇÕES PARA A ESTRATÉGIA GLOBAL DE SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DA OA

RUI MORBEY SOUTO, OA 8470
E 22 SUBSCRITORES

1. INTRODUÇÃO

A tão apregoada Sustentabilidade entrou em definitivo no léxico comum, expressando a ideia que se poderá criar um mundo melhor. O conceito nem sempre é bem entendido, adquirindo significados duvidosos no mosaico social que organiza as estruturas civilizacionais do mundo.

No estado de emergência em que o Planeta vive, a solução passa por todos fazerem a sua parte: governos, instituições e cidadãos.

Aos órgãos de governação da OA cabe a responsabilidade de agir com conhecimento informado do que resulta das suas atividades.

Ao abrigo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e do Green Deal 2019, a descarbonização de edifícios é fundamental para se cumprirem os objetivos climáticos e energéticos da UE para 2030 e 2050. Esses compromissos asseniam no desafio de se criarem estratégias nacionais de adaptação às alterações climáticas, considerando a neutralidade carbónica a alcançar. Esta ambição nacional e esforço coletivo, devem ser manifestados pela Ordem dos Arquitectos (OA), mostrando as suas linhas de convergência com esses compromissos.

A presente moção pretende contribuir com orientações políticas para a estratégia global da atividade da OA no alinhamento dos objetivos traçados e com a assunção inequívoca de um compromisso claro.

2. CRIAÇÃO DA ESTRATÉGIA GLOBAL DE SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento de uma Estratégia Global de Sustentabilidade (EGS) dentro da OA poderá capacitar a instituição e os seus membros para uma melhor resposta no futuro. Um dos desafios que tem de enfrentar, no presente, é o de tornar viável a sua nova estrutura institucional, a médio-longo prazo.

A EGS representa o compromisso de responsabilidade socioambiental da OA no âmbito da sua gestão administrativa, económica e política, orientada para a criação de valor para os seus membros, colaboradores e demais órgãos sociais. A EGS permitirá analisar a sustentabilidade organizacional de modo abrangente, otimizando e adotando práticas a toda a organização, partilhando publicamente o seu exemplo e resultados, nomeadamente na redução de emissões geradas pelas suas atividades.

Assumir uma estratégia focada nos compromissos referidos não poderá ser vista apenas no campo teórico, mas definindo ações concretas e planeadas, junto dos membros e da sociedade, começando dentro da própria instituição.

Criar uma estratégia de sustentabilidade numa organização deve ser entendida como um sinal de boas práticas de qualquer gestão de topo. A adoção da sustentabilidade e da economia regenerativa na governança da OA, permitirá contribuir para a melhoria do seu desempenho global, reduzindo custos, mitigando impactos, melhorando o seu posicionamento no sector e criando valor a longo prazo. Esta melhoria poderá traduzir-se numa melhor capacidade para poupar recursos, rentabilizar receitas e atrair financiamento externo, para além dos potenciais benefícios ambientais.

3. ORIENTAÇÕES PARA A ESTRATÉGIA

A descentralização da OA e a dispersão de inúmeras atividades e serviços pelo território, implicam despende de mais recursos materiais e humanos, aumentando os impactos totais gerados. Importará, por isso, delinear algumas orientações para desenvolvimento da EGS, tendo presente a atual estrutura orgânica.

Destacam-se oito:

Descarbonizar: Apesar da sede a norte ser o único imóvel propriedade da OA, todos os edifícios ou espaços cedidos (ou que venham a ser) às outras Secções Regionais (SR) e Conselho Diretivo Nacional (CDN), têm de fazer parte dos

bens ao serviço da OA. Os imóveis utilizados pelos seus diferentes órgãos, devem ser exemplos de boa prática de sustentabilidade, eficiência energética e incluírem a descarbonização.

Corresponsabilizar: Os processos de fornecimento ou aquisição de bens e serviços devem integrar princípios de Responsabilidade Social compatíveis com a proteção do meio ambiente e da sociedade. Todos os órgãos, funcionários, colaboradores, parceiros e fornecedores, têm de se alinhar com estas preocupações, demonstrando que cumprem esses princípios. Os que não cumprirem deverão atualizar-se para poderem contribuir para o alcance das metas estipuladas.

Todos são responsáveis; Programar ações sustentáveis: A promoção dos valores da sustentabilidade deve estar definida num programa global de ações a implementar nas várias dinâmicas organizativas que integre as diversas vertentes da sustentabilidade em linha com os ODS.

Valorizar pelo exemplo: A neutralidade carbónica das atividades da OA, das suas instalações e dos seus recursos só poderá ser atingida com ações concretas levadas a cabo por todos, independentemente do cargo ocupado, da função exercida ou dos meios que tem ao seu dispor. Valorizar comportamentos positivos e incentivar boas práticas sustentáveis e da circularidade, são medidas essenciais para pôr em marcha a mudança que se deseja.

Consciencializar: os impactos ambientais gerados pelas atividades, devem ser quantificados com ferramentas de cálculo das emissões associadas e os consumos monitorizados. Será essencial a sua divulgação interna para promover uma cultura de consciencialização.

Alterar comportamentos: tendo em vista a redução dos impactos e dos custos de utilização, para ajudar a assimilar comportamentos sustentáveis, os utilizadores das instalações da OA deverão participar em diferentes tipos de ações, incluindo cursos de formação, aconselhamento e guias de ajuda.

Promover a mobilidade sustentável: as deslocações devem ser geridas incentivando a partilha, o uso de transportes coletivos e meios de mobilidade suave, prevendo-se a aquisição de meios de mobilidade elétrica.

Criar o Observatório Verde: permitirá analisar dados e apresentar resultados periódicos para divulgação externa, permitindo monitorizar e corrigir a pegada carbónica e ecológica.

IV. CONCLUSÕES

Ao incluir o compromisso da sustentabilidade na estratégia global de gestão, a OA está a assegurar um futuro institucional mais promissor, com benefícios significativos, contribuindo para uma sociedade mais próspera, justa e que viva dentro dos limites do planeta.

Como tal, propõe-se:

A elaboração e implantação da EGS, que implicará a realização de uma auditoria que faça o diagnóstico transversal da situação atual e, da qual, se extraia a informação necessária ao estabelecimento de um programa de ação.

A criação do Colégio de Sustentabilidade (CS) será indispensável não só para capacitar as estruturas e os serviços da OA, mas sobretudo para produzir a reflexão necessária à alteração do paradigma de ação dos arquitetos alinhando-os com os princípios do Desenvolvimento Sustentável (DS), circular e regenerativo, tendo em vista o futuro comum.

Em resumo, vem esta Moção propor que seja aprovada pelo Congresso a elaboração e implementação da EGS que integre Planos de Ação monitorizados através de um Observatório dedicado, em articulação com o CS criado, servindo a OA e os seus membros.

SUBSCRITORES

Rui Morbey OA 8470, Conceição Melo OA 2923, Bruno Baldaia OA 7552, Ana Cruz OA 12707, André Fernandes OA 9183, Alice Marques OA 26263, Gabriel Silva OA 4156, Ana Paço OA 6913, Alexandra Lourenço OA 7867, Alberto Macedo OA 5560, Bruno Salvador OA 11881, Nuno Matos 10966, Patrícia Marchante OA 14209, Vasco Magalhães OA 9961, Sara Azevedo OA 13938, Paulo Oliveira 10990, Luís Dourel 1487, António Ribeiro OA 18072, Telmo Assunção OA 19508, Francisco Sousa Rio OA 7055, Cláudia Ornelas OA 11925, Patrícia Rocha OA 8311, Isabel Sousa Rio OA 6382

MOÇÃO: SUSTENTÁVEL ARQUITETO

AVELINO OLIVEIRA, OA 6060
E 41 SUBSCRITORES

DA SUSTENTABILIDADE AO SUSTENTÁVEL

A Sustentabilidade deve concretizar-se em ações quotidianas e nas várias disciplinas profissionais, entre elas, impõe-se que seja a arquitetura a mais exemplar. É inquestionável o princípio, aliás, é emergente para a mudança de paradigma; no entanto, a implementação da sustentabilidade na arquitetura não pode esquecer a sustentabilidade do próprio arquiteto. A profissão apresenta uma exigência cada vez maior e é a propósito dessa responsabilidade profissional e cívica que a formação do arquiteto é superior ao normal – uma licenciatura base acrescida de um segundo ciclo académico determinado pela obtenção do grau de mestre. Para lá da longa formação exige-se ainda ao futuro arquiteto, e bem, um ano de estágio, com tutoria e inscrição em Associação Profissional. É neste quadro de uma profissão especial que nos surpreende a inadequada regulação. Ao contrário de médicos, enfermeiros, professores, advogados, a carreira não está estruturada segundo a sua especificidade, nem no sector público, nem no sector privado. E os serviços de arquitetura são os que mais sofrem com esta omissão que enfraquece as empresas, tornando a concorrência desleal, inibindo os ateliês/escritórios de recursos para entrar no mercado internacional e deixando os próprios arquitetos-patrões reféns de um sistema de honorários onde a arquitetura é a atividade mais mal remunerada. No médio prazo, esta conjuntura provocará uma significativa perda de qualidade, a diminuição da atratividade das escolas e causará prejuízo ao bem público. Assim, os arquitetos encontram-se perante um dilema, ou aceitar o atual panorama, ou defender, de forma assertiva, um conjunto de linhas fundamentais para o seu futuro.

O INSUSTENTÁVEL LABIRINTO BUROCRÁTICO

A burocracia é, atualmente, um dos principais problemas da atividade do arquiteto em Portugal. O processo administrativo transformou-se num labirinto onde o arquiteto entra, qual Dédalo cretense, e não consegue sair. É fundamental uma burocracia moderna com a matriz que lhe deu Weber – uma forma avançada de organização, com base no método racional, utilizando apenas os meios indispensáveis para o funcionamento do Estado. Para que isso aconteça é necessário que os arquitetos não caiam no engodo de se culparem a si próprios. O arquiteto projetista contra o arquiteto das entidades licenciadoras não faz sentido. A formação é a mesma, a atividade é semelhante e a matriz cultural é idêntica.

O problema reside numa legislação fragmentada, aliada a uma organização das partes do Estado que não funciona e que a desmaterialização veio complicar. O processo, iminentemente kafkiano, colocou o administrativo como um postulado e exerce um efeito semelhante ao que Simmel utiliza para definir as ruínas geradas, não por destruição, mas por desgaste.

Chegados a este ponto, a solução nunca será resolvida por uma ferramenta – um software, ou portal comum – mas sim com uma alteração sistémica. E os arquitetos têm de a exigir e também estarem presentes na sua resolução.

O SUSTENTO DE UMA ATIVIDADE DE INTERESSE PÚBLICO

A remuneração dos arquitetos é uma matéria que tem desmerecido a atenção dos responsáveis governamentais e dos legisladores. Todos os indicadores evidenciam que os honorários em Portugal são substancialmente mais baixos do que nos restantes países da Europa. Este cenário estrutura-se num quadro mais amplo onde se observa um recorrente dumping e concorrência desleal – muitas vezes promovida pelo próprio Estado, que ao invés de dar o exemplo, fomenta uma situação de saldo injusto. Desde 2008 que as tabelas de honorários acabaram e a nova portaria substituiu as percentagens vigentes desde 1971 – o pretexto foi o de adequar o diploma ao Código da Contratação Pública, eliminar tabelas de honorários ilegais perante a livre concorrência e atribuir maior responsabilização aos autores do projeto.

Aceitou-se que não haja solução e que o mercado deve funcionar desta forma, no entanto, o cumprimento de uma diretiva europeia não pode ser gerador do propósito contrário àquele que a levou a ser criada porque a competitividade (que não se contesta aqui) não pode ser feita à custa de modelos inadequados e precários. Noutros países as metodologias de cálculo de honorários existem e possuem regras legalmente válidas. O caso mais interessante é o da Alemanha, onde o HOIA até adota tabelas de honorários sem transgredir as regras anti-concorrenciais. Na Itália há uma fórmula para honorários em concursos de obras públicas (e só nestas), ditada pelo Estado, que é absorvida como referência para o sector. Ou seja, o caminho para obter um quadro regulatório é difícil, mas não impossível, implica construir uma metodologia composta por parâmetros obrigatórios, definindo tarefas, prazos, custos e recursos necessários. É uma causa que, se devidamente travada pela Ordem dos Arquitectos, trará uma enorme mais-valia relativamente à atual circunstância.

O APOIO AO SUSTENTÁVEL ARQUITECTO

"Para além da sua preparação especializada – e porque ele é homem antes de arquitecto – que ele procure conhecer, não apenas os problemas dos seus mais directos colaboradores, mas os do homem em geral. Que a par de um intenso e necessário especialismo ele coloque um profundo e indispensável humanismo. Que seja assim o arquitecto – homem entre os homens – organizador do espaço – criador de felicidade"

Fernando Távora, Da Organização do Espaço

Quem é afinal o Sustentável Arquitecto?

É pseudónimo de uns e heterónimo de outros. Exerce a profissão de arquitecto e quase sempre acumula funções. É um arquétipo de 28 mil colegas. Tanto pode ser o responsável do ateliê como trabalhar para outro, ou as duas coisas. Sabe o que é exercer na função pública e no sector privado, tem experiência de ser "empresendedor", mas também colaborador. É professor, formador, curador, promotor ou fiscal. Sonha sempre em cada projeto, mas também sofre dia após dia com a dificuldade da profissão. E o que pretende o Sustentável Arquitecto?

a) Que o conceito de "sustentável arquitecto" seja requisito ex ante de uma arquitetura sustentável – solicitando que a

Ordem dos Arquitectos seja orientada para o debate do adequado desempenho da profissão.

b) Que se desconstrua o labirinto burocrático em que o País se envolveu, desejando para tal que a Ordem dos Arquitectos atue, sem ilibezas nem receios semânticos, no sentido de obter a transformação da situação atual.

c) Que a arquitetura, o planeamento e a organização do território seja verdadeiramente reconhecida como de interesse público, permitindo que os arquitectos reclamem da sua função social.

d) Que a voz dos arquitectos se faça ouvir, em especial nas questões de impacto nacional, regional ou local, impelindo a Ordem dos Arquitectos a um papel interveniente sem refúgios no discurso técnico, tantas vezes inacessível à opinião pública.

Os subscritores desta moção solicitam, pelos motivos expostos, que o 16.º Congresso dos Arquitectos apoie incondicionalmente o Sustentável Arquitecto.

SUBSCRITORES

Avelino Oliveira 6060, Susana Gouveia Jesus 4872, Cláudia Gaspar 10113, Luís Fernando Matos 12088, Paula Torgal 3609, Jorge Teixeira 5101, Rui Florentino 6765, António Manuel Laúndes 13193, César Lima Costa 6512, Alexandre Ferreira 13080, Sílvia Barros 14790, Miguel Meirinhos 14204, Célia Maia 19934, Liliana Moniz 22004, Ricardo Latoeiro 13218, Hélène Silva 21834, Alexandre Arieira Silva 8536, Décio Ferreira 15119, Pedro Novo 12851, Manuel Marchã 25230, Pedro Barbosa 12973, Luís Oliveira 6661, Francisco Domingos 23587, Lia Ferreira 17405, Eduardo Queiroga 9672, Marco Lopes da Silva 21761, Bruno Miguel Amores Inácio 15992, Miguel Malaguerra 3441, Nelson Rosmaninho 16690, Adriana Floret 9978, Sílvia Santos 10707, Manuel Rosa 2894, Esmeralda Palma 13490, Mónica Rosa 14350, Natacha Sabino 21735, Ana Nascimento 2863, José Martínez 3945, Teresa Correia 4805, Hugo Pinho 13424, Maria Falcão 5760, Nuno Freitas 15597, Fátima Matos 9756.

MOÇÃO:
**PROPOSTA DE LEI DA
ARQUITETURA E DA PAISAGEM –
DA AMBIÇÃO À AÇÃO: PELA
QUALIDADE DA NOSSA
ARQUITETURA E DA NOSSA
PAISAGEM**

GONÇALO BYRNE, OA 520, PRESIDENTE
DO CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

Tem sido longo o caminho dos arquitetos na defesa de uma Política de Arquitetura para Portugal.

Olhando à nossa Constituição, adivinharíamos um caminho mais curto. Mais suave. Mais consistente. Mais certo. Afinal, está na letra da lei – a que ocupa o topo do Direito Português – que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender" e que "Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar." Fala-se de habitação, de urbanismo, de ambiente. Fala-se de arquitetura e daquele que é o seu desígnio: a qualidade de vida dos cidadãos. E determina-se o seu interesse: o bem comum.

Dissemos-lo – arquitetos – no nosso 12.º Congresso, em 2009: "uma Política Pública de Arquitetura para Portugal constitui um novo passo para a plena concretização do Direito à Arquitetura, ou seja, para o acesso crescente de todos a melhor Arquitetura e Ambiente Construído e, assim sendo, a mais e melhor Qualidade de Vida". E aprovámo-lo por unanimidade.

Dissemos-lo – arquitetos – no nosso 13.º Congresso, em 2013: "a promoção da qualidade da Arquitetura e das boas práticas inerentes, deverão ser assumidas pelo

Estado, no âmbito de uma Política Pública de Arquitetura para Portugal, enquanto instrumentos fundamentais para a qualidade de vida."

E fizemo-lo – arquitetos – participando na Comissão de Redação daquela que se viria a constituir, em 2015, como a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem. Arquitetura e Paisagem, juntas como objeto de uma Política Pública, a P NAP, aprovada em Resolução de Conselho de Ministros, em 4 de julho de 2015.

Reconhecia-se, assim, o valor social, cultural, económico, ambiental e ecológico, e o impacto da arquitetura e da paisagem no bem-estar e na qualidade de vida das populações. Reconhecia-se que arquitetura e paisagem de qualidade importam no desenvolvimento do País, contribuindo para a competitividade da nossa economia e para uma sociedade mais digna, justa e inclusiva.

Propôs-se uma visão para o País: a arquitetura e a paisagem como recursos estratégicos das políticas de desenvolvimento; cidadãos e instituições juntos na divulgação e disseminação das boas práticas, integradoras de critérios de qualidade; e uma referência no desenvolvimento sustentável, no ordenamento do território, na conservação da natureza e da biodiversidade, na reabilitação urbana, no desenvolvimento rural, na defesa do património cultural, na valorização turística e na proteção da orla costeira. E propôs-se uma ação coordenada que integrava medidas legislativas e de regulação; e medidas de informação, sensibilização e educação.

Apontou-se para um crescimento territorial sustentável, capaz de promover a qualidade ambiental, as características do património construído e a identidade dos lugares. Apontou-se para a sustentabilidade ambiental, social, económica. E apontou-se para a sustentabilidade cultural.

Aqui chegados, exigimos mais. Pela qualidade e pela sustentabilidade dos nossos territórios.

Exigimo-lo enquanto promotores desta política que vemos aquém da ambição que proclamava. Exigimo-lo enquanto arquitetos e enquanto Ordem dos Arquitetos. E exigimo-lo enquanto cidadãos.

Urge ultrapassar os desafios que a própria política identificava: a incapacidade do Estado garantir a proteção, integridade e gestão do património paisagístico e arquitetónico; a sobre-exploração dos recursos culturais e naturais; os impedimentos organizativos e a fraca cultura

de cooperação intersectorial e interinstitucional; a desarticulação e a falta de clareza legislativa; a valorização de critérios quantitativos em detrimento dos necessários critérios qualitativos. Urge ultrapassar a inexistência de referências e critérios que garantiam a proteção, a gestão e o harmonioso ordenamento das nossas paisagens.

Fizemos o caminho de uma política orientadora. Mas, num sistema em que o jargão jurídico distanciou já não apenas o cidadão, mas os próprios profissionais e instituições, vemo-nos, individual e coletivamente, limitados para agir em defesa da qualidade da arquitetura e da paisagem na prossecução da qualidade de vida e do bem-estar social. Limitados para agir em prol do bem comum.

Num quadro legal e normativo em que os desejados e anunciados "robustecimento dos processos de governação inerentes à edificação, à urbanização, ao ordenamento e gestão da paisagem" e "a sistematização, a clarificação e a coerência do código normativo da construção e da edificação, valorizando critérios qualitativos em detrimento dos usuais quantitativos" foram ultrapassados por um complexo – para não dizer ingerível – sistema burocrático e regulamentar, importa inverter o rumo das coisas.

É tempo de passar da ambição à ação, da orientação à vinculação, pela qualidade da nossa arquitetura e da nossa paisagem.

Concluimos.

Propomos um instrumento:

- eficaz e decisivo para o desenvolvimento sustentável nas suas vertentes ambiental, social, económica e cultural e promoção, disseminação e proteção da qualidade da arquitetura e da paisagem;
- que reconheça, não apenas o interesse público da arquitetura e paisagem de qualidade, mas o seu interesse preponderante – pela proteção da saúde, da segurança, do conforto, da educação, da cultura, do ambiente e do património coletivos, pelo interesse público e pelo bem comum;
- que promova e proteja a qualidade dos serviços de planeamento, projeto e gestão, de arquitetura e da paisagem, consentânea com o reconhecimento do interesse público destes serviços.

Propomos a construção coletiva deste instrumento e propomos a Ordem dos Arquitetos como motor dessa ação coletiva e mediadora de um processo colaborativo e

transversal – às profissões, às instituições, às administrações e às populações.

Propomos passar da Política à Lei para fomentar, difundir e proteger a qualidade da arquitetura, como bem de interesse público, defendido pelos poderes públicos no âmbito das respetivas competências, e garantindo que as políticas conexas com a arquitetura e a paisagem estão subordinadas ao princípio da qualidade.

Propomos uma Lei da Arquitetura e da Paisagem em Portugal.

SUBSCRITORES

Gonçalo Byrne OA 520, Paula Santos OA 3274, Joana Seixas Nunes OA 15452, Carla Lima Vieira OA 11631, Ricardo Paulino OA 21209, Rui Serrano OA 7254, Jorge Figueira OA 5052, Ana Maio OA 9072, Bruno Salvador OA 11881, Conceição Melo OA 2923, Carlos Figueiredo OA 915, Sérgio Antunes OA 14369, Cláudia Gaspar OA 10113, Luís Matos OA 12088, Susana Jesus OA 4872, Nuno Costa OA 13380

SESSÃO SECTORIAL 1

**REPENSAR OS
RECURSOS E ADAPTAR
PARA A CASA COMUM:
CIRCULARIDADE E
REABILITAÇÃO**

SESSÃO SECTORIAL 1

COMUNICAÇÕES:

INCORPORATING ENVIRONMENTAL UNCERTAINTY:
LESSONS FROM THE GANGES RIVER BASIN
[INCORPORAR A INCERTEZA AMBIENTAL: LIÇÕES DA
BACIA DO RIO GANGES]

Anthony Acciavatti, Convidado

REUSE - HOW TO REALLY DO IT!
[REUTILIZAR - COMO FAZÊ-LO REALMENTE!]

Barbara Buser, Convidada

CONSTRUÇÃO CIRCULAR: HABITAÇÃO,
DESCONSTRUÇÃO E DESMANTELAMENTO SELETIVO

Alberto Reaes Pinto, OA 434

SUSTENTABILIDADE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Ernesto Martins, OA 20400

INVENTARIAR, REUNIR E PARTILHAR. PRINCÍPIOS PARA A
INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL NO PATRIMÓNIO

Gabriel Andrade, OA 4856

INTERROMPER O CICLO DO ABANDONO TERRITORIAL
ATRAVÉS DA INTRUSÃO DA CULTURA E DO CONVITE AO
RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA - O
CASO DA EMPRESA DE CARDAÇÃO E FIAÇÃO DA CORGA
NAS VILAS FABRIS DE CEBOLAIS DE CIMA E RETAXO

Miguel Ângelo Silva, OA 2421

AS CISTERNAS DO CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA:
IDENTIFICAÇÃO, LEVANTAMENTO E REATIVAÇÃO

Luís Ferro, OA 19282

RECOMENDAÇÃO:

DA VIDA DOS EDIFÍCIOS

Diana Roth, OA 2936, pelo Colégio do Património

Arquitetónico

REPENSAR OS RECURSOS E ADAPTAR PARA A CASA COMUM: CIRCULARIDADE E REABILITAÇÃO

MIESA

Carlos Antunes, Presidente

Ivo Oliveira, Secretário

Joana Mourão, Relator

O estudo e uso de fluxos de materiais em reutilização contínua no ambiente construído - à escala do território ou à escala dos edifícios e suas componentes - abriram esta sessão ilustrando a diversidade de suportes no território humanizado para o pensamento e ação para a sustentabilidade. O reconhecimento de riscos e recursos ambientais ficou visível no estudo de cenários de incerteza ambiental, ao longo das variações sazonais do rio Ganges, ou na gestão de componentes de demolição de edifícios, para uma reutilização direta sem degradação, sem reciclagem e com total circularidade.

Em linha com os objetivos de gestão da biosfera como a casa comum, foi aqui tema a valorização, otimização e eficiência no uso de recursos na construção. A habitação modular evolutiva de baixa densidade foi apresentada como protótipo eficiente. Recordando que a nossa casa está a arder, a aplicação urgente do conhecimento sobre alterações climáticas, aquecimento global e procura de energia, foi lembrada como ação necessária para os arquitetos.

Paralelamente, o património já construído emergiu como foco, referindo-se a importância da inventariação do edificado - para a sua adequada e generalizada reabilitação; da regeneração colaborativa de património industrial - para a sua reativação em termos físicos e sociais, e; da recuperação funcional do património de captação, reutilização e eficiência hídrica, face à situação climática local e global.

No mesmo âmbito, a recomendação do Colégio do Património aconselhou que se promova um esforço para continuar a identificar o património arquitetónico onde seja reconhecível a existência de valores, como condição inicial para a sua salvaguarda e valorização, e para a garantia de qualidade em todas as fases de intervenção no património arquitetónico.

Caminho dominante para a sustentabilidade, e para a descarbonização, a reutilização do edificado e de infraestruturas existentes emergiu no debate sempre acompanhada da referência ao desafio da adequação da legislação e da regulamentação aplicável ao património arquitetónico, na sua diversidade e suas especificidades.

SESSÃO SECTORIAL 1 COMUNICAÇÕES:

INCORPORATING ENVIRONMENTAL UNCERTAINTY: LESSONS FROM THE GANGES RIVER BASIN [INCORPORANDO A INCERTEZA AMBIENTAL: LIÇÕES DA BACIA DO RIO GANGES]

ANTHONY ACCIAVATTI, CONVIDADO

RESUMO:

Em 2005, com uma câmara e um GPS, o arquiteto deixou Nova Iorque para descobrir a bacia hidrográfica mais densamente povoada do mundo: a do Ganges. No curso de longas expedições por cidades e plantações, começou a registar obsessivamente os ciclos das monções e o dinamismo do Ganges, o icónico curso de água da Índia. Porque é que os mapas mais recentes do rio datam dos anos de 1960? Como é que as pessoas incorporaram a incerteza ambiental nas cidades e na agricultura? Quase uma década a caminhar, a pedalar e a navegar ao longo do Ganges permitiram olhar e compreender os conflitos ao longo do tempo sobre a água: para beber, a agricultura e a indústria. Combinando trabalho de campo com investigação e desenho, desenvolveu um atlas dinâmico de como as cidades e as plantações se adaptam às monções. À medida que uma maior extensão do mundo enfrenta a incerteza ambiental, esta conferência irá partilhar lições do Ganges para que outras comunidades e regiões possam aprender com elas.

REUSE - HOW TO REALLY DO IT [REUTILIZAR - COMO FAZÊ-LO REALMENTE]

BARBARA BUSER, CONVIDADA

RESUMO:

O exemplo de Lysbüchel mostra como uma fachada de 100 m de comprimento e 10 m de altura foi construída com materiais reutilizados: Começando com 200 janelas novas, mas obsoletas, que recebemos gratuitamente de diferentes fabricantes de janelas, decidimos pré-fabricar a fachada em elementos do tamanho máximo que podiam ser transportados num camião.

Decidimos construir os elementos com molduras de madeira, encaixar as janelas, isolar as molduras com restos de lã mineral, e fechá-las com placas de gesso cartonado, sendo o acabamento exterior gesso cartonado (novo) e chapas metálicas usadas. Só quando os proprietários do edifício viram a maquete é que ficaram plenamente convencidos e deram início à construção.

CONSTRUÇÃO CIRCULAR: HABITAÇÃO, DESCONSTRUÇÃO E DESMANTELAMENTO SELETIVO

ALBERTO REAES PINTO, OA 434

RESUMO:

A grande concentração da população nas cidades, da ordem dos 50%, prevista para 75% em meados deste século, deve-se, fundamentalmente, à deslocação das populações, sobretudo mais jovens, no sentido da procura de melhores condições de vida, de emprego, de habitação de ofertas culturais.

Na procura de um maior equilíbrio na distribuição dessa população e da sua fixação nas zonas menor densidade, menos desenvolvidas de determinadas regiões do interior, considera-se que a habitação unifamiliar, em terrenos próprios ou de aquisição mais acessível, em termos de custo, beneficiando da proximidade de regiões urbanas, com infraestruturas complementares, pode ser uma âncora para essa fixação, visando o desenvolvimento.

Para um aproveitamento mais eficiente dos recursos naturais e uma maior redução dos resíduos de construção e demolição, considera-se necessário que, para além do projeto inicial de um edifício, exista um projeto paralelo de desconstrução e desmantelamento seletivo, visando a reciclagem e reutilização de materiais utilizados na construção, prolongando assim a sua vida útil, dando origem a novos materiais e integrando-os numa economia circular.

SUSTENTABILIDADE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ERNESTO MARTINS, OA 20400 [online]

RESUMO:

Os Arquitetos, hoje, carregam a responsabilidade de criar um Futuro Sustentável:

- mudar o foco dos processos de renovação, construção, utilização e demolição, com vista à redução da "pegada ecológica".

- promover as economias locais, assentes em parcerias inclusivas de todos intervenientes, os que projetam, constroem, utilizam e mantêm.

- integrar equipamentos que reduzam ou anulem a necessidade de consumos de energia e água.

Ao Arquiteto importa, projetar edifícios ambientalmente sustentáveis, ter conhecimento das mudanças em curso e capacidade de as praticar e explicar. Deve informar das novas escalas de tempo - já, agora, hoje e futuro, para os processos de transformação ecológica, económica e social. As alterações climáticas são o motor das mudanças na ação de projetar, para reduzir a poluição rumo à sustentabilidade da Nossa Casa Comum e resistindo às alterações já observadas.

Prezende dar-se um contributo para aquilo que o Arquiteto deve saber relativamente:

- Às causas e efeitos das alterações climáticas; à poluição e os gases com efeito de estufa (GEE).
- Ao papel do arquiteto, face à sustentabilidade e alterações climáticas, já, agora, hoje e no futuro.

INVENTARIAR, REUNIR E PARTILHAR. PRINCÍPIOS PARA A INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL NO PATRIMÓNIO GABRIEL ANDRADE, OA 4856

RESUMO:

Construir significa ponderar sobre o que existe e sobre o que se acrescenta ou substitui. Os inventários existentes, incidem sobre o património de exceção, classificado ou reconhecido nos IGT, mas não abrangem, a maior parte do edificado, que constitui a matéria-prima do trabalho do arquiteto.

A existência de informação qualificada, que permita ponderar o que deve ser reintroduzido na cadeia de valor serve a economia circular. Para este efeito considera-se relevante a avaliação da qualidade da produção arquitetónica atual.

De igual importância é refletir sobre a qualidade das intervenções sobre o património. Ao percorrer o país percebemos que há falta de conhecimento no que diz respeito à reabilitação. É por tudo isto prezende-se discutir:

Sistemas de inventariação, classificação e qualificação do edificado comum; Formas e Métodos de intervenção no património classificado e não classificado; Transmissão aplicação do conhecimento produzido nas universidades para a prática profissional; Aplicação dos critérios atuais de conforto às construções existentes considerando os materiais e sistemas construtivos originais e a tecnologia disponível.

INTERROMPER O CICLO DO ABANDONO TERRITORIAL ATRAVÉS DA INTRUSÃO DA CULTURA E DO CONVITE AO RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA- O CASO DA EMPRESA DE CARDAÇÃO E FIAÇÃO DA CORGA NAS VILAS FABRIS DE CEBOLAS DE CIMA E RETAXO

MIGUEL ANGELO SILVA, OA 2421

RESUMO:

No processo de reativação de uma indústria, dos têxteis em geral e dos lanifícios em particular, o território de Cebolas de Cima e Retaxo, em Castelo Branco, foi marcado por um período de estagnação e abandono dos espaços fabris e, consequentemente, da degradação profunda da sua paisagem urbana e humana.

Essa paisagem, antes, caracterizada por um dinâmico ambiente de trabalho, hoje caracteriza-se por um legado dos materiais abandonados, pelos restos da maquinaria ligada à produção assim como por alguns edifícios significativos, tudo disperso numa paisagem descaracterizada.

É na luta contra o conformismo instalado neste território em vias de desertificação que assenta a base de desenvolvimento dum projeto do Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design, da Universidade Lusíada de Lisboa. Este processo vai unir a intensa participação dos estudantes de arquitetura desta Escola às forças locais, materializando-se num designado "Assalto Criativo" e culminando como momento de origem do MUTEX - Museu de Lanifícios de Castelo Branco.

AS CISTERNAS DO CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA: IDENTIFICAÇÃO, LEVANTAMENTO E REATIVAÇÃO LUÍS FERRO, OA 19282 [online]

RESUMO:

Esta comunicação visa apresentar o projeto-piloto «As cisternas do Centro Histórico de Évora: identificação, levantamento e reativação», promovido pela Câmara Municipal de Évora, sob a orientação técnica do Arq. Luís Ferro.

O estudo e a reativação das antigas cisternas do Centro Histórico de Évora pretendem combater a rarefação de água da chuva provocada pelo progressivo aquecimento global.

Este trabalho implica a realização de levantamentos arquitetónicos exaustivos e pormenorizados das antigas cisternas (depósitos subterrâneos), assim como de todo o sistema hidráulico a que estão subordinadas, tais como as superfícies de coberturas e pavimentos, os algerozes e os canaletes, as caixas de decantação, as escadas de acesso, os poços, os sumidouros e os puteais. Estes levantamentos arquitetónicos constituirão uma importante base para a preparação de projetos de reabilitação das cisternas e de todo o sistema hidráulico.

Esta comunicação será acompanhada pela apresentação de conteúdos gráficos, tais como mapas, desenhos técnicos e fotografias.

SESSÃO SECTORIAL 1 RECOMENDAÇÕES:

DA VIDA DOS EDIFÍCIOS DIANA ROTH, OA 2936, PELOS ÓRGÃOS ELEITOS DO COLÉGIO DE PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

"Da vida dos edifícios se ocupam hoje pouco aqueles que escrevem, sobre arquitetura" escreve Rafael Moneo. E, no entanto, no mundo são imensos os exemplos de edifícios com uma longa vida e que resistiram à ação do tempo e à dos homens, talvez a mais erosiva das forças a que estiveram sujeitos. Na Europa, igrejas adaptaram-se a mesquitas, ou o contrário, antigos conventos são hoje escolas, bibliotecas ou quartéis. Muitas pontes, ainda em uso, incluem parte de estruturas romanas ou medievais. Com o passar dos anos as cidades antigas adaptaram-se à vida contemporânea.

O que levou a que estes edifícios ou estruturas construídas fossem adaptados? E o que permitiu que resistissem com alguma integridade a essas alterações, ao contrário de outros? À segunda questão, Moneo responde com a presença de uma clareza, ou ordem, que garante a resiliência e a possibilidade de neles operar com sucesso as intervenções que acontecem ao longo do tempo. No que respeita à primeira questão presume-se que a opção por preservar estaria relacionada com o reconhecimento de certas qualidades físicas e significados culturais presentes nessas estruturas e, também, com razões de ordem económica.

Pode dizer-se que as duas questões estão relacionadas com o que poderíamos classificar como a qualidade arquitetónica, manifestada através das suas dimensões conceituais e materiais. Certo é que estruturas notáveis como a Mesquita de Córdoba ou muitos conventos cristãos antigos estão entre os exemplares mais bem-sucedidos da arquitetura ocidental, pois não haverá edifícios tão eficientes como aqueles que estão em uso há séculos ou, até, há milénios. Claro que estes casos antes referidos são dos mais evidentes, ou conhecidos, do uso continuado de estruturas. No entanto, quantas vezes, ao intervir num edifício urbano ou numa estrutura rural, os arquitetos se deparam com sinais ou vestígios de partes muito mais antigas, frequentemente impossíveis de datar?

A prática e a história atuais parecem dizer-nos que o uso dos edifícios e das estruturas existentes faz sentido, tanto do ponto de vista cultural como económico. Assim, preservar e conservar, nas suas diversas declinações, que vão da simples manutenção até à reabilitação, é hoje cada vez mais necessário. E o que todos os exemplos que chegaram até nós nos mostram, esses edifícios com vidas longas sobre os quais tantas vezes se sabe tão pouco, é que na génese da sua preservação está a sua qualidade intrínseca.

Tendo em consideração que:

- a "clareza" da arquitetura, como razão para a capacidade de adaptação dos edifícios antigos à vida contemporânea, é também indutora da necessidade de adaptação dos nossos comportamentos a estes edifícios, de modo a preservar a sua "vida";
- a preexistência, com as suas características e valores próprios, deve ser determinante para uma boa adequação ao uso;
- a avaliação do desempenho das soluções construtivas não deve comprometer os valores do existente.

Recomendamos:

1. Que se promova um esforço para continuar a identificar todo o património arquitetónico onde seja reconhecível a existência de valores, como condição inicial para a sua salvaguarda.
2. Que seja garantida, através do esforço de todos os intervenientes e das disposições legais e regulamentares, a qualidade em todo o ciclo de intervenção no património arquitetónico, compreendendo a programação, o projeto, a obra e a sua manutenção no tempo.
3. Que seja priorizada a reutilização do edificado existente, como base para a sustentabilidade e o processo de descarbonização.
4. Que se promova a adequação da legislação e da regulamentação aplicável à realidade do património arquitetónico e das suas especificidades.

PELA COMISSÃO EXECUTIVA

Diana Roth OA 2936, Fernando Sanchez Salvador OA 1953,
João Appleton OA 5958, José Barra OA 5898, Manuel
Lacerda OA 1226

PELA MESA DA ASSEMBLEIA

Pedro Alarcão e Silva OA 3286, Francisco Pólvora OA 5791,
Maria Fernandes OA 2716

3 MAR 2023

TEATRO MICAELENSE

https://www.youtube.com/watch?v=bo_a0RnYVWpk&t=1239s

SESSÃO SECTORIAL 2

REPENSAR OS
RECURSOS E ADAPTAR
PARA A CASA COMUM:
MATERIALIDADE
SUSTENTÁVEL E
TRANSIÇÃO DIGITAL

SESSÃO SECTORIAL 2

COMUNICAÇÕES:

TRANSFORMACIÓN DEL TERRITORIO [TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO]

Carlos Quintáns, Convidado

A NATUREZA E O FUTURO

Helena Freitas, Convidada

A IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA DE TERRA

Filipe Jorge, OA 1669

O PAPEL DA ARQUITETURA NA INCLUSÃO TECNOLÓGICA E NA SUSTENTABILIDADE DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Bruno Baldaia, OA 7552

FUTURO DO PROJETO DE ARQUITETURA EM TEMPOS DISRUPTIVOS

Fernando Bagulho, OA 863

SECCLASS: SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO OTIMIZADO PARA A SUSTENTABILIDADE E PROCESSOS DIGITAIS (BIM)

Inês Almeida, OA 24724

DESMATERIALIZAÇÃO DE ELEMENTOS ENTREGÁVEIS E TRANSIÇÃO PARA O BIM

Alexandre Aguiar Ribeiro, OA 8165

RECOMENDAÇÕES:

REGULAMENTAÇÃO DE SCIE - UM ENTRAVE À ARQUITETURA SUSTENTÁVEL E À INOVAÇÃO

Paulo Prata Ramos, OA 6901

A TRANSIÇÃO DIGITAL E A SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA

Inês Almeida, OA 24724, pela Comissão Técnica para a Transição Digital

SESSÃO SECTORIAL 2

REPENSAR OS RECURSOS E ADAPTAR PARA A CASA COMUM: MATERIALIDADE SUSTENTÁVEL E TRANSIÇÃO DIGITAL

MESA

Carlos Antunes, Presidente

Ivo Oliveira, Secretário

Joana Mourão, Relator

A reutilização do património construído relaciona-se com a reutilização do património natural, integrando o potencial de uso e adaptação dos edifícios e da paisagem. A preservação dos serviços que os ecossistemas nos prestam foi pano de fundo nesta sessão, mostrando bases para gerir os impactos ambientais do construído e estabelecer relações simbióticas, baseadas na natureza e favorecendo a biodiversidade, no espaço urbano ou no território rural. A transição e a retoma de materialidades endógenas, e de formas de projeto e intervenção ancoradas no território e seus recursos, foram ilustradas por reconstruções subteis na Galiza e pela visão interdisciplinar da Ecologia Urbana, promovida pela Unesco e pelo Pacto Ecológico Europeu, para ativação do suporte ambiental e seu reconhecimento como prestador de serviços vitais para as pessoas - indicadas como o foco do sistema de direitos, responsabilidades e recompensas inerente ao caminho para a sustentabilidade.

Em linha com a construção com a natureza, focou-se a importância de documentar a construção e arquitetura em terra numa linha editorial. Também no âmbito da materialidade sustentável e da utilização de materiais de construção naturais, demonstraram-se incompatibilidades entre a arquitetura sustentável, com uso de madeira, e a regulamentação de segurança contra incêndios, indicando a necessidade de uma revisão profunda da regulamentação de Segurança ao Incêndio em Edifícios, junto das instituições com competência legislativa respetiva.

Num outro âmbito, a recomendação da Comissão Técnica da Transição Digital indicou a necessidade de disponibilizar apoio à capacitação digital no sector e transformar o investimento em tecnologia BIM numa vantagem competitiva, assegurando o acesso a dados e a informação harmonizada, com base numa norma internacional já existente.

Foram temas prementes as condições da realização da arquitetura e a complexidade e ampliação dos campos da profissão - desde a mesa onde se projeta à indústria, nestas incluindo a realidade da transição digital do sector da arquitetura e construção, quer nos processos de projeto quer de licenciamento.

SESSÃO SECTORIAL 2 COMUNICAÇÕES:

TRANSFORMACIÓN DEL TERRITORIO [TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO] CARLOS QUINTÁNS, CONVIDADO

RESUMO:

As análises que se podem efetuar sobre território atendem à riqueza e variedade da sua estrutura, às condições climáticas naturais, que permitem a utilização de leitos de rios e águas pluviais, a orientação e o aproveitamento do percurso do sol, a topografia do terreno, e muitos outros parâmetros. A secção do vale de Patrick Guedes relaciona a geografia com o comportamento humano de aproveitamento de recursos de formas que permanecem relevantes para compreender a Ribeira Sacra na Galiza e enquadrar a proposta de um complexo vitivinícola e hoteleiro.

A proposta utiliza a colheita de material vegetal e a extração do solo aceitando o seu carácter prejudicial e transformador como oportunidade para apoiar novos usos e novas colheitas como uma cidade erguida a partir de uma antiga pedreira.

Com Zaida García Requejo, desenvolvemos nas antigas pedreiras de ardósia de Barco de Valdeorras uma proposta que inclui o armazenamento natural de água como argumento para o reflorestamento articulando o turismo "industrial" e residências artísticas e performance inspirada nos precedentes de Richard Long e Robert Smithson.

A NATUREZA E O FUTURO HELENA FREITAS, CONVIDADA [online]

RESUMO:

O modelo de desenvolvimento em que se baseia toda a atividade económica ignora os limites planetários. O capitalismo tem gerado muita riqueza, mas é também responsável pelos impactos que estão no centro da crise climática e na base dos principais obstáculos à sustentabilidade. A nova economia terá que ser distinta. Todas as economias dependem de recursos naturais e todas as atividades estão em risco face à destruição da natureza. A natureza é o investimento mais importante para o bem-estar humano. Mais de 50% do PIB mundial depende

do capital natural e dos serviços dos ecossistemas. Até 2030, a perda de natureza pode custar 2,3% do PIB global por ano, e em países mais pobres, as quedas no PIB podem ser superiores a 10%. O desafio passa pela transição para atividades de baixo carbono e resilientes, impulsionadas por investimentos justos e respeito pela casa comum. Para transformar os sistemas sociais e económicos e promover a resiliência, o mundo vai investir em soluções baseadas na natureza.

A IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA DE TERRA FILIPE JORGE, OA 1669

RESUMO:

A arquitetura e a construção com terra crua é uma das práticas generalizadas em todo o mundo e constitui uma das formas de edificação mais natural, mais económica e mais sustentável, quer na construção de habitação quer noutras construções e equipamentos da natureza pública ou privada.

Hoje sabemos que mais de 30% da população mundial vive em construções em que a terra é o principal material, sendo utilizado através de diversas técnicas, conhecidas por todo o planeta.

As várias técnicas de construção com terra têm sido objeto de estudo e investigação por todo o mundo e pelos mais diversos ramos profissionais ligados à arquitetura, à construção, à reabilitação, ao ordenamento do território e à preservação da natureza, procurando-se a valorização dos processos construtivos tradicionais e envolvendo técnicos e organizações, europeias e mundiais.

No plano editorial temos dado um contributo importante ao conhecimento, à difusão do emprego da terra e à capacitação de trabalhadores e estudiosos, através da edição das mais diversas publicações, bem conhecidas no panorama nacional e também reconhecidas internacionalmente na Europa, África e América Latina.

O PAPEL DA ARQUITETURA NA INCLUSÃO TECNOLÓGICA E NA SUSTENTABILIDADE DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO BRUNO BALDAIA, OA 7552

RESUMO:

Ao longo do tempo os arquitetos têm interagido com a indústria de forma bastante passiva. Decidem as soluções construtivas, os materiais e outros, mas é reduzido o impacto dessas decisões nos processos de produção industrial e nas soluções que apresentam aos arquitetos. É importante discutir a participação do arquiteto na relação entre a edificação e a indústria da construção. O prémio Arquétipo, promovido pela OASRN em parceria com o sector industrial, é um exemplo a estudar.

As novas ferramentas digitais (os processos BIM e outros) prometem ter um impacto significativo no sector da construção. Pretende-se refletir sobre: o impacto das novas ferramentas digitais no desempenho dos arquitetos e a sua articulação com os seus parceiros; como se vai gerir esse impacto e como se vai promover uma acessibilidade equitativa aos profissionais do sector; o desígnio do uso destas novas ferramentas está no processo do projeto de arquitetura ou se este se dilui em operações mais vastas que podem pôr em causa a atividade do arquiteto nas formas como ela existe hoje. Como pode então a arquitetura ocupar o seu lugar neste processo?

FUTURO DO PROJETO DE ARQUITETURA EM TEMPOS DISRUPTIVOS FERNANDO BAGULHO, OA 863

RESUMO:

A EFCA (Associação Europeia Engenheiros e Consultores) publicou relatório em 2022 envolvendo 20 especialistas de vários países com o nome:

Seizing opportunities in times of disruption / How the consulting engineering industry can overcome the challenges of digitalisation, harmonization, and sustainability - a disruptive scenario analysis.

Pretende preparar as empresas de engenheiros e consultores na adaptação para dar resposta aos desafios da digitalização, da harmonização e da sustentabilidade que irão defrontar até 2030.

Admitindo que o enquadramento, até 2030, das empresas de engenharia que atuam em Portugal na área do projeto não será, estruturalmente, muito diferente daquele que enquadra o da atividade de projeto em arquitetura, quanto aos métodos de trabalho diferem em princípios elementares de boas práticas (de natureza mais científica) de avaliar as

causas dos problemas e os desafios que colocam de modo a permitir preparar soluções alternativas de futuro.

Não sendo a arquitetura uma ilha, imune à engenharia e à indústria de construção, importa avaliar em conjunto os cenários e suas consequências.

SECCLASS: SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO OTIMIZADO PARA A SUSTENTABILIDADE E PROCESSOS DIGITAIS (BIM) INÊS ALMEIDA, OA 24724

RESUMO:

O projeto SECClass facilita a Economia Circular na Construção introduzindo um Sistema de Classificação de Informações sobre Construção otimizado para a Sustentabilidade. Este sistema está adequado para a metodologia BIM e serve não só a componente de sustentabilidade, mas também os restantes usos BIM, como a gestão do processo BIM, quantificação (quantity take off, ou medição a partir do modelo), compatibilização de especialidades (clash detection) ou planeamento de obra, e todas as fases do ciclo de vida.

Este sistema está a ser usado por profissionais de projeto, construção e responsáveis pela gestão e manutenção de edifícios. Permite unificar a terminologia a todas as escalas, facilitando a comunicação, seleção de materiais e componentes, bem como uma avaliação precisa dos impactos dos edifícios ao longo do seu ciclo de vida. O objetivo último consiste na melhoria do desempenho dos edifícios e redução dos resíduos através de ferramentas digitais de gestão e seleção.

DESMATERIALIZAÇÃO DE ELEMENTOS ENTREGÁVEIS E TRANSIÇÃO PARA O BIM ALEXANDRE AGUIAR RIBEIRO, OA 8165

RESUMO:

1. Desmaterialização dos elementos entregáveis:
Diagnóstico do estado atual do licenciamento de projetos

- Caos burocrático entre Municípios
- Inserção de dados repetidos em documentos
- Quando surge uma nova legislação acrescenta complexidade ao processo
- O desprazer do mero licenciamento motiva a falta de qualidade do ato de Arquitetura e, conseqüentemente, ao

negligenciar as questões como a Sustentabilidade Ambiental
Proposta de plataforma online, da Administração Central
para inserção de dados com criação automática de
documentação adaptada a cada Município.

2. Transição para o BIM

Com o exemplo a transição do papel para o CAD (feita
voluntariamente), pôr em causa a necessidade de legislação
para a adoção do BIM.

O BIM como elemento facilitador do processo e não para
adicionar ainda mais complexidade.

Questões como a análise de consumo energético ou o
impacto ambiental dos materiais usados serão facilmente
introduzidas no Ato de fazer Arquitectura através do BIM.

SESSÃO SECTORIAL 2 RECOMENDAÇÕES:

REGULAMENTAÇÃO DE SCIE - UM ENTRAVE À ARQUITETURA SUSTENTÁVEL E À INOVAÇÃO PAULO PRATA RAMOS, OA 6901

A regulamentação de Segurança contra Incêndios em Edifícios (SCIE) portuguesa baseia-se num estereótipo de edifícios de "construção tradicional", de edifícios de betão e alvenaria, com compartimentos de dimensões modestas, pisos compartimentados entre si e fachadas com fenestrações pequenas. Qualquer obra que fuja a esse estereótipo, encontra fortes restrições regulamentares. Ora a "arquitetura sustentável" foge a este estereótipo e consequentemente tem também fortes limitações.

Damos alguns exemplos:

a) Construção em madeira – Os requisitos de SCIE não permitem ter revestimentos em madeira em locais de risco B (mais de 50 pessoas de público), risco C (cozinhas, armazéns, áreas técnicas), risco D (quartos de hospitais ou lares, salas de creches), risco E (quartos de hotéis, dormitórios de estudantes) e na generalidade das vias de evacuação; esta limitação quase que impossibilita a construção em madeira exceto moradias unifamiliares e pequenos edifícios de serviços.

b) Iluminação natural e ganhos solares térmicos – O regulamento de SCIE obriga que vãos de fachada sobrepostos tenham uma distância mínima entre si de 1,1 m, fazendo com que não se possa ter janelas de laje a laje a não ser recorrendo a sistemas onerosos (vidros corta-fogo) ou a soluções que tendo o vidro de laje a laje por fora, têm barreiras opacas por dentro. Estas disposições condicionam a possibilidade de otimizar a iluminação natural e ganhos térmicos solares.

c) Painéis solares – A regulamentação de SCIE limita a implantação das instalações técnicas a 50% da área da cobertura o que é manifestamente insuficiente para garantir uma produção energética que tenha expressão face aos consumos do edifício.

d) Construção fora dos aglomerados urbanos – O regulamento específico para construção em meio rural e florestal, recentemente publicado, agrava de forma significativa os requisitos aplicáveis ao "envelope" do

edifício. Esta regulamentação obriga que em edifícios a menos de 50 metros de florestas, pastagens ou matos, as coberturas sejam resistentes ao fogo e que as janelas e portas sejam corta-fogo. Não só isso irá onerar de forma significativa a construção, afastando as populações das zonas rurais, mas cria situações funcionalmente anómalas, como sendo ter de ter janelas de vidro fixo.

No que concerne à legislação de SCIE, Portugal está em contra corrente com o resto da Europa, em que há uma clara aposta na construção em madeira e na utilização de painéis solares integrados na Arquitetura. A regulamentação de SCIE condiciona a inovação e cerceia de forma inaceitável a liberdade conceptual da Arquitetura.

Recomendação:

Deverá ser criado um grupo de trabalho que proponha uma revisão profunda da regulamentação de SCIE e ser feita pressão sobre instituições com competência legislativa, nomeadamente Assembleia da República, Ministério da Administração Interna e a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

A TRANSIÇÃO DIGITAL E A SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA INÊS ALMEIDA, OA 24724, PELA COMISSÃO TÉCNICA PARA A TRANSIÇÃO DIGITAL

É hoje consensual que a tecnologia tem um papel fundamental na aceleração das dinâmicas de sustentabilidade do ambiente construído. A expressão «Twin Transition» materializa exatamente esta sinergia entre a transição digital e a transição climática, reconhecendo o potencial da tecnologia para ajudar a atingir as metas climáticas.

No entanto, é importante lembrar que estudos recentes mostram que a necessidade de atingir as metas climáticas irá fazer aumentar os custos, no mínimo, em 10 %. Parte deste aumento é consequência das novas tecnologias, que poderão exigir algum investimento adicional. Face a esta situação, um dos desafios do sector passa por transformar este investimento numa vantagem competitiva, não só em termos ambientais, mas também em termos de negócio. Caso contrário, se a tecnologia não se torna parte dos processos das empresas e não contribui organicamente

para o negócio, então será sempre vista como uma "pedra no sapato".

Outro dos desafios da Twin Transition é a necessidade de pensar a sustentabilidade como um todo, englobando a complexidade do edifício, mas também o contexto e a comunidade onde ele se deve inserir e para a qual deve contribuir. A tecnologia, para além da experiência e conhecimento do arquiteto, pode contribuir para esta visão mais alargada, principalmente se existir um digital twin do ambiente construído que possa apoiar as decisões de forma mais estruturada. O acesso a dados e a informação, que permita analisar cenários e otimizar soluções, é essencial para esta visão integrada que se pretende atingir (e que tem já uma norma internacional que a suporta). Neste contexto, os arquitetos têm um papel crucial. Não só porque são os principais pensadores do projeto e, por isso, atuam como veículo da Twin Transition, mas também porque a sua intervenção pode despoletar a mudança do sector, trazendo uma visão mais consistente e integradora do que deve ser a sustentabilidade e de qual o papel da tecnologia no caminho a traçar até às metas climáticas. Não se pode esquecer, no entanto, que a implementação da tecnologia não é uma evolução simples, obriga a um investimento na transição digital e tecnológica das empresas, que idealmente devem estar alinhado e suportado num plano de transição digital do sector. A mobilização em torno de uma mudança faseada e devidamente estruturada é essencial.

Inês Almeida OA 24724, José Pedro Sousa OA 8647,

Cláudia Antunes OA 22240

APOIO: António Aguiar Costa, Engenheiro, e Rita Moura, Engenheira

**PLANEAR PARA A
RESILIÊNCIA,
INCLUSIVIDADE E SAÚDE
DA CASA COMUM:
HABITAÇÃO E INCLUSÃO**

SESSÃO SECTORIAL 3

COMUNICAÇÕES:

A TALK ABOUT THE FUTURE OF OFFSITE INDUSTRIAL
CONSTRUCTION
[UMA CONVERSA SOBRE O FUTURO DA CONSTRUÇÃO
INDUSTRIAL OFFSITE]

Ivan Rupnik, Convidado

A UNIVERSALIDADE HUMANA E A DIVERSIDADE
AMBIENTAL: O DESENHO COMO BASE PARA UM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO
Tiago Valente, Convidado

DA HABITAÇÃO AO HABITAT
Conceição Melo, OA 2923

1.º DIREITO - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À
HABITAÇÃO
Eduardo Queiroga, OA 9672

O TERCEIRO SECTOR NAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO
André Fernandes, OA 9183

CASE STUDY - HABITAÇÃO RENDA ACESSÍVEL -
CML/SRU, 128 FOGOS
Fernando Bagulho, OA 863

A QUESTÃO DA HABITAÇÃO: 5 TEMAS PARA DEBATE
Teresa Cáliz, OA 8157

RECOMENDAÇÕES:

HABITAÇÃO: A QUALIDADE É UM DIREITO
Inês Lobo, OA 3768, pela CTH

PELO DIREITO À ARQUITETURA
Cláudia Escalera, OA 12709

SESSÃO SECTORIAL 3

PLANEAR PARA A RESILIÊNCIA, INCLUSIVIDADE E SAÚDE DA CASA COMUM: HABITAÇÃO E INCLUSÃO

MESA

Paulo Pardelha, Presidente

João Benito, Secretário

Patrícia Robalo, Relator

A sessão sectorial 3 - Habitação e Inclusão - incluiu perspetivas diversas de significativa amplitude das práticas profissionais no campo da arquitetura e das políticas de habitação.

Num momento de grave crise habitacional com características comuns em diferentes geografias, as várias apresentações ao Congresso, incluindo os oradores convidados - Ivan Rupnik e Tiago Valente - mostraram abordagens diferentes à estratégia, projeto e construção de habitação. Discussões centrais do conhecimento arquitetónico que foram esquecidas nas últimas décadas no contexto das políticas públicas de habitação e da liberalização dos quadros legais e programáticos implicados na sua execução.

As diferentes intervenções na sessão demonstraram a importância das dimensões urbanística e paisagística na reflexão sobre o habitar, que introduzidas na Lei de Bases de Habitação através da definição de habitat, promoveram a compreensão integrada da habitação no seu entorno edificado e restante território.

Neste contexto, foram discutidos os problemas específicos dos programas públicos em execução, como o 1º Direito, as dificuldades em integrar a habitação nos instrumentos de gestão territorial e, ainda, a importância em pensar a habitação como génese de regeneração dos espaços públicos, de reforço de comunidades e de modelos urbanos que contemplem a diversidade de usos do solo e das funções do edificado.

Foi desenvolvida uma reflexão sobre o papel da investigação científica e dos programas pedagógicos das escolas de arquitetura no desenvolvimento de respostas analíticas e projetuais de integração da transição energética e da sustentabilidade ambiental nas políticas de habitação. Adicionalmente, foi proposta a criação de um serviço público de Direito à Arquitetura que garanta informação e apoio técnico à população que vive com graves carências habitacionais. E, por fim, foi lançado o repito para a elaboração de um Código de Edificação como instrumento de simplificação e flexibilização legislativa para o exercício de projeto e instrução de procedimentos.

SESSÃO SECTORIAL 3 - COMUNICAÇÕES:

A TALK ABOUT THE FUTURE OF OFFSITE INDUSTRIAL CONSTRUCTION

[UMA CONVERSA SOBRE O FUTURO DA CONSTRUÇÃO INDUSTRIAL OFFSITE]

IVAN RUPNIK, CONVIDADO [online]

RESUMO:

Durante grande parte do século XX, arquitetos, construtores, promotores, economistas, e decisores políticos perseguiram o "sonho da casa feita (pré-fabricada) em fábrica". A esperança de que a industrialização progressiva da habitação resultasse numa combinação semelhante de qualidade, rapidez e economia como aquela que revolucionou historicamente muitas outras indústrias, incluindo a agricultura e a manufatura. Os construtores norte-americanos industrializaram com sucesso a construção em madeira na obra durante o período do pós-guerra; concentraram-se principalmente na construção de habitações unifamiliares, no aumento da produtividade, e na acessibilidade económica. Desde 1968, a construção dos EUA desindustrializou-se efetivamente, favorecendo o trabalho manual em vez da digitalização e mecanização para mitigar o risco imprevisível associado à volatilidade do mercado. Em 2017, o McKinsey Global Institute afirmou que a produtividade do trabalho de construção nos EUA diminuiu em média 1,7% anualmente desde 1968, enquanto quase todos os outros sectores da economia - incluindo a indústria transformadora, o comércio a retalho e a agricultura - cresceram até 1500% desde 1945. Este crescimento tem ocorrido em grande parte através da adoção e aplicação contínua de novas tecnologias.

A UNIVERSALIDADE HUMANA E A DIVERSIDADE AMBIENTAL: O DESENHO COMO BASE PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

TIAGO VALENTE, CONVIDADO

RESUMO:

Os territórios, os ambientes e os lugares são espaços que sofrem, não raramente, de uma "demojanásia" cada vez mais agressiva. Esta agressividade urbanística impacta,

negativamente, a imagem e qualidade desses locais com consequências no aumento das barreiras urbanísticas e arquitetónicas, que foram expulsando, inconscientemente, as pessoas e impedindo a igualdade de acesso por todos os cidadãos.

Acreditamos que uma democratização da acessibilidade universal junto das entidades e organizações responsáveis pelo desenho, criação e planificação dos diferentes ambientes urbanos e não urbanos, demonstrando a necessidade e a amplitude que este tema suscita, além do seu enquadramento legislativo e normativo, pode contribuir para o desenvolvimento social que se pretende equitativo, inclusivo, justo e sustentável de comunidades e sociedades, já que permite o acesso universal aos locais e lugares ao maior número de utilizadores tanto quanto possível.

DA HABITAÇÃO AO HABITAT CONCEIÇÃO MELO, OA 2023

RESUMO:

Reflexão sobre o tema da Habitação entendida num sentido lato: não só o fogo, mas a sua envolvente, os espaços coletivos, os serviços e equipamentos e o espaço público, abordando as suas múltiplas dimensões: ordenamento do território e urbanística, requalificação urbana, tanto na cidade consolidada como nas periferias desqualificadas, nos territórios de baixa densidade, onde estão percentualmente a maior quantidade de habitações indignas, ambiental. A abordagem incidirá sobre a relação entre as políticas habitacionais e territoriais expressas nos IGT, sobre a relevância de políticas integradas, em que a habitação não seja o "parente pobre", ou o "filho do patrão". Refletir sobre o lado operativo: os meios para concretizar as políticas abordando a necessidade de capacitação técnica, meios e de recursos humanos e a construção de referenciais para definir e medir as políticas - estruturação e partilha de informação.

Esta comunicação terá por base um artigo escrito para a publicação "Políticas Locais de Habitação" e terá uma componente operativa apresentando propostas concretas para a resolução dos problemas prementes, nomeadamente a concretização das ELH.

1.º DIREITO – PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO

EDUARDO QUEIROGA, OA 9672

RESUMO:

Recentemente foi lançado o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que irá financiar 52 000 habitações a 100% no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e que pretende promover soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada.

A novidade deste programa é o seu foco, direcionada para a reabilitação do edificado e ao seu arrendamento, promovendo a participação e inclusão social e territorial entre vários agentes, sejam eles públicos, privados ou cooperativos, envolvendo as administrações central, regional e local.

À data, o programa 1.º direito entregou cerca de 1 500 habitações num total expectável de 52 000.

O TERCEIRO SECTOR NAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

ANDRÉ FERNANDES, OA 9183

RESUMO:

A habitação pública é um garante da inclusão, mas é justo reconhecer o papel que o terceiro sector, em particular a habitação cooperativa, teve na resposta qualificada ao direito à habitação. A habitação cooperativa foi quase erradicada do país deixando um espaço vazio entre a iniciativa privada e habitação pública. Num momento em que se discute uma Nova Geração de Políticas de Habitação, considera-se oportuno refletir sobre as boas experiências existentes e sobre o modo como podem ser incorporadas nos modelos que estão a surgir. A reflexão deve incidir não só nos modelos de financiamento, como também nas novas formas de habitar seguindo os princípios da New European Bauhaus e os objetivos do Green Deal.

CASE STUDY – HABITAÇÃO RENDA ACESSÍVEL – CML/SRU

FERNANDO BAGULHO, OA 863

RESUMO:

A sustentabilidade e a redução da pegada de carbono terão solução borrifando os projetos de cosméticas verdes (greenwash) ou vão obrigar a alterar usos e hábitos enraizados na cidade europeia do pós-guerra e a projetar ab ovo com impacto na paisagem edificada e nos padrões (estéticos) do projeto de arquitetura.

Para atingir objetivos de controlo de custos do empreendimento impôs-se rigorosa disciplina ao projeto do 1.º bloco, concebido de modo a permitir a sua repetição em edifícios gémeos com programas alterados, mas de idêntica volumetria, o que veio permitir a execução de empreitada única introduzindo consideráveis economias de escala. A verba cabimentada prevista em projeto não foi alterada no concurso da empreitada, nem adjudicação, concluindo a obra sem desvios de custo ou de prazo.

Em termos de classificação energética, ao obrigar o programa à Categoria A, o projeto preocupou-se com o desempenho energético e não em preencher folhas de cálculo verificando o cumprimento de todas as prescrições, resultando no final que cumpre Categoria A+. O prazo de execução das obras foi encurtado devido à organização do empreiteiro, mas que só um projeto rigoroso o permite.

A QUESTÃO DA HABITAÇÃO: 5 TEMAS PARA DEBATE

TERESA CALIX, OA 8157

RESUMO:

Perante os efeitos da revolução industrial, Engels em "The Housing Question" (1872) denuncia soluções paliativas para um problema sistémico e procura respostas numa sociedade mais justa.

Hoje, a Questão da Habitação, embora diferente, ainda requer respostas que superam a ação individual e exige a cooperação na conceção de soluções holísticas para um futuro inclusivo e sustentável.

Elegemos 5 temas para debate:

- 1) O direito à casa adequada - reconhece o custo dos imóveis e o mercado de arrendamento como principais dificuldades de acesso da população.
- 2) Conciliar habitação com ambiente e cultura - destaca a comunidade, o ambiente, o património e a tradição, na definição de materiais, técnicas e competências na ação.
- 3) Modos resilientes de habitar - evidencia o ato de apropriação e o valor da resistência e adaptabilidade.
- 4) Um novo paradigma: renovar, reutilizar, (des)montar, reaproveitar - sobre o uso inteligente do desenho de projeto, tecnologias e soluções construtivas, e o (re)aproveitamento do património construído.
- 5) Projetar habitação: modos de educação e prática - sobre a formação dos futuros arquitetos e as soluções inclusivas e descarbonizadas.

HABITAÇÃO: A QUALIDADE É UM DIREITO INÊS LOBO, OA 3768, PELA COMISSÃO TÉCNICA DE HABITAÇÃO

A habitação é um dos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Contudo, este direito não é assegurado apenas pela garantia de um lugar onde seja possível pernoitar. Mais do que um edifício, uma habitação é um espaço adequado à vida familiar e pessoal, com condições de conforto e intimidade, devendo estar devidamente integrada na comunidade, unidade de vizinhança e no território, com acesso a infraestruturas, equipamentos públicos e transportes. Os arquitetos acreditam na qualidade do projeto enquanto elemento para a prossecução do interesse público. Em habitação, o projeto de arquitetura pode ser fator-chave na garantia não apenas de eficiência orçamental, mas também de alargamento do acesso de toda a população a uma habitação condigna, ou um espaço público equilibrado, contribuindo assim para o bem comum.

É importante criar instrumentos para que este investimento em qualidade se converta em comunidades mais coesas; em edifícios mais saudáveis; em espaços públicos mais articulados com a cidade consolidada; e no reconhecimento, reformulação e reabilitação do património habitacional existente, de modo a possibilitar o aproveitamento pleno de todos os recursos disponíveis, devidamente requalificados. Neste período de mudança de inúmeros paradigmas profissionais e sociais, esta orientação transversal em função da qualidade deve conduzir a uma revisão da regulamentação em termos de edificação e habitação, salvaguardando os impactos das alterações climáticas, incorporando novas formas de construir e de projetar, de acordo com as orientações nacionais e internacionais de reabilitação energética do edificado, e deve ser capaz de lidar com uma implementação no território a curto, médio e longo prazo, a diferentes escalas e diferentes tempos, integrando também uma nova forma de governar.

Inês Lobo OA 3768, João Costa Ribeiro OA 10013, António Baptista Coelho OA 1334, Ricardo Agarez OA 6461
APOIO: Luís Mendes, Geógrafo

Gravanço e Vale Domingos são dois núcleos de habitação precária situados em Águeda. São lugar, casa e bairro de cerca de cem pessoas ciganas. Cada bairro tem a sua própria história, mas um enquadramento comum: condições de habitação indignas; um contexto de segregação urbana; sérios problemas ambientais e de saúde pública.

Nós, arquitetas e arquitetos, promovemos o encurtamento do campo da Arquitetura que, simultaneamente, criticamos. Identificamo-nos, com orgulho, com os pritzkers, sem assumirmos a precariedade habitacional destas famílias como parte da mesma realidade.

Isoladas, invisíveis, permanecem as carências daqueles que habitam nas condições mais indignas e que, porventura, são também as pessoas que têm mais dificuldades em reivindicar o direito a habitação condigna.

No Gravanço e em Vale Domingos, tentámos contrariar o que vemos como uma falência da Arquitetura. Fomos às casas, ouvimos os moradores, criámos equipas multidisciplinares e elaborámos um diagnóstico preliminar sobre as condições de habitação.

Deparámo-nos com desencontros técnicos, sociais e políticos que merecem amplitude de debate e compromissos claros entre nós, arquitetas e arquitetos. Importa incluir nas nossas práticas: mais pessoas; outros espaços e territórios; outras formas de encomenda; e novas perguntas.

Assim, porque reconhecemos que nem todos têm acesso à Arquitetura e que temos feito muito pouco para mudar a situação, recomendamos três eixos para um compromisso com o Direito à Arquitetura. O objetivo é garantir que outras pessoas, comunidades e organizações tenham acesso a serviços técnicos, no âmbito das políticas de habitação, como realizado no Gravanço e em Vale Domingos:

1. Criação do serviço 'Direito à Arquitetura' – serviço público de acesso à Arquitetura através do atendimento de pessoas e entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, que precisem de informação, esclarecimentos e apoio técnico sobre políticas públicas e linhas de financiamento na área da habitação;

2. Criação de um programa de formação dirigido a arquitetas e arquitetos, mobilizando os grupos de trabalho competentes sobre habitação, como a Comissão Técnica, para a capacitação técnica em trabalho de campo, de

diagnóstico, de relatório e parecer sobre o habitat e a habitação;

3. Criação de um programa que acelere e aumente a integração de arquitetas e arquitetos nas equipas técnicas da administração pública municipal e regional, sobretudo em entidades sem arquitetas e arquitetos.

Cláudia Escalera, OA12709 e Patrícia Robalo, OA21682
SUBSCRITORES

Aitor Varea Oro OA 25333, Ana Luísa Reis Natário OA 15670, Ana Luísa Soares Jara OA 11480, Ana Paula Miranda da Silva OA 11791, Célia Raquel Lourenço Gomes OA 7051, Cláudia Regina de Costa Escalera OA 12709, João Miguel Cordeiro da Cruz OA 20678, Jonathan Henry Pugh OA 27392, Patrícia Andreia Robalo Ribeiro OA 21682, Pedro Miguel Leonardo Gonçalves OA 20020, Pedro Miguel Moniz Medeiros Pires Mosca OA 14134, Rui Jorge Alves Felício Seco da Costa OA 5612, Susana Andreia Costa Rosmaninho OA 21354, Vera Lúcia Gonçalves da Silva OA 19931

**PLANEAR PARA A
RESILIÊNCIA,
INCLUSIVIDADE E SAÚDE
DA CASA COMUM:
SUSTENTABILIDADE
PELO DESENHO**

<https://www.youtube.com/watch?v=cUBoJhuQQQ&i=1497s>

SESSÃO SECTORIAL 4

COMUNICAÇÕES:

DRAWING AND NOTHING ELSE

[DESENHO E NADA MAIS]

Jan De Vylder, Convidado

HABITAT AÇORES: TERRITÓRIO E PROCESSOS

COMUNITÁRIOS

Blanca Marfín-Calero, Convidada

CONSTRUCTION ECOLOGY

[ECOLOGIA DA CONSTRUÇÃO]

Kiel Moe, Convidado

TRÊS BAIRROS SOCIAIS E UM CORREDOR SAUDÁVEL NO

PORTO

Luís Miguel Correia, OA 5822

PARA ALÉM DA CIDADE: UMA PRÁTICA TRANSLOCAL

Ricardo Camacho, OA 13012

RECOMENDAÇÕES:

O CAMINHO DAS ACESSIBILIDADES

Susana Machado, OA 7493, pela CTA

O LUGAR DO DESENHO NA SUSTENTABILIDADE

TERRITORIAL, HOJE

Pedro Trindade Ferreira, OA 9453, pelo CAU

POLÍTICA DE INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO

Ana Carolina Freitas, OA 23348, pelo CDR CTR

SESSÃO SECTORIAL 4

PLANEAR PARA A RESILIÊNCIA, INCLUSIVIDADE E SAÚDE DA CASA COMUM: SUSTENTABILIDADE PELO DESENHO

MIESA

Paulo Pardelha, Presidente

João Bento, Secretário

Patrícia Robalo, Relator

A sessão sectorial 4 - Sustentabilidade pelo Desenho - desenvolveu as questões implicadas nas vertentes ambiental e social do tema, saindo reforçado o papel do arquiteto na integridade da paisagem e do ordenamento do território.

As apresentações dos três oradores convidados - Jan De Vylder, Blanca Martín-Calero e Kiel Moe - incidiram sobre a importância do desenho, do projeto e da participação pública, para a criação de novas abordagens ao uso dos recursos naturais, edificados e territoriais, necessariamente sustentáveis e resignificantes.

As várias comunicações e recomendações apresentadas ao Congresso deram a compreender a edificação como forma de rearranjo da natureza e da sociedade. Ideia que desenvolveu o cruzamento entre a sustentabilidade e o desenho a partir da importância de um trabalho situado que integre os aspetos ambientais, sociais e culturais dos lugares e comunidades.

Como parte de uma conceção de projeto que supere a dimensão objetiva, foram questionadas as práticas de arquitetura dita sustentável que promovem a mudança geográfica do custo ambiental do edificado, através da exploração distante de recursos, seu processamento e transporte. Esta visão integrada do edificado - centrada no território e menos nos seus artefactos - foi também desenvolvida sobre os atuais problemas do planeamento.

Foram apresentados projetos que procuraram desenhar a requalificação de espaços públicos a partir de processos de cocriação e de participação pública e que mostraram a relevância em constituir equipas multidisciplinares para congregar, na organização do espaço, as diversas vontades da população.

A acessibilidade e a segurança nos edifícios são aspetos essenciais para o equilíbrio entre a sustentabilidade social, ambiental e política a que a Ordem dos Arquitectos tem atendido com o trabalho de monitorização e formação sobre o Decreto-Lei nº 163/2006. Num quadro ativo de acompanhamento do Regime de Acessibilidade foi proposto que a OA prepare a sua revisão e demonstre disponibilidade em integrar a comissão técnica de preparação do novo diploma.

**DRAWING AND NOTHING ELSE
[DESENHO E NADA MAIS]**

JAN DE VYLDER, CONVIDADO [online]

RESUMO:

A parilha da arquitetura enquanto atitude, com o objetivo de re-pensar o «re» para tornar possível sonhar (ou d-reaming). Nesta medida, prefere intervir e iniciar a produzir e entregar. Na procura de uma outra economia e de uma ecologia livre. A arquitetura é antes de mais um mandato, em lugar de um mero serviço. O tempo atual é exigente e os arquitetos podem, mais do que resolver, pensar de forma aberta e livre. A pergunta é muitas vezes a melhor resposta.

**HABITAT AÇORES: TERRITÓRIO E
PROCESSOS COMUNITÁRIOS**
BLANCA MARTÍN-CALERO, CONVIDADA

RESUMO:

A partir da profunda alteração do território das ilhas dos Açores, especialmente São Miguel, nos últimos anos, em nome do turismo, surge o desconforto de alguns residentes e, como consequência, a necessidade de criar um movimento participativo que proporcione espaço à voz dessas pessoas. Habitat Açores é o grupo que pretende realizar a cartografia das necessidades dos açorianos e residentes no arquipélago, dando um lugar livre à cidadania para manifestar-se de uma maneira direta, longe da insuficiente participação nas eleições. É também o sentimento de impotência perante algumas decisões políticas e o pequeno impacto que os instrumentos previstos para a participação cidadã no sistema atual (petições, consultas públicas, etc.) têm nestes decisores o que leva a criação do grupo. Num movimento verdadeiramente horizontal e de baixo para cima, o Habitat define os seus temas, objetivos de ação e meios para os visibilizar dentro das possibilidades que tem um grupo sem apoios nem forma jurídica. Na comunicação falar-se-á sobre o exemplo da Lagoa do Fogo, de como os processos ditos participativos não funcionaram e é precisa outra abordagem.

**CONSTRUCTION ECOLOGY
[ECOLOGIA DA CONSTRUÇÃO]**
KIEL MOE, CONVIDADO [online]

RESUMO:

Apresentação do conceito e métodos da Ecologia da Construção, uma abordagem sobre os temas ambientais e sociais importantes no atual século. A ecologia da construção envolve a aplicação de sistemas da ecologia à base material e energética da construção, os seus contributos biogeofísicos e humanos: trabalho, extração, transporte, montagem, operação e desmontagem. Esse mapa de geografias e fluxos materiais, por sua vez, torna-se um mapa das relações sociais, económicas e políticas da construção como um processo planetário e reflete a desigualdade dos modos de intercâmbio ecológico e económico, as deslocações ambientais da construção e modos de subdesenvolvimento que ocorrem através da construção. Em conjunto, estes métodos reescrevem adequadamente a construção enquanto um processo terrestre.

**TRÊS BAIRROS SOCIAIS E UM CORREDOR
SAUDÁVEL NO PORTO**
LUÍS MIGUEL CORREIA, OA 5822

RESUMO:

Vivemos um momento crítico e simbólico, sublinhado pelos efeitos da pandemia COVID19 e pelas mudanças climáticas cada vez mais expressas no quotidiano de todos. No que respeita à investigação em arquitetura e urbanismo, este cenário tem motivado um leque de reflexões, teóricas e práticas, sobre como podemos contribuir para uma mudança de paradigma, necessariamente, em conjunto, com outras áreas do conhecimento. Fruto destas circunstâncias, os processos de participação em várias fases do desenho urbano têm sido objeto de novos mecanismos de conceção, mais precisos e adequados. Desenham-se métodos e ações que promovam uma prática transformadora inclusiva, seja do ponto de vista sociocultural ou ambiental. Pretende-se com esta comunicação analisar de que modo o processo de participação seguido no projeto europeu H2020 URBINAT - Healthy corridors as drivers of social housing neighbourhoods for the co-creation of social, environmental and marketable NBS integrou as projeções coletivas da

comunidade e potenciou a apropriação dos seus lugares de vida. Centraremos atenção no projeto do 'corredor saudável' que intersecta três bairros sociais no Porto.

PARA ALÉM DA CIDADE: UMA PRÁTICA TRANSLOCAL

RICARDO CAMACHO, OA 13012

RESUMO:

A prática de António Teixeira Guerra (1929-2012) permite revisitar arquitetura e território em Portugal durante o terceiro quartel do século passado, revelando uma prática livre de narrativas da cidade, casa portuguesa e arquitetura regional; demonstra a emergência de uma prática translocal, impulsionada pela agenda individual do arquiteto, desvinculada de ideologias políticas ou narrativas 'heróicas'.

A obra do arquiteto, regressado a Portugal depois de formação nos dois lados do Atlântico, permite entender agenda, metodologia e desenho de projeto para além da representação de uso, função e regulamentos.

SESSÃO SECTORIAL 4 RECOMENDAÇÕES:

O CAMINHO DAS ACESSIBILIDADES SUSANA MACHADO, OA 7493, PELA COMISSÃO TÉCNICA ACESSIBILIDADES

Decorreram 16 anos de vigência do atual regime das acessibilidades, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006. Não obstante a profunda melhoria que o diploma trouxe existem algumas disposições, que continuam a suscitar diferentes interpretações ou que podem ser de difícil aplicação. Esta situação motiva dificuldades na elaboração dos projetos e atrasos na apreciação das operações urbanísticas.

Desde a aprovação deste diploma verificou-se um assinalável progresso dos conhecimentos, tanto pela experiência adquirida com a sua aplicação como pela investigação a nível internacional. Paralelamente ocorreu um assinalável número de iniciativas para a promoção da acessibilidade no ambiente construído em termos de planeamento, incentivos financeiros, normalização, certificação, formação, informação e sensibilização. Por todos estes motivos justifica-se uma revisão do Decreto-Lei n.º 163/2006.

Quanto ao presente, muito está a mudar no que respeita à acessibilidade. Foi constituída a Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades. Está a decorrer uma petição que visa motivar a revisão do Decreto-Lei n.º 163/2006. A Secretária de Estado da Inclusão comprometeu-se a rever o regime das acessibilidades. Esteve em discussão na Assembleia da República uma iniciativa legislativa com implicações nas condições de acessibilidade na habitação. Foi criado o Dia Nacional das Acessibilidades. A OA pertence ao Working Group Architecture for All, da UIA. Sucedem-se os eventos sobre a acessibilidade no ambiente construído. Existe um crescente ativismo na sociedade portuguesa para este tema.

Neste contexto, recomenda-se:

1. Continuar a desenvolver, na OA, um trabalho ativo e atento de forma a garantir o necessário envolvimento na discussão desta matéria.
2. Preparar a participação da OA na comissão de revisão do DL n.º 163/2006, com trabalho prévio de estudo dos temas em análise.

3. Manifestar a disponibilidade da OA para integrar a comissão técnica responsável pela preparação do novo diploma e pugnar para que, paralelamente, seja elaborado um novo manual técnico.

4. Manter e reforçar ações de formação sobre acessibilidade direcionadas para os arquitetos, em particular se for publicado um novo diploma legal.

5. Estimular as escolas de arquitetura a integrar a acessibilidade, procurando desta forma, não só a formação técnica dos jovens arquitetos como a sua sensibilização para este tema.

6. Incentivar os arquitetos a observar de forma criativa o Regime de Acessibilidades, bem como, enquanto intervenientes diretos na obra, assegurar o correto cumprimento do plano de acessibilidade em obra.

7. Associar a OA a iniciativas que promovam a inovação no cumprimento do Regime de Acessibilidades, tais como, prémios e certificações de acessibilidade. Promover a qualidade de vida, nomeadamente a acessibilidade de todos no ambiente construído, é um dos desafios do Arquiteto!

Susana Machado OA 7493, Alessandra Gouveia Maria OA 13349, João Branco Pedro OA 5362, Marco Lopes da Silva OA 16826, Rui Castro OA 5414, Sandra Macedo OA 6334, Tiago Aleixo OA 20268

O LUGAR DO DESENHO NA SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL, HOJE PEDRO TRINDADE FERREIRA, OA 9453, PELOS ÓRGÃOS ELEITOS DO COLÉGIO DE ARQUITETOS URBANISTAS

Estabelece a apresentação desta Sessão a possibilidade de "restabelecer contributos positivos para o nosso território, o nosso lugar - ou casa - comum". Neste âmbito, planear para a resiliência e inclusividade exige-nos dois níveis de análise - i) o que planear e como planear e ii) como assegurar as condições para que esse exercício seja consequente. É sobre este, o da execução do que se planeia, que se alinham algumas ideias, como primeira condição, para o debate sobre o que planear.

Como refere Innerarity, devem-se condensar, nas atuais democracias, "duas experiências fundamentais: a de que o conhecimento é mais importante que as normas e a de que, em rigor, há que gerir o desconhecimento mais do que o

conhecimento". Ou seja, o sistema de planeamento territorial exigirá lógicas decisórias que, salvaguardando a sua legitimidade democrática, ultrapassam o sistema de normas (essencialmente jurídicas) sobre o qual este hoje se suporta em detrimento de valores; e, por outro lado, uma atitude de grande reflexividade (para lá da simples informação desarticulada).

Assim, num contexto em que se justapõem hoje dezenas de planos e programas de escalas e objetos múltiplos e em que todo o país se encontra coberto de PDM, o que podemos reconhecer é a coexistência cacofónica de diferentes racionalidades, fechadas em si mesmas, que concorrem e estilhaçam a razão que deve estar subjacente a um ordenamento integrado e articulado do território, que seja capaz de operar sobre a realidade que nunca é previsível nem domesticável - mas que constitui o objetivo último do planeamento e da gestão urbanística.

Ou seja, para que a sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável sejam mais do que conceitos, importará questionar a clareza teórica do sistema de planeamento e distinguir, dentro do seu aparato, os mecanismos técnicos e operativos que não contribuem em nada para a sua razão de ser, a qual é exterior à produção, fechada em si mesma, de programas, planos e projetos.

Neste sentido, o urbanismo tem de deixar de se constituir como um fim em si mesmo e tornar-se, efetivamente, instrumental e democrático, ao serviço dos objetivos de natureza política, cultural, social e económica que o devem alicerçar.

Para ultrapassarmos este impasse, sentido transversalmente, será, pois, fundamental restabelecer uma confiança institucional diversa da atual, não baseada quase exclusivamente num escrutínio estreito e enviesado da legalidade (rígida) de cada decisão mas, antes, na análise continuada das suas razões (e discricionariedade) - e, claro, na aferição da sua compatibilidade com os valores e objetivos em cada circunstância.

Assim, o que é que exatamente deve ser sustentável? O desenvolvimento que se constitui como razão do planeamento? Ou as condições de sobrevivência dos seus atuais padrões em que o desenho, enquanto desígnio, é hoje residual?

PELA COMISSÃO EXECUTIVA

Pedro Manuel Trindade Ferreira, OA 9453, Diana Raquel

Alves Antunes OA 17493, Paulo António dos Santos Silva OA 3236, Carina Alexandra Capela Pais OA 13255, Tiago Trigueiros OA 10527

PELA MESA DA ASSEMBLEIA

Ana Isabel Queiroz do Vale OA 3326, Inês Alhandra Gonçalves Calor OA 14167, Tomás Santos Gouveia Allen OA 5972

POLÍTICA DE INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO

ANA CAROLINA FREITAS, OA 23348, PELO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL CENTRO

É inequívoco que o debate sobre o tema da Qualidade e Sustentabilidade é premente para uma atuação eficaz perspetivando melhorias no presente e no futuro. Para um melhor entendimento deste tema, quando aplicado às cidades e ao meio em que vivemos, é importante conhecer o território, perceber as suas características e, daí, aplicar as soluções e medidas que melhor visam a melhoria da qualidade dos espaços e a promoção da sustentabilidade. Mas, qual o papel do arquiteto nos estudos de planeamento territorial? Qual a intervenção do arquiteto nas decisões sobre o território? Como é que o arquiteto está envolvido no processo legislativo?

O processo de discussão territorial é amplo, abrange diversas áreas e diversas entidades e requer uma grande estrutura, mas o envolvimento do arquiteto é negligenciado. É durante a prática profissional que cada vez mais se conclui que o arquiteto tem de estar presente nas discussões das matérias e conceção de todo o processo que afeta e condiciona diretamente o seu trabalho. O arquiteto é apenas visto como executante de projetos no espaço que foi pensado por outros intervenientes, as qual têm de ser aplicadas determinadas regras e normas que, muitas vezes, se veem desadequadas ou descontextualizadas e não refletem o que é a correta salvaguarda de uma arquitetura que assegure "a sustentabilidade ambiental, económica, social e cultura, a eficiência energética e o combate às alterações climáticas". (Change Matters | Programa do 16º Congresso dos Arquitectos, 2023).

Assim, pela procura do "direito a uma arquitetura e paisagem de qualidade" (Change Matters | Programa do 16º

Congresso dos Arquitectos, 2023), que reflita um correto e adequado ordenamento do território, é urgente envolver o arquiteto e permiti-lo expressar a sua posição crítica e contribuir com os seus conhecimentos e formas de pensar o território.

Para o sucesso de um planeamento territorial completo e conciso não só é preciso o envolvimento do arquiteto, como é necessário haver uma política global de intervenção no território multidisciplinar e mais inclusiva e integrante antes de se refletir sobre as políticas setoriais.

Cabe à Ordem dos Arquitectos, enquanto representante de todos os profissionais de arquitetura, zelar pela intervenção dos seus associados em matérias decisivas sobre o território, criando mecanismos para envolvimento mais presente e ativo.

Assim, esta apresentação, que surge de um tema discutido e falado no seio da Secção Regional Centro da Ordem dos Arquitectos, recomenda que a Ordem dos Arquitectos possa intervir, monitorizar e participar no processo estratégico de conhecimento e planeamento do território, propondo ativamente soluções e colaborações em matérias que promovam um urbanismo de qualidade.

SESSÃO SECTORIAL 5

**COLABORAR PELO
COMPROMISSO COM A
QUALIDADE DA CASA
COMUM:
A PRÁTICA, A
INSTITUIÇÃO E O BEM
COMUM**

SESSÃO SECTORIAL 5

COMUNICAÇÕES:

OUTRA TRÍADE EM ARQUITETURA

Rita Serra e Silva, OA 25157

ELOS E FUTURO - O ARQUITETO, A QUALIDADE E A
PRÁTICA DA ARQUITETURA NECESSÁRIA, POSSÍVEL E
SUSTENTÁVEL

Natércia Franco, OA 18674

QUALIDADE DA ENCOMENDA PÚBLICA

Sara Azevedo, OA 13938

RECOMENDAÇÕES:

UMA PRÁTICA MAIS SUSTENTÁVEL: QUATRO ÁREAS DE
AÇÃO POR UM CLIMA DE MUDANÇA

Joana Mourão, OA 11399, pela Comissão Técnica
Sustentabilidade

A SUSTENTABILIDADE DA OA - RECOMENDAÇÃO PARA A
QUALIDADE DA ORGANIZAÇÃO

Rui Florentino, OA 6765

PROPOSTA DE FUSÃO DAS ORGANIZAÇÕES

PROFISSIONAIS - OA E APAP

Miguel Veríssimo, OA 6649

O DEVER DE DIZER NÃO

Miguel Judas, OA 5864

REORGANIZAÇÃO DA BOLSA DE PERITOS OA E CRIAÇÃO
DE BOLSA DE REVISORES ENTRE PARES

Fernando Baquilho, OA 863

PRIMEIRA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

DESCENTRALIZADA: OLHAR O FUTURO

Maria Manuel Oliveira, OA 3397, pela Mesa da Assembleia
de Delegados

SESSÃO SECTORIAL 5

COLABORAR PELO COMPROMISSO COM A QUALIDADE DA CASA COMUM: A PRÁTICA, A INSTITUIÇÃO E O BEM COMUM

MESA

Inês Lobo, Presidente

João Costa Ribeiro, Secretário

Susana Machado, Relator

A consciencialização do impacto da prática da profissão do arquiteto no ambiente, quer natural quer construído e a importância do pensamento com uma lógica transdisciplinar, criativo e eco-consciente, para atingir a meta da neutralidade carbónica exigida pela UE, constitui um cenário desafiante, que impõem convocar conhecimentos e aproximar as linguagens dos diferentes intervenientes no território, na construção e na comunidade.

O arquiteto apresenta-se como um gestor de recursos, enquanto agente que interage com o meio ambiente, e para agir neste clima de mudança, terá de ter acesso a conceitos e conhecimento atualizado. Evidenciou-se a importância de uma encomenda pública com procedimentos pré-contratuais de critérios objetivos que incorporem requisitos ambientais de qualidade e origem projetos, obras e consequentemente edifícios de baixo impacto ambiental. Assim, a OA deverá assumir como objetivo a promoção de literacia ambiental acessível que oriente a comunidade técnica, as instituições de ensino, as entidades adjudicantes e toda a população.

A sustentabilidade do bem comum passa por criar políticas públicas centradas nas pessoas, em que a arquitetura pode inspirar novas formas de pensar, de usar recursos, através da responsabilidade do arquiteto, no processo criativo.

Considerando a vantagem da atual distribuição no território nacional e experiência positiva da ação itinerante do atual mandato da AdD, justificou-se o necessário incremento de apoio técnico, para reforçar a capacidade de análise dos temas emergentes da prática da arquitetura e melhorar a comunicação com os membros e as estruturas da OA.

Salientou-se ainda, a importância da reorganização da bolsa de peritos e criação de bolsa de revisores de projeto, como defesa da qualidade da prestação de serviços. Face aos desafios que se enfrentam, será pertinente uma reflexão sobre ética profissional e sobre os deveres do profissional arquiteto, enquanto servidor do interesse público.

Tornou-se plausível e pertinente a criação de um Colégio para a Sustentabilidade Ambiental, que possa acompanhar a produção de legislação e regulamentação, disseminar e sistematizar conhecimento interdisciplinar necessário à prática, que promova formação contínua e debate, que capacite os profissionais de melhor consciência ambiental. Recomendou-se a fusão entre as instituições OA e APAP, por se considerar que as duas práticas profissionais são complementares no desígnio da preservação do bem comum.

SESSÃO SECTORIAL 5 COMUNICAÇÕES:

OUTRA TRÍADE EM ARQUITETURA RITA SERRA E SILVA, OA 25157

RESUMO:

No contexto de um percurso profissional que coloca a arquitetura na programação cultural e mediação de públicos, esta intervenção refletirá sobre Comunidade, Tempo e Espaço. Estes conceitos coexistem na estrutura da humanidade pelo que, investigados com um sentido propositivo, servem para informar não apenas projetos educativos e participativos de âmbito artístico-cultural, como também a prática de arquitetura na conceção e execução de projetos eco-conscientes, quer de cariz construtivo quer académico.

Com *Comunidade, Tempo e Espaço* serão convocadas linhas de pensamento que lhes são transversais, como 'transdisciplinaridade' (própria do território e do pensamento arquitetónico), 'permuta' (na qual assenta a história civilizacional) e 'mais-que-humano' (numa lógica que transcende o antropocentrismo), remetendo estas para os deveres próprios da disciplina de arquitetura enquanto promotora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ELOS E FUTURO - O ARQUITETO, A SUSTENTABILIDADE E A PRÁTICA DA ARQUITETURA NECESSÁRIA, POSSÍVEL, SUSTENTÁVEL NATÉRCIA FRANCO, OA 18764

RESUMO:

Sobre o papel da arquitetura hoje como exercício de qualidade importante e com impacto social: potencial de intervenção, transformação, construção de realidade e uma reflexão e proposta de revisão, estudo, redefinição e reorganização da prática socioprofissional - com potencial de impacto significativo em termos de transformação social, política e económica. Mas então de que falamos quando nos referimos às preocupações com a Sustentabilidade? Sem recorrer a definições específicas, embora após a consideração de vários pontos de vista, de uma perspetiva muito resumida e pessoal, a Sustentabilidade diz respeito à

capacidade de ação que permite o suporte e a preservação de toda e qualquer existência essencial à vida na sua plenitude.

QUALIDADE DA ENCOMENDA PÚBLICA SARA AZEVEDO, OA 13938 [online]

RESUMO:

A OASRN tem realizado nos últimos anos um trabalho de monitorização dos concursos públicos lançados no Norte. Esse trabalho permite avaliar as opções adotadas pelos contraentes públicos, quanto ao tipo de contratos, valores de obra e de honorários, programas, bem como analisar as principais tendências e debilidades que condicionam a qualidade da encomenda pública de projeto. Tendo em conta os objetivos do *Green Deal*, transpostos para os instrumentos de financiamento, PRR e Portugal 2030, nomeadamente os que prosseguem que o Estado e a administração regional e local liderem o processo de transição de paradigma energético, pretende-se refletir sobre quais as condições e critérios necessários, a integrar ao nível dos programas preliminares e dos critérios de avaliação dos procedimentos pré-contratuais e nos cadernos de encargos respetivos, que vão além de meras exigências genéricas e que imponha soluções técnicas que sejam suscetíveis de assegurar resultados concretos ao nível da construção e da vida útil das intervenções. A comunicação, parte dessa análise crítica, para propor ações concretas, que se traduzam na melhoria da Qualidade da encomenda pública.

SESSÃO SECTORIAL 5 RECOMENDAÇÕES:

UMA PRÁTICA MAIS SUSTENTÁVEL: QUATRO ÁREAS DE AÇÃO POR UM CLIMA DE MUDANÇA

JOANA MOURÃO, OA 11399, PELA
COMISSÃO TÉCNICA SUSTENTABILIDADE

A Ordem dos Arquitectos deverá assumir como objetivo a promoção da literacia ambiental junto dos seus órgãos, da comunidade que representa e das instituições de ensino. Enquanto arquitetos, munidos de conhecimento, podemos ser bons gestores do capital natural e humano do território, integrando as transições exigidas para enfrentar as alterações climáticas e melhorar o desempenho energético, aumentando o conforto e bem-estar de todos.

A promoção de um território bio diverso com edifícios de baixo impacto ambiental, eficazes, saudáveis e inclusivos, será assim um resultado cada vez mais ao alcance da atuação dos membros da Ordem. Para esse fim, a Comissão Técnica de Sustentabilidade recomenda que a Ordem promova as seguintes ações prioritárias:

1. **DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO:** Reunir e disponibilizar informação atualizada sobre regulação e certificação ambiental, nacional e europeia, desde o território aos edifícios, considerando as realidades que coexistem na prática arquitetónica e urbanística, na indústria da construção, e na encomenda e contratação. Poderá assim disseminar-se o conhecimento interdisciplinar necessário à prática, nas diferentes geografias do território português, e no contexto internacional.
2. **APOIO À ENCOMENDA:** Apoiar a obra pública e privada com a definição e verificação da adequação de requisitos de desempenho ambiental, indo de encontro às expectativas de produção de espaços mais ecológicos. A OA deve recorrer a especialistas internos e externos para avaliar e monitorizar a prática arquitetónica e urbanística e implementar melhorias, atendendo às necessidades dos cidadãos e promovendo a biodiversidade e conservação do capital natural, a curto e longo prazo.
3. **FORMAÇÃO E ENSINO:** Promover e acreditar cursos e estágios com conteúdos sobre sustentabilidade ambiental e ecologia, promovendo na OA uma reforma nos conteúdos da formação de admissão à prática. A OA pode ainda avaliar

junto dos estudantes de arquitetura a literacia ambiental adquirida nos currículos académicos. Neste âmbito, a OA deve estabelecer espaços de reunião nas suas sedes nacional e regionais que permitam aos estudantes de arquitetura, colaboradores e membros promover debates e sessões temáticas para formação contínua.

4. **COLÉGIO ESPECÍFICO:** Criar o Colégio da Sustentabilidade Ambiental para motivar, monitorizar e divulgar ideias e práticas ecológicas e permitir a atualização contínua da literacia ambiental junto dos membros. Este colégio deve fomentar o interesse entre arquitetos pelo estudo, planeamento, monitorização e regulamentação do uso do solo e dos edifícios para a sustentabilidade ambiental. O colégio deve ainda dotar a OA de capacidade de intervenção e reivindicação junto do Governo e da Administração, para viabilizar a produção de um ambiente construído mais ecológico, com a participação ativa de todos os arquitetos.

Ricardo Camacho OA 13012, Paula Serra Rocha OA 10890, Raúl Moura OA 6234, Bruno Marques OA 6660, Telmo Cruz OA 4325, João Bento 15678, Joana Mourão OA 11399

A SUSTENTABILIDADE DA OA – RECOMENDAÇÃO PARA A QUALIDADE DA ORGANIZAÇÃO RUI FLORENTINO, OA 6765

"A Ordem dos Arquitectos identificou o desenvolvimento sustentável como paradigma para o futuro", é a primeira frase, na página de *Internet* deste Congresso. Ora, esse desígnio, como todos o sabemos, é há muito enfrentado pelos Arquitectos; passaram pelo menos três décadas de aplicação dessa palavra-chave na profissão, conceito que perdeu aliás algum significado, perante a resiliência e capacidade de adaptação que estamos a demonstrar. Não é, portanto, um tema novo, até para a própria Ordem, que beneficiou de apoios de sustentabilidade para a reabilitação do edifício no Porto. Conseguido o desenvolvimento da nossa presença por todo o território, concretizado o Estatuto, devido ao trabalho realizado no anterior mandato, é, pois, o momento da Ordem dar o exemplo, começando pela própria casa.

A recomendação, que aqui apresento, é que a nossa organização seja sustentável, em todas as dimensões. Se queremos esse futuro, deveremos representar as melhores práticas, agora que estamos presentes diariamente em todas as regiões. Começo pela dimensão económica, que é a mais fácil: creio que se esfumou já na consciência de todos a ideia de que a criação das secções regionais seria a ruína financeira da organização. Urge sim realizar as obras de reabilitação da sede em Lisboa, cujo estado é vergonhoso. Há projeto, após o concurso que se realizou com sucesso há três anos, a receita das quotas sobra, haja sobretudo vontade e não se perca mais tempo, proceda-se à empreitada, respeitando o património.

Na dimensão ambiental, a Ordem tem de valorizar o conhecimento técnico especializado dos Arquitectos, liderando nos procedimentos normativos sobre o edificado, a reabilitação e as políticas de ordenamento do território. Para além da comunicação para fora no espaço público, perante a administração e os outros profissionais, há que reduzir consumos e implementar processos de economia circular, em atividades e materiais, na logística e gestão interna.

Mas a sustentabilidade de Ordem não será completa se não procurar igualmente a sustentabilidade dos seus quase 30 mil membros, na diversidade das condições de vida e de trabalho dos Arquitectos, incluindo também os que foram e já deixaram de ser. Beneficiei do seguro de saúde e não há razões para o negar a todos os colegas, outras associações profissionais o garantem, pelo que o reforço dos apoios sociais será mais um desafio para o próximo mandato.

A Ordem deve demonstrar que é capaz de fazer para si, na sua casa e nas suas ações, o desenvolvimento sustentável que aborda neste Congresso, porque a verdadeira mudança importa sim.

Recomenda-se, pois, a melhoria da qualidade da organização.

PROPOSTA DE FUSÃO DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS – OA E APAP **MIGUEL VERÍSSIMO, OA 6649 [online]**

A arquitetura chega ao debate sobre a forma como vamos habitar o planeta. A alternativa é clara – o próximo modelo

de desenvolvimento irá procurar a hibridação e imitação dos complexos processos de transformação de matéria e energia que a natureza desenvolveu, criando sistemas complexos, vivos, de baixa entropia e elevada ecoeficiência. A disciplina sempre esteve na gênese do novo paradigma de desenvolvimento que foi preparado durante décadas e está em acelerado alinhamento social. Foi mesmo esse alargamento à sociedade que trouxe a arquitetura para um papel interventivo.

Mas o cenário é desafiante. Diversos fenómenos interligados são ativados pelo projeto, construção, uso ou demolição dos edifícios. Da energia à ocupação do solo, da deflorestação e perda de biodiversidade à extração de matérias-primas, do consumo de água aos resíduos e poluentes, muitos são os processos transformadores que ocorrem a um ritmo mais rápido que a capacidade da natureza para os renovar, amortecer ou mitigar. Num planeta onde a população urbana cresce ao ritmo de 2hab/seg, cada cidadão passará 2/3 da sua vida em edifícios. Entretanto, os habitats humanos são responsáveis por 71% dos consumos de energia, 75% dos consumos de recursos materiais, e 76% das emissões poluentes. Mudar essa realidade é um projeto ambicioso em que a arquitetura se tem de envolver.

Desde logo porque, numa realidade "hiper desenhada", tudo é causa e consequência de um bom ou mau projeto. E o projeto é, sem dúvida, o alicerce da capacidade que os arquitetos têm de intervir na realidade criando na gênese, sistemas funcionais e complexos projetando ciclos de vida na escala e no tempo, servindo de ponte entre tecnologia sociedade transformação da natureza. O projeto foi e será sempre o raio da ação – ética, estética e científica do exercício da arquitetura.

A integração da arquitetura com sistemas que não sejam puramente artificiais, é fundamental na transição para uma sociedade regenerativa, de baixa entropia, que imita a natureza na forma como conserva e transforma a matéria e a energia, criando e gerindo ciclos de vida.

Esse modelo híbrido natural/artificial, só será possível acrescentando valências ao conhecimento dos arquitetos, no projeto e no ensino da arquitetura.

Usar a matéria viva como elemento construtivo e as infraestruturas naturais e os ecossistemas para fornecerem serviços ao edificado, implica saber como os sistemas funcionam da escala macro/território à escala

micro/materiais. Essa hibridação natural/artificial potenciando e tirando partido das soluções que a natureza desenvolveu, terão que ser integradas no projeto dos habitats humanos para serem menos intrusivos e com menor pegada carbônica. Isso obrigará a profissão a adaptar toda a sua organização a uma nova forma de projetar com a natureza e o clima, complementando o exercício da arquitetura com outras valências científicas e culturais que só uma fusão OA e APAP poderá preencher.

O DEVER DE DIZER NÃO

MIGUEL JUDAS, OA 5864 [online]

A deontologia é central à razão de ser da Ordem dos Arquitectos.

É através da consagração voluntária de deveres que a profissão se posiciona perante si e o mundo, ou país, para estabelecer um contrato social, entre pares e destes com os demais cidadãos. Em favor do conhecimento, ou disciplina; em favor da sua aplicação, ou da paisagem; em favor, em suma, da qualidade de vida de todos.

Se a "sustentabilidade" é um desígnio que a todos deve convocar, se importa aos arquitectos e estes pretendem preservar um qualquer papel no futuro das comunidades e do planeta, não podem deixar que se empenhar numa reflexão sobre o seu contributo e os deveres que devem impor a si próprios em favor de todos. Por outras palavras: não podem deixar de se empenhar na ética profissional, enquanto questionamento moral permanente, e na deontologia, como fixação normativa do seu posicionamento face à realidade. A primeira, será a única razão de ser deste congresso; a segunda, o que, ao menos, ele devia espoletar.

Se o desafio fundamental, e inadiável, do presente é reequilibrar a nossa presença no planeta, tal impõe incorporar, ou reincorporar, a amabilidade para com o mesmo como qualidade inevitável da arquitetura, sem prejuízo das suas demais dimensões, nomeadamente a cultural. O que por sua vez impõe mudanças nos métodos, do ensino à prática profissional. E, em consequência, um reposicionamento do papel da OA face à realidade e uma mais exigente deontologia. Se o reptio é multidimensional, seja no âmbito, seja no tempo. É, todavia, fundamental

enfrentar de forma imediata o que pode ser afrontado imediatamente. E neste campo, inscreve-se aquilo que de mote próprio, fazendo uso da sua autonomia e dos poderes que os portugueses lhes conferiram, os arquitectos podem fazer: (re)estabelecer a sua deontologia.

Em 30 de Março de 2016, a segunda Série do Diário da República publicou o Regulamento de Deontologia e Procedimento Disciplinar da Ordem dos arquitectos que veio a revogar o Regulamento de Deontologia de 2001.

Da alteração, que intuímos ser servida de uma impecável técnica jurídica, sublinham-se as seguintes mudanças:

- a combinação da deontologia com o procedimento disciplinar, imaginamos que por mera urgência e pragmatismo;
- na semântica, por exemplo na conversão dos até então "...Deveres do arquitecto da perante a comunidade" em deveres enquanto "...servidor do interesse público...";
- no apagamento da estrutura tradicional dos códigos deontológicos de arquitectos decorrente das Recomendações sobre ética e deontologia da UIA, imaginamos que, como a anterior, às mãos da referida técnica jurídica.

Se é certo que entre o artigo 54.º do Estatuto e os "Deveres do arquitecto como servidor do interesse público" inscritos no artigo 4.º do regulamento em vigor é possível reconstituir quase todos os "Deveres do arquitecto da perante a comunidade" que antes tínhamos estabelecido... Um, por sinal aquele que antes era o primeiro, foi excluído: "Orientar o exercício da sua profissão pelo respeito pela natureza..." Curiosamente aquele que hoje nos convoca em congresso, como emergência.

(...)

É, pois, tempo de dizer não: à desvalorização do nosso conhecimento; à concorrência desleal, à sub-remuneração do trabalho; à precariedade do emprego...

De dizer não a tudo aquilo que põe em causa o nosso contributo para um mundo melhor para todos.

À OA restam dois caminhos: afirmar o seu papel, convocando os arquitectos a construir e seguir a sua deontologia; ou — parafraseando a canção de Bowie — espera sentada pelo dom do som e da visão.

Assim, cumpre-nos recomendar a este Congresso que delibere no sentido de ser criado um instrumento institucional que conduza a reflexão sobre a ética profissional, nomeadamente no sentido de informar a

redação de um Código Deontológico coevo com os desafios que enfrentamos.

REORGANIZAÇÃO DA BOLSA DE PERITOS DA OA E CRIAÇÃO DE BOLSA DE REVISORES DE PROJETO ENTRE PARES FERNANDO BAGULHO, OA 863

Fundamentos

Refere a alínea a) do n.º 2 do **Artigo 3.º Fins e atribuições**, da Lei n.º 113/2015, de 28 de agosto, que aprova os Estatutos da OA, o fim de: **Contribuir para a defesa e promoção da arquitetura**, no reconhecimento da sua função social e cultural, e zelar pela dignidade e prestígio da **profissão de arquiteto, promovendo a valorização profissional e científica dos seus associados** e a defesa dos princípios deontológicos estabelecidos;

Dos direitos dos cidadãos à arquitetura

Todo e qualquer cidadão de um Estado membro da UE tem o direito de recorrer à Bolsa de Peritos da OA para dela obter parecer de perito especializado na área da arquitetura, serviço esse que está na disposição de pagar e que poderá fundamentar a decisão de avançar, ou não, o objeto de perícia perante a justiça, recorrendo aos tribunais.

Esta situação espelha o que ocorre na Bolsa de Peritos de muitas Ordens Profissionais?

Recomendação

Deverá a OA proceder à reorganização da sua Bolsa de Peritos de modo a assegurar que ela constitua, perante o exterior, um modelo de serviço prestado ao cidadão e, para o interior da profissão de arquiteto, um modelo de boas práticas de formação profissional dos peritos especialistas que integram a Bolsa, e de boa organização e prestação de serviços.

CRIAÇÃO DE BOLSA DE REVISORES PROJETO ENTRE PARES

Objetivo

A revisão de projetos efetuada por pares consiste numa partilha técnica de um projeto elaborada por pares do autor, com qualificações e experiência em projetos de idêntica complexidade ou partilhas sobre projetos de igual grau. Esta revisão destina-se a melhorar a qualidade e a fiabilidade da conceção arquitetónica do projeto, na sua apresentação rigorosa perante a indústria da construção

que transformará o projeto em obra, apresentada aos cidadãos e por eles fruídas.

Recomendação

Deverá a OA proceder à criação de Bolsa de Revisores entre Pares para intervir na revisão de projetos de arquitetura de modo a assegurar que constitua, perante o exterior, um modelo de serviço prestado quer ao Estado e outros organismos de administração pública, nacional, regional e local, mas também perante o cidadão e, para o interior da profissão de arquiteto, um modelo formativo de boas práticas de revisão de projeto, e de boa organização e prestação de serviços.

PRIMEIRA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS NA ORDEM DOS ARQUITECTOS DESCENTRALIZADA: OLHAR O FUTURO MARIA MANUEL OLIVEIRA, OA 3397, PELA MESA DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

As competências estatutariamente cometidas à Assembleia de Delegados (AdD) atribuem-lhe um papel fundamental em opções conjunturais e estratégicas da Ordem dos Arquitectos, assim depositando confiança na idoneidade crítica desse conjunto de representantes do coletivo profissional.

A AdD teve neste mandato o seu primeiro ciclo espelhando a refundação da Ordem dos Arquitectos. Ao amplificar o universo anterior de duas para sete Secções Regionais, a Ordem densificou o contacto com o tecido nacional, conheceu novas realidades e novas virtualidades, confrontando-se, também, com novos problemas e formas distintas de os resolver.

No seu percurso a AdD traduziu, como é desejável, os consensos e as divergências inírnsecas à democraticidade da sua constituição e funcionamento. Nesse compromisso, promoveu reuniões descentralizadas nas Secções Regionais e reuniões abertas aos arquitetos e à comunidade, discutiu estratégias e propostas de ação com o CDN, definiu objetivos e negociou propostas, tendo atingido níveis de elevada consensualidade nas matérias que analisou e votou. A atividade que desenvolveu expôs, também, os aspetos mais robustos e as fragilidades que lhe são inerentes. Num momento em que o contexto sócio territorial e as condições materiais e ideológicas de produção da

arquitetura sofrem intensas mudanças, exigindo tomadas de posição vinculadas a um futuro que, veloz, sabemos complexo e paradoxal, a AdD deverá contribuir, proativamente, para uma Ordem dos Arquitectos empenhada na intensificação de uma política de arquitetura e paisagem mais acutilante e mais efetiva.

No quadro de transição e decrescimento em que nos encontramos, mostram-se ineludíveis transformações no exercício da profissão.

Em coletivo, teremos de encontrar estratégias favoráveis a esse futuro urgente da prática da Arquitetura – qualificada, inclusiva, protetora do solo e responsável no consumo de recursos –, que a evidenciem positivamente enquanto suporte crítico necessário à evolução material e cultural das sociedades.

A AdD revela-se, pela sua própria composição, um lugar onde os múltiplos contextos em que os arquitetos exercem se podem fazer sentir e ocasião para dar visibilidade a temas relevantes, nomeadamente através da convocação de assembleias plenárias.

E é porque cremos na ação determinante de um órgão informado, coeso na diversidade que lhe é própria e seguro na justiça das suas decisões para a prática, para a instituição e para o bem comum, que trazemos ao Congresso a Recomendação da atribuição à Assembleia de Delegados de apoio técnico específico, tendo em vista reforçar a sua capacidade de análise e melhorar a comunicação com os membros e as restantes estruturas da Ordem dos Arquitectos, assim facultando progressivo rigor, precisão e acuidade ao desenvolvimento das atividades e deliberações que dela emanam.

Maria Manuel Oliveira OA 3397, Leonor Cintra Gomes OA 1051, Patrícia Fernandes Rocha OA 8311, Manuel Rosa OA 2894

4 MAR 2023

TEATRO MICAELENSE

<https://www.youtube.com/watch?v=MXfnV2qvs6Y>

SESSÃO SECTORIAL 6

**COLABORAR PELO
COMPROMISSO COM A
QUALIDADE DA CASA
COMUM:
GOVERNANÇA E
QUALIDADE**

SESSÃO SECTORIAL 6

COMUNICAÇÕES:

ARCHITECTURE AS AN ASSET OF GENERAL INTEREST

[A ARQUITETURA COMO BEM DE INTERESSE COMUM]

Íñaki Carnicero, Convidado

LIDERANÇA PARA A QUALIDADE

João Bento, OA 15678

(DES)PLANEAMENTO

Leonor Cintra Gomes, OA 1051

HOW SUSTAINABLE DO YOU THINK WE ARE?

[QUÃO SUSTENTÁVEIS PENSAM QUE SOMOS?]

Maria Manuela Braga, OA 2447, e George Doug Scott

O PAPEL DA ARQUITETURA E DOS ARQUITETOS NA

COESÃO TERRITORIAL

Ivo Oliveira, OA 9939

A INDÚSTRIA EXTRATIVA DE SANTO AMARO

Jorge Kol de Carvalho, OA 737

RECOMENDAÇÕES:

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUITETURA E

PAISAGEM EM PORTUGAL - PARA UM BEM-COMUM COM

RESPONSABILIDADE PARTILHADA

Rui Serrano, OA 7254 pela Comissão de Acompanhamento
da Arquitetura e da Paisagem

CAAP

SER JOVEM

Ana Isabel Santos, OA 24976, pela Comissão para a
Juventude

SESSÃO SECTORIAL 6

COLABORAR PELO COMPROMISSO COM A QUALIDADE DA CASA COMUM: GOVERNANÇA E QUALIDADE

MESA

Inês Lobo, Presidente

João Costa Ribeiro, Secretário

Susana Machado, Relator

Por último, o Congresso abordou um tema de especial relevo dedicado às decisões de governança que implicam de forma direta na defesa de território e das cidades, na qualidade da construção, e na garantia da sustentabilidade ambiental, económica e social.

Como mote inicial, a Lei da Qualidade da Arquitetura, promovida pelo Governo espanhol, trouxe o exemplo de operacionalização do Programa PECA (Propuestas sobre el Entorno Construído y la Arquitectura), que envolve: a declaração da arquitetura como interesse comum; a definição dos critérios que contribuem para a alta qualidade da arquitetura; as medidas de governança e implementação desses objetivos, promovendo a criação de duas novas instituições (A Casa da Arquitetura e o Conselho Nacional da Qualidade da Arquitetura); e, estabelece as medidas concretas vinculadas às contratações públicas.

Destacou-se a importância do papel do Arquiteto, na administração pública, enquanto interlocutor com os decisores políticos, como técnico competente para a promoção da qualidade de arquitetura e da paisagem. E ainda, a experiência de outros países, regiões e cidades, com diferentes políticas de arquitetura e modelos de liderança, em que a figura do Arquiteto do Estado atua como agente de mudança.

Assim, uma política da arquitetura para ser consequente terá de envolver um compromisso público. Este sentido, algumas medidas foram apontadas:

Sobre o planeamento, a necessária simplificação dos PDM de forma permitir um maior envolvimento e participação da população, considerando a aplicação proporcional dos três pilares da sustentabilidade;

Reforço do planeamento estratégico de fixação da população, apontando como solução recuperar e reinventar uma prática agregadora e robusta de se estabelecer estruturas técnicas locais;

A promoção da arquitetura e da paisagem de qualidade na consolidação do caminho da sustentabilidade económica, ambiental e social, associada à aplicação dos princípios da economia circular, a todo o ciclo de vida dos edifícios.

E ainda, a participação dos arquitetos nos processos de decisão de políticas públicas, na sensibilização da promoção de qualidade nas cidades, no território e na paisagem.

O Arquiteto tem, assim, um papel fundamental no impacto da qualidade de vida da população e paisagem. Justificou-se que a mudança faz sentido. Change Matters.

**ARCHITECTURE AS AN ASSET OF
GENERAL INTEREST
[A ARQUITETURA COMO BEM DE
INTERESSE COMUM]
IÑÁQUI CARNICERO, CONVIDADO**

RESUMO:

A transformação de territórios e cidades é frequentemente vista como um processo político, tecnocrático ou liderado por investidores privados, que exclui os cidadãos dos processos de tomada de decisão. A viabilidade económica e a elevada rentabilidade da operação sobrepõem-se à qualidade do que construímos, produzindo resultados insatisfatórios do ponto de vista dos utilizadores finais e do bem-estar social.

As conclusões do Conselho da UE sobre «Cultura e uma arquitetura e paisagem construída de elevada qualidade como elementos-chave da Nova Bauhaus Europeia» reconhecem o papel central dos arquitetos no desenvolvimento de uma arquitetura e ambiente de vida de alta qualidade. Os Estados-Membros são convidados a uma abordagem orientada para a qualidade como base para tomar decisões informadas no planeamento e gestão da paisagem e considerando todo o ciclo de vida dos edifícios. As decisões de governança são o arranque e o motor para a construção de um ambiente construído qualificado e o assegurar da sustentabilidade ambiental, social, económica e cultural. A defesa de territórios e cidades inclusivos e sustentáveis, da casa comum, exige que todos - instituições, reguladores, promotores, projetistas e cidadãos - estabeleçam um diálogo contínuo sobre a qualidade da arquitetura e do ambiente construído. Sem políticas de encomenda, políticas de arquitetura e políticas de preservação e valorização do património construído e natural, nacionais e locais, adequadas e que prevejam e promovam a qualidade do nosso território, da nossa arquitetura, do nosso património, a construção do [nosso] futuro está comprometida.

Projetar deve ser uma prática colaborativa, que legitima os processos de mudança, convocando a todos e a todos comprometendo numa ambição global da qualidade da nossa casa comum.

**LIDERANÇA PARA A QUALIDADE
JOÃO BENTO, OA 15678**

RESUMO:

A presente comunicação resume os resultados de um estudo comparado sobre o papel, os instrumentos e o impacto do Arquiteto Chefe do Governo (também conhecido como o Arquiteto do Estado) nos processos de governança e na promoção da qualidade da arquitetura em cinco estados europeus: Escócia, Flandres, Irlanda, Países Baixos e Suécia. O estudo inclui ainda uma análise comparada ao papel da liderança para a qualidade ao nível local, com enfoque nos atores institucionais de duas capitais europeias: o Arquiteto da Cidade de Copenhaga e o Diretor Municipal de Arquitetura e Design Urbano de Viena. Atendendo ao contexto português, a comunicação advoga a importância da liderança governamental para a promoção da qualidade da arquitetura e da paisagem, através da criação de uma unidade de missão para a qualidade da arquitetura e da paisagem, na dependência direta do Primeiro-Ministro, com a responsabilidade de implementar e supervisionar a Política Nacional da Arquitetura e Paisagem, de natureza transversal a todos os ministérios, promovendo a qualidade da arquitetura para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar dos cidadãos.

**(DES)PLANEAMENTO
LEONOR CINTRA GOMES, OA 1051**

RESUMO:

Numa iniciativa sobre "Cidadania - Democracia na cidade" abordou-se a participação pública na elaboração de planos municipais. No debate, alguém referiu a dificuldade em saber o que se planeava e questionou os procedimentos das autarquias, acabando por dizer "O plano era uma arma (apontada)".

Esta expressão marcou-me, pois, trabalhando na administração pública e acompanhando a elaboração desses planos, não conseguí imaginar a dificuldade sentida por um cidadão para saber o que se planeava.

Consta-se que muitos arquitetos consideram os planos um espartilho.

Ora entendo:

- o ordenamento como uma política de gestão do território, integrando todas as dimensões que constituem o triângulo da sustentabilidade: ambiental, social e económica,

- a governança como um diversificado e dinâmico conjunto de relações entre entidades e indivíduos, visando a definição de políticas, programas, planos ou projetos que incidem no território.

Importará olhar para a evolução operada, nos últimos anos, no enquadramento legal e entender melhor a prática dos diversos intervenientes. Tal pode ser relevante para encontrar melhores opções e, sobretudo, melhores resultados.

HOW SUSTAINABLE DO YOU THINK WE ARE?

[QUÃO SUSTENTÁVEIS PENSAM QUE SOMOS?]

MARIA MANUELA BRAGA, OA 2447

RESUMO:

If architects are to think and behave sustainably it is helpful to know what sustainability is. It is also necessary for architects to be able to decide whether something is more or less sustainable, and to be able to evaluate inputs, processes, outputs and outcomes. And those evaluations, in turn, will be locked-in to the definition of sustainability that we have adopted. What really matters? Sustainable value is situated in several concepts, many of which are very familiar to architects: time, space, form, location...; in the politics of whose value is most important; and, in many more. In this presentation we will be taking a radical approach to defining sustainable value in architecture. In doing so, we will give few answers but we will offer you a much better set of questions than many of the lip-serving checklists provided today, something that will show future generations that we were truly serious about sustainable architecture.

O PAPEL DA ARQUITETURA E DOS ARQUITETOS NA COESÃO TERRITORIAL

IVO OLIVEIRA, OA 9939

RESUMO:

A resiliência do país como um todo está a ser posta em causa pelo aprofundamento de desigualdades a vários níveis. A desigualdade económica, mas também os desafios demográficos, ou a ausência de políticas territoriais integradas, que promovem desequilíbrios territoriais. Assistimos a um aprofundar de diferenças entre a faixa litoral e o interior, entre as áreas metropolitanas do Porto e

de Lisboa e o restante território, dentro das próprias áreas metropolitanas, entre a cidade central e a periferia, e nenhuma delas é dissociável das políticas de ordenamento do território. Estas assimetrias traduzem-se não só na qualidade da arquitetura, da paisagem e do território, como no exercício da prática profissional. Observamos a dificuldade de resposta dos arquitetos que estão afastados dos grandes centros urbanos, quer estejam em atividade privada quer na pública.

Pode a arquitetura contribuir para a coesão territorial?

Como melhorar as condições do exercício da prática profissional nos territórios periféricos?

Faz sentido recuperar os modelos dos GATs ou dos GTLs para suprir lacunas e capacitar as instituições do governo local (CIMs e autarquias locais)?

A INDÚSTRIA EXTRATIVA DE SANTO AMARO

JORGE KOL DE CARVALHO, OA 737

RESUMO:

Santo Amaro é a mais pequena freguesia do Concelho de São Roque do Pico, com cerca de 12 quilómetros quadrados e uma população de 288 habitantes.

Entalada entre o mar e o anel que a Estrada Regional confere, e que lhe deixa pouca largura, constitui, no entanto, privilegiado e pouco íngreme anfiteatro de deslumbrante vista sobre o Canal e São Jorge.

A inexistência de áreas protegidas, restritivas de construção, aquelas condições naturais, a admissão de construção de dois pisos ao longo das vias existentes, que o PDM lhe assegura, a inexistência de qualquer limite do número de camas, abrem o apetite ao investimento privado em alojamento turístico, de mãos livres, sob o olhar complacente do Município, de mãos atadas.

A aprovação de um número de camas muito superior ao de residentes, já configura uma segregação, conducente à perda da sua qualidade de vida, que se lhes impõe sem o seu escrutínio, em particular, e de discussão pública em geral, mas que esta comunicação poderá iniciar.

**POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE
ARQUITETURA E PAISAGEM EM PORTUGAL
- PARA UM BEM-COMUM COM
RESPONSABILIDADE PARTILHADA**
RUI SERRANO, OA 7254, PELA COMISSÃO DE
ACOMPANHAMENTO DA ARQUITETURA E
DA PAISAGEM

A Política Nacional de Arquitetura e Paisagem – PNAP foi aprovada em 2015 através de uma resolução do Conselho de Ministros de Portugal, tendo a Arquitetura e a Paisagem como foco o que é representativo da relevância atribuída aos temas na agenda política de Portugal.

Com a aprovação da Política de Arquitetura e Paisagem foi constituída uma Comissão de Acompanhamento (CAAP), composta pela DGT, a DGPC, a OA e a APAP.

À Comissão foram alocadas um conjunto de competências, entre as quais formalizar um Plano de Ação que permitisse o desenvolvimento de uma agenda programática para a concretização da PNAP como também emitir pareceres ou recomendações relativas à arquitetura e à paisagem por sua iniciativa ou solicitação do Governo.

Considerando que existe na Europa e em Portugal uma urgência de implementação de uma política de mudança e melhoria da qualidade do ambiente construído e que um passo fundamental foi dado em 2018 na declaração de Davos e que tem como base oito critérios que permitem ser os pilares para a promoção da qualidade dos ambientes natural e construído, objetivo expresso na Política Nacional de Arquitetura e Paisagem.

Reconhecendo a PNAP nos seus objetivos a importância e contribuição da arquitetura e da paisagem na determinação e construção da identidade cultural e percurso coletivo para o bem-estar, qualidade de vida e participação dos cidadãos no espaço público para um desenvolvimento sustentável.

A Comissão de Acompanhamento da PNAP recomenda três temas estratégicos a considerar neste 16.º Congresso dos Arquitectos:

- A promoção da arquitetura e da paisagem de qualidade na consolidação do caminho da sustentabilidade económica, ambiental e social como também na aplicação dos princípios

de uma economia circular a todo o ciclo de vida do construído, incluindo à escolha dos materiais, a eficiência energética e a redução das emissões de carbono;

- A valorização da arquitetura, da paisagem e do ambiente construído, seja de participação nos processos de decisão, designadamente dos vários profissionais envolvidos, numa perspectiva de promoção do princípio da qualidade no âmbito da contratação pública, como na promoção da segurança, higiene, saúde e educação, como na inovação, que pode também passar pela recuperação de modelos eficientes já em desuso, exige criatividade no desenho de novas soluções, ferramentas e estratégias de cooperação para esta transição;

- A sensibilização dos agentes públicos e privados da arquitetura e paisagem para a promoção de uma rede de diálogo entre todas as partes. Esta rede tem como objetivo promover melhor qualidade nas cidades, nos territórios e nas paisagens, enfrentando os desafios que se colocam no quadro do planeamento, do projeto e da construção, contribuindo para a gestão sustentável orientada para a qualidade de edifícios, infraestruturas, espaços públicos e paisagens em benefício da sociedade.

SER JOVEM

**ANA ISABEL SANTOS, OA 24976, PELA
COMISSÃO DE JUVENTUDE DO 16.º
CONGRESSO DOS ARQUITECTOS**

Apesar desta comunicação provir da Comissão da Juventude, os membros desta comissão, com idades abaixo dos 40 anos, não se identificam com a designação "juventude" ou "jovens". Alguns podem entender que representamos uma geração que se designa por geração Y, da Internet ou simplesmente por Millennials. Entre tantas designações, esta geração representa cerca de 55% dos profissionais que pagam quotas à Ordem dos Arquitectos. O modo de trabalho das novas gerações adaptou-se a esta realidade, sendo mais transversal, associativo e pluridisciplinar. No futuro gostaríamos que todos os arquitectos fossem construtores de um ambiente e qualidade de vida melhor e mais sustentável. Mas, se por um lado estamos asfixiados no modelo de produção em que nos inserimos, como será possível alargar o nosso espaço de contribuição para a sociedade?

É necessário repensar as condições do exercício da prática profissional, pelo avançado estado da sua precariedade e deterioração. Precisamos de falar urgentemente de valorização e de profissionalização da arquitetura. Deixemos de falar somente de ateliers e falemos também de empresas que empregam profissionais qualificados e dedicados. Se fazemos parte de um mercado europeu, sendo um dos objetivos da nossa sociedade a convergência: façamos por nos encontrar.

Quem no sector e na sociedade define a Qualidade em Arquitetura?

Importa coletivamente, neste órgão nacional que é o Congresso, discutirmos e (re)definirmos o que é a Qualidade em Arquitetura.

A Sustentabilidade não é estilo, linguagem ou moda: é uma realidade, um dado adquirido ao qual precisamos de responder com urgência.

É necessário alterar os processos de ação e investimento de toda a nossa capacidade na inovação e na sustentabilidade, no que toca às áreas e componentes identificadas no Plano de Recuperação e Resiliência.

Para Construir o Futuro é necessário que exista verdadeira vontade política de encomenda pública e privada que imponha a Qualidade e Sustentabilidade na Arquitetura.

O maior desejo desta Comissão da Juventude é que ao olharmos para a nossa experiência, que serviu de suporte a tantas crises, muito em parte devido às condições de trabalho que admitimos, representemos também a verdadeira mudança de atitude com implicação direta na construção do futuro. E apelamos assim para que se garantam melhores condições de trabalho para as futuras gerações. Para os jovens que estão a formar-se nos cursos de Arquitetura, para os futuros membros da Ordem dos Arquitetos.

SUBSCRITORES

Inês Vieira Rodrigues OA 22210, Tiago Ascensão OA 27008, Joana Martins OA 23612, Tiago Sá Gomes OA 26791, Miguel del Castilho OA 26868, Ana Isabel Santos OA 24976, Pedro Maria Ribeiro OA 24069, Rita Serra e Silva OA 25157, Rodrigo Lino Gaspar OA 19736

CONFERÊNCIA
CHANGE MATTERS

<https://www.youtube.com/watch?v=d0zPzXqGKTY>

Xavier Rós, HARQUITECTES

Apresentação por Paula Santos, Vice-Presidente do Conselho Diretivo Nacional

HARQUITECTES é um escritório de arquitetura fundado em 2000 por David Lorente, Josep Ricart, Xavier Ros e Roger Tudó.

Combinam a sua atividade profissional com o ensino na Faculdade de Arquitetura da Universidade Politécnica da Catalunha (ETSAV e ETSAB), no Instituto Federal de Tecnologia de Zurique e na Harvard University Graduate School of Design. Foram convidados para a Academia do Porto, a Escola de Arquitetura da Associação de Arquitetura, a Universidade do Texas, a Pontifícia Universidade Católica do Chile, a École d'Architecture Paris-Villemin e a Escola de Arquitetura de Umeå, entre outras instituições. Receberam vários prémios nacionais e internacionais e o seu trabalho tem sido amplamente publicado e exposto.

Para os HARQUITECTES, a arquitetura vernacular, sempre incorporada em diferentes culturas e diferentes condições climáticas, por vezes de forma muito explícita, pode ser encarada enquanto estratégia arquitetónica para gerir e organizar matéria fluida, criando atmosferas muito específicas.

A conferência traça uma linha que liga alguns dos seus trabalhos, centrando-se em sistemas construtivos – lógicas e consequências –, estratégias bioclimáticas, composições de estruturas, espaços primordiais, espaços intermédios, entre outros, definindo, no final, como organizamos a matéria, de forma a promover, com naturalidade, uma boa qualidade de vida.

Para os HARQUITECTES, a arquitetura vernacular, sempre incorporada em diferentes culturas e diferentes condições climáticas, por vezes de forma muito explícita, pode ser encarada enquanto estratégia arquitetónica para gerir e organizar matéria fluida, criando atmosferas muito específicas.

A conferência traçará uma linha que liga alguns dos seus trabalhos, centrando-se em sistemas construtivos – lógicas e consequências –, estratégias bioclimáticas, composições de estruturas, espaços primordiais, espaços intermédios, entre outros, definindo, no final, como organizamos a matéria, de forma a promover, com naturalidade, uma boa qualidade de vida.

SESSÃO PLENÁRIA DE DELIBERAÇÃO

SESSÃO PLENÁRIA DE DELIBERAÇÃO

MESA DO CONGRESSO

Guilherme Machado Vaz, Presidente do Congresso e da Assembleia Geral

João Carmo Simões, Secretário da Assembleia Geral

Amélia Brandão Costa, Secretário da Assembleia Geral

Carla Lima Vieira, Comissão Organizadora e Executiva do 16.º Congresso

Jorge Figueira, Comissão Científica do 16.º Congresso

A Mesa do Congresso subiu ao palco para dar início à Sessão de Deliberação do 16.º Congresso dos Arquitectos – Guilherme Machado Vaz, João Carmo Simões, Amélia Brandão Costa, Carla Lima Vieira e Jorge Figueira – durante a qual teve lugar a votação, tendo para o efeito sido enviado de manhã a todos os congressistas, por email, pin de validação do voto.

O Presidente do Congresso tomou a palavra, referindo que foram apresentadas três moções ao 16.º Congresso e que, considerada a sua complementaridade, foi possível, a partir de um entendimento comum entre os seus representantes, congregar e concertar numa única moção global o seu conteúdo, sob um novo título e com uma estrutura que traduz e reflete o entendimento havido – 'Pelo arquiteto, pela instituição e por uma lei da Arquitetura e da Paisagem'. Seguiu-se uma breve apresentação por cada um dos representantes das três moções originais.

André Fernandes, em representação de Rui Morbey, explicou o propósito da fusão das moções por duas razões. A primeira, mais relevante, foi a perceção de que nos encontramos num momento delicado da vida da Ordem mas também no campo da Arquitetura, com a alteração já aprovada pelo Governo da Lei das Ordens, e também a

perturbação do mundo da Habitação, que precisam de uma Ordem unida, forte e capaz de dar uma resposta sólida a estes problemas. A segunda razão foi a clara complementaridade das propostas: focaram aspetos diferentes da vida comum dos arquitetos e imediatamente se percebeu que não existiam pontos de divergência nem sobreposição de questões que pudessem impedir a sua fusão.

De seguida, Avelino Oliveira afirmou ter trazido ao 16.º Congresso uma moção subscrita por 300 colegas, centrada na profissão quotidiana do arquiteto, em especial por significar uma resposta à convocatória emergente que é necessária na defesa da profissão e em tempos em que alguns procuram colocar as Ordens como atores corporativos, que integrará as Conclusões deste Congresso, saudando o excelente trabalho realizado pela Comissão Redatora. Acrescentou que, com este exemplo, devemos reclamar o nosso património inalienável: somos uma organização com uma matriz associativa e colaborativa. Não somos corporativos e nem iremos ser. A vivacidade do debate, ou dos debates, que tantas vezes fazemos só enobrece os arquitetos e a arquitetura portuguesa. Pela sua parte, pelas arquitetas e pelos arquitetos que se envolveram no documento, comprometeu-se a pugnar para que a estratégia que todos subscreveram se transforme em programa e num plano de ação.

Gonçalo Byrne, porta-voz da moção apresentada pelo Conselho Diretivo Nacional (CDN), acrescentou que foi consensual por parte dos responsáveis das três moções trabalhar para a convergência, uma iniciativa que saudou muito vivamente. Quando tomou conhecimento das restantes moções percebeu que havia matéria absolutamente pertinente e claramente complementar da posição expressa pela moção do CDN. Agradeceu aos seus autores e representantes por ter sido facilitada a convergência. De um modo esquemático, a proposta do CDN, a importância da qualidade da arquitetura para a sociedade, deve considerar também as boas condições do seu trabalho. Uma das mensagens é mais para dentro e a outra mais para fora e, de facto, as duas complementam-se e foi isso que pareceu importante. Trata-se de um objetivo comum, de uma Ordem que é única, independentemente de opções provavelmente divergentes, e acredita que as divergências só podem contribuir para uma Ordem como um

tudo na medida em que se possam tornar complementares e convergentes. Por isso felicitou as outras duas propostas. Guilherme Machado Vaz leu a Moção de Orientação Global do 16.º Congresso dos Arquitectos (seguidamente reproduzida).

Passando ao debate, Carla Lima Vieira leu um comentário de Miguel Judas sugerindo a inversão da ordem dos fatores: a paisagem, o arquiteto, a instituição. É a defesa do bem-comum que é o fim da profissão. Daí decorre a importância do arquiteto e as condições de exercício da profissão decorrem precisamente da capacidade de servir o bem-comum. A instituição não é um fim; é um instrumento.

Carla Lima Vieira apelou a que os interessados em intervir utilizassem a app. Na sala, alguém se pronunciou afirmando não ter recebido o mail que lhe permitisse participar.

Cláudia Escalreira agradeceu o esclarecimento que a Comissão de Redação acordou que as Recomendações seriam integradas num documento designado Conclusões do 16.º Congresso dos Arquitectos, com uma redação única que integre todos os contributos e votada de seguida à Moção,

Armindo Pereira de Magalhães enviou questão em branco.

Amélia Brandão Costa procedeu à apresentação das Conclusões do 16.º Congresso (documento em anexo).

A Mesa abriu o período de colocação de questões.

Transmitiu um comentário de Rui Morbey, solicitando esclarecimento sobre o que implicará a Moção única e os passos que se seguirão. Carla Lima Vieira esclareceu que a Moção única decorreu da expressa vontade dos seus três representantes e que será votada enquanto Moção de Orientação Global ao Congresso.

Cláudia Escalreira manifestou o seu entendimento de que a diversidade das recomendações apresentadas, não necessariamente complementares, justificaria a sua votação individual de modo a serem reconhecidas as prioridades para os membros da Ordem dos Arquitectos. A aglutinação e não votação das recomendações ou moções anula o verdadeiro significado democrático do funcionamento do Congresso na expressão de divergências, o associativo em conjunto e não por consenso.

Carla Lima Vieira esclareceu que foi uma decisão da Comissão de Redação, à semelhança daquilo que tem sido a prática nos últimos congressos.

Rodrigo Lino Gaspar questionou se foi referida alguma questão sobre o combate à precariedade na profissão

expressa na recomendação apresentada ao Congresso pela Comissão da Juventude.

Carla Lima Vieira informou que toda a documentação estaria disponível no site do Congresso, para que possa ser conhecida de todos com mais cuidado.

Carlos Marques da Silva referiu não se rever nestes consensos e votos globais.

Cláudia Escalreira considerou poder ser o momento de alterar hábitos para garantir mudanças mais efetivas e concretas. Miguel Judas afirmou concordar com Cláudia Escalreira e sugeriu a publicação de todos os textos lidos no Congresso para refletir o ocorrido.

Carla Lima Vieira respondeu que essa questão estará devidamente assegurada nas Atas do 16.º Congresso.

VOTAÇÃO DE MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES AO CONGRESSO

Não havendo mais questões, Guilherme Machado Vaz deu início à realização das votações, que decorreram ao longo de 15 minutos, tendo sido projetado o título da Moção e o tempo disponível em contagem decrescente.

Os trabalhos foram suspensos por mais 15 minutos para dar resposta àqueles que não conseguiram votar, a quem se solicitou que se deslocassem ao 1.º andar para assistência técnica. Informou que no sentido das reclamações havidas sobre o processo de votação foi pedido um esclarecimento e a Mesa foi informada que houve uma pessoa que não conseguiu votar online, sendo o colega identificado pela equipa técnica que o contactou e o seu voto, portanto, considerado. Na sala foram identificadas cerca de 20 pessoas cujo voto não foi considerado no sistema informático. Estes congressistas foram identificados e a equipa técnica proporcionou novo pin para que pudessem validar o voto.

O Secretário, João Carmo Simões, tomou a palavra para assinalar, em nome da Mesa do Congresso, ser de louvar a realização online do Congresso, alargando as possibilidades de participação. Agradeceu todo o esforço feito nesse sentido também no processo de votação e da colocação de questões que foram mantendo uma relação equitativa entre aqueles que estiveram à distância e aqueles que puderam

estar reunidos presencialmente. Agradeceu também à equipa informática que o proporcionou.

Jorge Figueira expressou, enquanto membro da Comissão Científica, o agradecimento a todo o Congresso, tanto àqueles que participaram localmente como aos que estiveram online, bem como aos funcionários que organizaram o evento, de uma extrema complexidade. Considerou ainda que foi extremamente gratificante, enquanto membro da Comissão Científica, conhecer os pequenos resumos para as apresentações realizados com enorme cuidado e rigor, tocando nos diversos temas, ou constelações temáticas, daquilo que é a Arquitetura, desde a construção, a ciência, a arte, o ativismo, a todas as preocupações mais correntes e atuais, sob o emblema da sustentabilidade, que permite falar sobre todas estas questões. O Congresso foi híbrido em muitos sentidos porque foi também uma conferência de arquitetura, um congresso científico e ainda o congresso de uma associação de arquitetos. Citou as palavras de Avelino Oliveira, sublinhando que a Ordem dos Arquitectos não é uma corporação, mas sim uma associação, no sentido mais belo do termo, e considerou que as ideias e testemunhos colocados à discussão demonstram que a instituição é sólida. O seu passado é extraordinariamente heróico, muitas vezes, e considerou que este Congresso esteve à altura dessa história e que, no momento em que é necessária uma instituição forte, ela tem futuro.

Carla Lima Vieira, enquanto membro das comissões Organizadora e Executiva do Congresso, quis expressar que tudo o que foi vivido ao longo destes três dias não teria nunca sido possível sem o tremendo empenho de uma equipa de funcionários que ao longo dos mesmos, e de alguns meses que antecederam este momento, acompanharam os trabalhos. O Congresso foi, pela primeira vez, realizado fora do Continente e também pela primeira vez realizado de forma híbrida, com todas as dificuldades e também todas as vantagens que o facto possa trazer. Foi bem exemplar de quanto vale a pena abrir o Congresso da Ordem dos Arquitectos, e não ser apenas um congresso que se fecha sobre si próprio, sobre aqueles que se reúnem numa sala, sobre os arquitetos. Foram ouvidas comunicações de pessoas que quiseram comunicar no Congresso dos Arquitectos trazendo a importância da interdisciplinaridade. É algo que deve ser transportado para o futuro.

Guilherme Machado Vaz passou ao anúncio do resultado das votações, que foi simultaneamente projetado no ecrã.

Relativamente à Moção Global de Orientação foram registados:

Número total de votos registados	235
Número de votos a favor	203
Número de votos contra	12
Número de abstenções	20

Passando à votação das Conclusões do 16.º Congresso foram registados:

Número total de votos registados	224
Número de votos a favor	178
Número de votos contra	25
Número de abstenções	21

Após a divulgação dos resultados, Guilherme Machado Vaz encerrou a Sessão Plenária de Deliberação.

MOÇÃO DO 16.º CONGRESSO DOS ARQUITECTOS

Da ambição à ação: pela qualidade, pela sustentabilidade da profissão, da instituição, da arquitetura e da paisagem

PELO ARQUITETO

Os arquitetos reclamam a sua função social: a arquitetura, o planeamento e a organização do território são domínios que atuam para o bem-comum e devem ser inequivocamente reconhecidos como de interesse público. A implementação da sustentabilidade na arquitetura não pode esquecer a sustentabilidade do próprio arquiteto, cuja carreira não está estruturada, nem no sector público, nem no sector privado.

A alteração necessária é de âmbito sistémico.

Os arquitetos precisam de clarificar a sua especificidade como corpo técnico capaz de posicionar-se num quadro sustentável e de estar presentes na resolução dos problemas prementes de oferta de qualidade e de sustentabilidade no seu exercício profissional.

É necessário um caminho para a desconstrução do labirinto burocrático em que o país se envolveu, reformulando um quadro regulatório desconexo, o que implica uma metodologia composta por parâmetros de definição de tarefas, de prazos, de custos e de recursos necessários.

Para a Ordem dos Arquitectos é uma missão e uma causa. A voz dos arquitetos deve ser ouvida e a Ordem deve ter um papel interveniente e um discurso claro e entendível por todos, arquitetos e não-arquitetos, sobre o valor da qualidade da arquitetura e da paisagem.

Propõe-se que a Ordem dos Arquitectos promova um debate sobre as questões de impacto nacional, regional e local, indo ao encontro dos problemas da sociedade, como referia Fernando Távora, *num profundo e indispensável humanismo*.

PELA INSTITUIÇÃO

A Ordem dos Arquitectos deve comprometer-se com a sustentabilidade na estratégia global da sua orientação e gestão, assegurando a sua sustentabilidade institucional, contribuindo assim para uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva e que viva em sintonia com o planeta.

O desenvolvimento de uma Estratégia Global de Sustentabilidade para a Ordem dos Arquitectos capacitará a instituição e os seus membros para uma melhor resposta no futuro, aqui assumindo o seu compromisso com uma cultura de responsabilidade socioambiental.

A sua implementação passará por um diagnóstico transversal, através da realização de uma auditoria, tendo em vista o estabelecimento de um programa de ação.

A criação de um Colégio de Sustentabilidade é indispensável, para capacitar as estruturas e os serviços da Ordem dos Arquitectos, e alimentar a reflexão necessária à alteração do paradigma de ação dos arquitetos, alinhando-o com os princípios do Desenvolvimento Sustentável, circular e regenerativo.

Propõe-se a elaboração e implementação de uma Estratégia Global de Sustentabilidade da Ordem dos Arquitectos que integre planos de ação monitorizados através de um observatório em articulação com o Colégio de Sustentabilidade, servindo a Ordem dos Arquitectos, os seus membros e a sociedade.

POR UMA LEI DA ARQUITETURA E DA PAISAGEM

O caminho dos arquitetos na defesa de uma Política de Arquitetura para Portugal tem sido longo, considerada a importância atribuída pela nossa Constituição aos temas da habitação, do urbanismo e do ambiente, na sua evocação da arquitetura e daquele que é o seu desígnio – a qualidade de vida dos cidadãos – e o seu interesse – o bem-comum.

A Política Nacional de Arquitetura e Paisagem propôs, em 2015, uma visão para o País que referencia a arquitetura e a paisagem como recursos estratégicos e que aponta para um crescimento territorial sustentável, capaz de promover a qualidade ambiental, valorizar o património construído e a identidade dos lugares. Sublinha a sua pertinência para a sustentabilidade ambiental, social, económica e também para a sustentabilidade cultural.

Enquanto arquitetos, também cidadãos, e enquanto Ordem dos Arquitectos, exigimos mais. Pela qualidade e pela sustentabilidade dos nossos territórios, é tempo de passar da ambição à ação, da orientação à vinculação, pela qualidade da nossa arquitetura e da nossa paisagem. Exigimos uma Lei da Arquitetura e da Paisagem para Portugal.

Este instrumento deve ser eficaz e decisivo para o desenvolvimento sustentável nas suas várias vertentes e na promoção, disseminação e validação das ações para a proteção da qualidade da arquitetura e da paisagem.

Deve reconhecer o interesse público da arquitetura e da paisagem de qualidade e o seu interesse prevaLENTE – pela proteção da saúde, da segurança, do conforto, da educação, da cultura, do ambiente e do património coletivos, pelo interesse público e pelo bem-comum.

Deve, ainda, promover e proteger a qualidade dos serviços de planeamento, projeto e gestão da arquitetura e da paisagem, em consonância com o reconhecimento do interesse público destes serviços.

A Ordem dos Arquitectos deve assumir-se como mediadora central de construção deste instrumento, através de um processo coletivo, colaborativo e transversal – às profissões, às instituições, às administrações e às populações.

Garantindo que as políticas ligadas à arquitetura e à paisagem estão subordinadas ao princípio da qualidade, propõe-se passar da Política à Lei para fomentar, difundir e proteger a qualidade da arquitetura como bem de interesse público e, enquanto tal, defendido pelos poderes públicos no âmbito das respetivas competências.

Roteiro para a mudança: qualidade e sustentabilidade para construir o nosso futuro

Com os motes da circularidade, transição digital, inclusão e governança, este congresso demonstrou que a mudança para a qualidade com sustentabilidade é possível e que importa a todos, dentro e fora da comunidade técnica que aqui se encontrou.

Ficou claro nesta ampla reunião que o caminho para essa mudança é muito exigente e também desafiante e mobilizador, implicando domínios onde o arquiteto desempenha variados papéis:

- o conhecimento interdisciplinar em atualização permanente;
- a regulamentação viável da construção e da profissão;
- a garantia de condições para o exercício da profissão;
- a atualização tecnológica;
- a inclusividade e resposta a emergências sociais,
- a participação dos arquitetos na administração pública com papéis de liderança favoráveis à disseminação da qualidade; e naturalmente,
- a criatividade arquitetónica.

A conjuntura atual de crise económica e de guerra em território Europeu é um momento grave a que os arquitetos devem dar resposta e que acentua o desafio da crise climática e energética. A guerra é a antítese da arquitetura, da sustentabilidade e da ecologia, é a destruição da vida. O impacto carbónico da Guerra e a crise inflacionista não nos devem travar no caminho para a sustentabilidade ambiental, energética e climática. A sustentabilidade é uma esperança e uma oportunidade de criação de um novo futuro, já traçado desde há muito pelas bases da Economia Ecológica, pela teoria dos Limites do Crescimento, e pelos movimentos sociais de várias geografias.

Num momento em que as desigualdades sociais, intergeracionais e planetárias se agudizam, os arquitetos precisam de se capacitar para responder aos desafios. Esta é a mudança de paradigma que se impõe, pois os arquitetos foram agentes da escalada carbónica no passado concretizando modos de produção e consumo industriais. Hoje, somos responsáveis por tentar contribuir para a contração carbónica e para um extrativismo decrescente e de circularidade contínua. Expandir os Rs incluindo o recusar, reduzir, reutilizar, reciclar e reinventar, a que se acrescenta o cuidar e manter. E ponderar dizer não.

Mas qual o caminho?

O 16.º Congresso da Ordem dos Arquitectos - Qualidade e Sustentabilidade para construir o futuro, resultou num momento histórico para a instituição, ultrapassando as 900 inscrições e reunindo conteúdos que podem ser visualizados posteriormente em acesso livre.

Foi evidente a convergência quanto à importância da sustentabilidade, assente na consciência da finitude dos recursos e do reconhecimento da biosfera como a casa comum. É assinalável a grande diversidade e representatividade da nossa comunidade disciplinar, que pôde aqui expor o seu pensamento, aspirações e preocupações sobre a matéria, desde os diferentes pontos de vista: da prática arquitetónica e urbanística, do projeto, do planeamento, da regulação, da administração e governação, da encomenda e contratação, e também da teoria e investigação.

Vimos ao longo do congresso, em palestras, moções, comunicações e recomendações que para continuar a construir a cidade e o território, criar e recriar habitação para todos e mostrar que a arquitetura tem soluções é necessário

estabelecer um roteiro para a mudança com base nas seguintes orientações:

- preservar e valorizar o ciclo de vida dos edifícios;
- não deixar condicionar a inovação conceptual da arquitetura pela regulamentação;
- planear e implementar a transição digital do sector;
- reforçar a qualidade do projeto como garantia do interesse público;
- garantir que toda a habitação é construída com o mesmo critério de qualidade e equidade;
- garantir um compromisso pelo direito universal à arquitetura;
- continuar na dianteira da revisão do regime das acessibilidades;
- promover um urbanismo instrumental, democrático e de qualidade;
- promover a literacia ambiental a partir de um colégio de especialidade da Sustentabilidade;
- melhorar a qualidade da organização institucional da Ordem;
- refletir sobre a ética profissional informando a redação do código deontológico;
- reorganizar a peritagem e revisão de projeto;
- melhorar a comunicação com os membros e entre as estruturas da Ordem;
- promover, valorizar e sensibilizar para a Arquitetura e Paisagem.

Vale a pena reforçar âmbitos prementes: as intervenções abordaram a otimização dos recursos na construção e a aplicação do conhecimento que temos sobre energia e clima e suas implicações na organização do espaço e do território. Foi recomendada a fusão com a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas;

Abordaram, também, a inventariação e reativação do património local e do edificado comum, a simplificação e implementação dos instrumentos de gestão territorial, a ampliação dos conteúdos do ensino, e ainda a urgência da habitação, que merece especial destaque.

A construção ou requalificação de habitação deve ser uma oportunidade de reinvenção do espaço público, garantido o direito à cidade. Neste momento de urgência deve-se repensar e encontrar novos instrumentos para dar continuidade à cidade para todos. O quadro regulamentar condiciona a qualidade dos projectos e a resposta adaptada às necessidades da vida contemporânea. Assim, e não só

para habitação, o congresso indicou a necessidade de um Código de Edificação que consagre os princípios de todas as dimensões de sustentabilidade.

Este encontro marca a maturidade do momento que atravessamos, de superação da tomada de consciência, para sermos agora agentes da necessária e urgente mudança. Nesse sentido, ficou clara a importância de criar uma nova estrutura capaz de promover as ações da transição ecológica no apoio à prática arquitectónica e urbanística, através de um Colégio de Especialidade que concentre o tema do ambiente, da ecologia e da sustentabilidade.

Num momento de inevitável transição digital - no projeto, como no licenciamento - qualificar a prática profissional implica passar da sobre-legislação para a promoção e disseminação de boas práticas e orientações que permitam o cumprimento de objetivos de interesse público.

O domínio do arquiteto e projetista expande-se para além da conceção de objetos e edifícios, retomando áreas de intervenção negligenciadas, um renovado papel na administração pública, novos métodos de planeamento e de investigação, novos âmbitos de informação, de conceção e (re)construção.

A profissão será diferente da de gerações anteriores. Com responsabilidades de futuro, dando nova atenção aos processos de regeneração, à habitabilidade, ao conforto e segurança do que é construído e aos fluxos de materiais e de emissões de carbono incorporados nestes processos. Com esta visão, a comunidade técnica sai reforçada deste congresso, coesa, unida, mas também mais aberta ao que se passa fora dela, às necessidades da sociedade nas gerações presentes e futuras. Ficamos conscientes da relevância em assumir a dianteira em iniciativas centrais para o interesse público e o exercício da profissão.

O valor do local e a fixação do arquitecto no território, considerando as assimetrias das entidades da administração pública e a necessidade de um trabalho situado dará a garantia de melhores resultados no ambiente e na paisagem - que são o legado que deixamos às gerações futuras.

A Região dos Açores, este lugar que acolheu tão bem o Congresso, é um território vulnerável, que se encontra nas encruzilhadas que discutimos. E, por essa razão, é sem dúvida o local certo para assumirmos um compromisso para com o roteiro para a mudança.

SESSÃO DE
ENCERRAMENTO

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Guilherme Machado Vaz, Presidente do Congresso e da Assembleia Geral da Ordem dos Arquitectos
Nuno Costa, Presidente do Conselho Diretivo Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos
Gonçalo Byrne, Presidente do Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Arquitectos
Ruth Schagemann, President of the Architects' Council of Europe
Fernanda Rodrigues, Secretária de Estado da Habitação
Ana Abrunhosa, Ministra da Coesão Territorial [online]
Luís Carlos Correia Garcia, Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Todos os membros da Mesa agradeceram e saudaram as entidades e personalidades, os convidados nacionais e internacionais, os oradores e os arquitetos participantes no 16.º Congresso dos Arquitectos.

Guilherme Machado Vaz deu início à sessão, usando da palavra, referindo o «número massivo» de arquitetos que responderam à convocatória do Congresso, presencialmente e online, assim reconhecendo a importância do 16.º Congresso, que considerou "um momento de partilha e reflexão profunda". Fez um agradecimento particular à Secção Regional dos Açores, às autoridades de Ponta Delgada e da Região Autónoma dos Açores pela "generosa recepção na ilha de São Miguel que, durante uns dias, foi também a casa dos que a demandaram". Enquanto Presidente do Congresso fez um balanço positivo dos três dias de trabalhos intensos e da "participação robusta e ativa dos membros da Ordem; um sinal forte de esperança no futuro".

Considerou que as três moções apresentadas devem ser encaradas com seriedade e entendidas como contributos complementares para que os arquitetos e a Arquitetura percorram um novo caminho. O Colégio da Sustentabilidade, a regulação da profissão, uma Lei da Arquitetura e da Paisagem em Portugal são algumas das propostas concretas e essenciais para a profissão e para o país. A complementaridade destas propostas convergiu num documento comum e poderoso, em resultado da união, que permite a construção de uma presença forte nas lutas que se avizinham.

Sublinhou a importância da recomendação da Comissão para a Juventude, uma vez que esta luta será prosseguida pelas novas gerações. Afirmou que o debate e a reflexão que decorreram das sessões sectoriais, bem como as recomendações, permitem definir objetivos concretos, que não dispensam múltiplos sentidos na relação entre os arquitetos, a arquitetura e um modo de estar e de fazer sustentável e de qualidade. Evocou as conferências dos convidados estrangeiros e referiu, citando lñaqui Carnicero, que "o arquiteto é, ao dia de hoje, aquele que tem como objetivo melhorar as condições de vida das pessoas".

O Presidente do Congresso considerou que os arquitetos "têm as bases para trabalhar em prol da profissão e de uma arquitetura de qualidade na relação com o território, com os seus recursos naturais, com a sua paisagem e

com a sociedade". Para que os arquitetos possam agir é fundamental que o seu trabalho se foque, de um modo inequívoco e inadiável, na qualidade e na sustentabilidade da profissão, pois apenas no exercício pleno de uma profissão saudável poderão contribuir de forma significativa para a sustentabilidade do planeta.

Cotejando o poeta argentino Roberto Juarroz, lembrou que é urgente reconhecer e descobrir todos os sentidos da Arquitetura, e explorá-los, sabendo que os arquitetos estarão a embarcar numa viagem com destinos incertos, mas com importantes recompensas em cada uma das suas etapas: o Congresso foi uma delas e a presença de todos garantiu todos os sentidos desta reunião.

Gonçalo Byrne anunciou que a Declaração dos Açores pretende estabelecer o compromisso dos arquitetos portugueses com o desenvolvimento sustentável e consciente das mudanças ambientais e sociais. Um compromisso que será levado ao próximo Congresso da União Internacional dos Arquitetos, a realizar em julho em Copenhaga, com o tema 'Sustainable Futures. Leave no one behind'. Ao fechar os três dias de trabalho, afirmou, com segurança, que os contributos reunidos serão a base para essa Declaração, um compromisso pela mudança que todos precisamos de alcançar, alimentado e reforçado com a participação de mais de novecentos conferencistas.

Nunca como agora o desafio foi tão grande – recordando as suas palavras na sessão de abertura, num tempo de pós-pandemia, alterações climáticas e guerra. A guerra é a antítese da Arquitetura e da própria sustentabilidade. Vivemos tempos terríveis, de urgências constantes, uma situação desesperante que os arquitetos, com o otimismo que é da sua natureza, reconhecem como uma oportunidade, que se obrigam a construir.

Para Gonçalo Byrne ficou claro, nesta reunião magna de arquitetos, que são parte da solução para a sustentabilidade das nossas cidades, do nosso território, com qualidade para todos. Foi referida a governança para a qualidade e a habitação sustentável e inclusiva. Resultou o compromisso de promover a codificação da legislação, num todo coerente com a participação das ordens profissionais, a efetivar num tempo breve embora reconheça que o processo seja complexo e longo. Resultou ainda o compromisso de desenvolver e implementar uma plataforma digital e interoperável de

âmbito nacional destinada às operações de loteamento, operações urbanísticas e aos trabalhos de remodelação de terrenos. Deu-se resposta a algumas das preocupações dos arquitetos, porquanto a responsabilização é inerente à profissão, por princípio, por imperativo ético, por compromisso permanente com a qualidade de vida dos cidadãos. Espera que, perante o compromisso assumido, quem governa tenha igual sentido de responsabilidade, pela qualidade, pela sustentabilidade, pelo bem-comum. Foi questionado o papel da sustentabilidade, da ecologia, e da ética na prática da arquitetura. Foi reconhecido que o exercício da profissão será necessariamente diferente do de gerações anteriores e foram ouvidas as palavras dos jovens, que reclamam já não o serem, apontando o caminho a essa mudança.

Perante os desafios que enfrentamos exigem-nos que persigamos esse caminho; saímos do Congresso com um Roteiro para a mudança enquanto instituição, mas também enquanto arquitetos e arquitetas: "vamos construir o nosso futuro!"

Ruth Schagemann afirmou sentir-se honrada com o convite para participar no Congresso e mostrou-se interessada em continuar a discussão sobre a matéria da deliberação final em Copenhaga. Reconheceu o ativismo e os contributos de Gonçalo Byrne e Carla Lima Vieira, da Ordem dos Arquitectos, que definiu como um forte parceiro no Conselho dos Arquitectos da Europa (o CAE tem 30 anos de existência e representa 48 membros de 34 países num total de 600 000 arquitetos europeus). Num mundo que entrou numa nova era, em que a construção e o ambiente construído que vimos conhecendo não serão os mesmos de até aqui, importa sublinhar a natureza excepcional dos arquitetos, que tem de ser transportada para as próximas gerações, com uma promessa de futuro, com futuro. Face às alterações climáticas, à escassez de recursos e à crise energética, a Europa pretende ser o primeiro continente neutro em carbono até 2050. Para realizar esta transformação a União Europeia dirige explicitamente a mensagem de que o ambiente construído e de vida é uma parte importante da estratégia de mudança. Está na natureza da tarefa e corresponde à essência da profissão de arquiteto que as novas formas de pensar e conceber (*Green Deal, New European Bauhaus*) abram espaço para a ação. O Estudo

do Sector do Conselho dos Arquitectos da Europa demonstrou que os escritórios de Arquitectura na Europa, onde o futuro é concebido e planeado, são pequenas estruturas: 92% têm entre 1 a 5 empregados. A empresa é corajosa.

O futuro da construção, a chave para a proteção climática, assenta numa nova cultura de conversão que adapta edifícios e estruturas às exigências funcionais e estéticas em transformação nos ambientes urbanos e rurais. Ao mesmo tempo, uma nova linguagem contemporânea de conceção emerge da análise do existente e pode criar a *baukultur* de amanhã. Teremos de correr riscos elevados, de aceitar o fracasso, de forma que, passo-a-passo, a verdadeira inovação, conceito promissor e sustentável, possa emergir, recentrando a profissão ao serviço da viabilidade e da segurança.

"Os arquitetos são agentes da mudança e as suas pequenas unidades de produção são competentes". Foi com este espírito que concluiu, desejando a todos, enquanto agentes da mudança, o maior sucesso para transformar o futuro num lugar melhor para habitar. Fernanda Rodrigues, Secretária de Estado da Habitação, centrou a sua comunicação no tema 'A casa como causa comum'.

Contrapondo o uso residencial aos valores do imobiliário, à gentrificação e à desertificação, considerou que será, em particular, a comunidade dos arquitetos, através do redesenho e da reafirmação do conceito 'casa-comum', vetor central do Congresso, a poder responder aos desígnios da sustentabilidade, da ecologia, da ética e da prática, enquanto desafio global e inclusivo que a todos convoca para a visão de um território equilibrado e harmonioso e para a construção de um futuro ambiental, territorial, cultural e socialmente sustentável. Estes desígnios deverão constituir-se também como propósito das políticas públicas e, em particular, das políticas públicas de habitação.

Fernanda Rodrigues referiu também que uma das componentes críticas do problema da habitação são os indicadores sobre o peso - ou a sua inexistência - da propriedade pública e do arrendamento público, que representa cerca de 3% do total de arrendamento em Portugal. Existe um problema de equilíbrio entre as diferentes formas de oferta pública de habitação nas

cidades do Sul da Europa, pelo que aquilo de que necessitam é de mais intervenção pública e de muito mais arrendamento público, em paralelo com o arrendamento privado.

O que é recente e deveras preocupante é a transformação do mercado imobiliário numa experiência de investimento de capitais de risco - sem terem o risco. As casas deixaram de ser um fim para se tornarem um meio para atingir um qualquer outro fim. "O dinheiro serve para explicar os meios e os fins da cidade".

Em Portugal, cerca de 70% dos fogos habitacionais são propriedade dos seus residentes - uma das mais altas taxas da Europa. É por isso que se torna central, tomando emprestado o título de uma das sessões sectoriais do Congresso, afirmar que deveremos "repensar os recursos e adaptar para a casa-comum". Uma das propostas do programa governamental 'Mais Habitação', por exemplo, refere-se à mobilização para o mercado de arrendamento de uma parte dos 723 215 fogos devolutos existentes, públicos e privados. Temos cerca de 12% de fogos devolutos e um parque de arrendamento público que ronda somente os 3%. "É, portanto, repensando, reabilitando, reutilizando e adaptando o stock habitacional existente que estaremos também a construir de forma sustentável o nosso futuro comum".

Será por aqui que deverão entrar os novos modelos construtivos e as novas abordagens aos processos de licenciamento que estão consagrados no Programa: os métodos e soluções construtivos conjugados com análises de *lifecycle assessment* (avaliação do ciclo de vida) e de *lifecycle cost* (avaliação do custo de vida), os novos materiais de construção, preferencialmente de origem natural ou produzidos segundo os princípios da circularidade, e os novos modelos de habitação poderão constituir-se como importantes elementos na definição de uma rápida resposta a um desígnio presente. A tudo isto acrescerá a simplificação dos atuais, imensamente burocráticos, processos de licenciamento: a sua uniformização, a sua standardização e a sua desburocratização. "Devemos reservar o tempo para o projeto, e é nesta disciplina que a Arquitectura se gosta de rever e é na casa que o desafio se torna mais relevante para qualquer arquiteto e para o qual evidencia maior prazer em enfrentar".

Pede-se, pois mudança. Nós somos os agentes da mudança aos mais diversos níveis. A urgência do problema obriga-nos a repensar e a adaptar-nos para concretizar uma causa comum: a casa.

Online, a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, esclareceu na sua mensagem que a coesão territorial tem, por grande desígnio, a redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diferentes regiões, que se referem não apenas a questões socioeconómicas, mas também, e sobretudo, à qualidade de vida que todos os territórios oferecem às suas populações. Uma qualidade de vida à qual a Arquitetura está intimamente ligada.

A política de coesão, através dos fundos europeus, tem sido determinante para capacitar e melhorar os nossos territórios, nomeadamente na área da reabilitação urbana. Demos, nos últimos anos, um enorme salto qualitativo nas condições de vida que as nossas regiões oferecem.

A política de coesão tem também feito o caminho do desenvolvimento urbano sustentável, cuja relevância tem vindo a aumentar nos diferentes quadros europeus. É uma constatação que no Portugal 2020 investimos muito na regeneração urbana e este investimento será reforçado no próximo quadro comunitário, Portugal 2030. Salientou a iniciativa Novo *Bauhaus* Europeu, lançada pela Comunidade Europeia em 2020, um movimento associado ao Pacto Ecológico Europeu que se assume como promotor da sustentabilidade, da beleza e da inclusão e, consequentemente, como uma peça-chave na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Um movimento criativo e transdisciplinar naquilo que é o desenvolvimento urbano sustentável será um conceito determinante nos projetos que venham a ser aprovados. O conceito assenta na sustentabilidade e, portanto, os objetivos climáticos, de circularidade, poluição zero e de promoção da diversidade são absolutamente fundamentais. O outro valor é o da estética, onde para além da funcionalidade se evidencia a qualidade da experiência e do estilo e, por fim, a inclusão, ou seja, a promoção da diversidade e a garantia da acessibilidade física e da acessibilidade dos preços.

"Construir o nosso futuro" é, por isso, um tema que está completamente alinhado com a tendência que a política de coesão tem dado à política urbana, mas também com

os objetivos do programa Portugal 2030. A abordagem territorial deste novo ciclo de apoios europeus prevê a reorganização e a qualificação da oferta e a provisão de serviços públicos e coletivos de interesse geral, e ainda a resposta estruturada dos equipamentos coletivos face aos novos desafios: demográfico, climático, o de assegurar a acessibilidade para todos garantindo territórios e equipamentos inclusivos, mais resilientes e que reforcem a qualidade de vida das populações, a sustentabilidade e a adequada articulação entre o urbano e o rural. São desafios a que as intervenções de reabilitação, regeneração urbana e mobilidade urbana, sustentável, terão de dar respostas.

"É na pluralidade das regiões e de todos os seus parceiros que estes desafios vão ser vencidos. Para tal contamos com um parceiro fundamental, a Ordem dos Arquitectos e os seus associados, para juntos construirmos o nosso futuro", afirmou.

Luís Carlos Correia Garcia destacou as condições de desigualdade impostas pela situação periférica do Arquipélago dos Açores, saudando a descentralização dos trabalhos que aí decorreram, pela primeira vez. Referiu também a descentralização da Ordem nos Açores, onde a Secção Regional se tem mostrado incansável a levar mostras de Arquitetura e debates a todas as ilhas, estabelecendo parcerias com os municípios e incentivando os seus responsáveis a participarem ativamente na discussão pública. Recordou a importância do desenvolvimento sustentável, que tem estado na ordem do dia, seja a nível internacional, com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, ou nas instituições europeias, onde se tenta convergir no mesmo sentido. Cumprimentou a Ordem dos Arquitectos pela escolha dos temas deste 16.º Congresso: qualidade e sustentabilidade, de facto, duas palavras-chave para bem conseguirmos construir o nosso futuro, e apelou ao seu contributo insubstituível na inversão da tendência centralista do país.

Abordou as preocupações da Ordem, nestes últimos dias, que têm passado também pelo debate do tema dominante nas últimas semanas: o pacote de medidas para a Habitação anunciado pelo Governo da República. A nível nacional existe consenso sobre a necessidade de reforço da habitação pública e de maior apoio às rendas.

A realidade das casas devolutas nos Açores está identificada no Censo de 2021: quase 4 000 casas devolutas na Ilha de São Miguel, cerca de 1982 em Ponta Delgada.

Considerou ser necessária uma estratégia eficaz para a aplicação dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente a existência de uma excelente articulação e dinâmica entre os poderes local, regional e nacional, para que seja possível a sua boa execução. Mais do que discutirmos se estes fundos são ou não suficientes para debelar o problema da Habitação, é preciso pôr mãos à obra para aplicar bem. Toda esta problemática se intensifica quando percebemos que o problema da Habitação se alia a outro, tão ou mais premente, como é o despovoamento dos nossos territórios, sobretudo os mais periféricos. Se queremos captar e fixar jovens temos seguramente de assegurar-lhes uma habitação condigna. Lisboa recebe tanto do PRR como 28⁺ concelhos portugueses em conjunto. Esta comparação faz-nos pensar sobre o país que hoje somos e temos, centrado e concentrado em Lisboa e no Porto, mas também no país que necessitamos de construir com todos os nossos territórios, desenvolvidos e povoados de forma equilibrada.

"A Ordem dos Arquitectos tem, de facto, um papel e uma palavra a dizer", afirmou o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Inverter esta tendência exige de todos nós, desde logo, a adoção de políticas públicas diferentes. Exige de todos nós, agentes políticos e agentes sociais, económicos e profissionais, de que a Ordem é um bom exemplo. Deixou o desafio "para que a Ordem dos Arquitectos faça ouvir a sua voz avalisada e experiente, dando o seu contributo insubstituível na inversão da tendência centralista do país. Nesta temática, tão importante e determinante para o nosso futuro, precisamos de gente que saiba do que fala", reforçou, deixando um apelo para que "os arquitetos deem continuidade ao repto que tornaram público, elevando o debate a outro nível". Apelou a que apresentem contributos válidos para que o Programa 'Mais Habitação' volte ao Conselho de Ministros mais consubstanciado e adequado à realidade nacional, sem esquecer as especificidades regionais, muito diferentes das realidades dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, afirmando confiar esta tarefa aos arquitetos.

MENSAGEM AOS CONGRESSISTAS

O Presidente da República felicitou o Congresso pela escolha do inspirador local da sua realização, pela qualidade dos oradores e pela ambição manifestada nos temas tratados, demonstrativa da consciência da Ordem dos Arquitectos do poder da transformação e dos desafios coletivos que todos enfrentamos. A noção de finitude dos recursos do planeta, as alterações climáticas, o consumo energético e a redução da pobreza energética constituem um desafio coletivo, de toda a sociedade, envolvendo a academia, as empresas e todos os cidadãos.

O papel desde sempre decisivo dos arquitetos na construção da cultura e da história torna-se assim cada vez mais complexo, e a qualidade dos arquitetos portugueses é reconhecida mundialmente, num momento em que a qualidade de vida é um tema em debate na Europa e a nível transcontinental. O direito fundamental de acesso à habitação está longe da concretização, sendo necessária a colaboração de todos, e em especial dos arquitetos.

Marcelo Rebelo de Sousa endereçou dois pedidos ao Congresso.

Primeiro, a transcrição e divulgação das conclusões do Congresso, que poderão constituir um importante repositório de conhecimento.

Segundo, contribuir para a melhoria das políticas públicas, pronunciando-se sobre medidas como o programa Mais Habitação, em fase de consulta pública. Para além das medidas concretas, é importante o diagnóstico do contexto em que se inserem, quanto à problemática da habitação na sociedade portuguesa, o que poderá antecipar problemas, melhorar análises e contribuir para aperfeiçoar soluções.

O Presidente considerou que, para além do prestígio mundial, à arquitetura portuguesa é devida uma verdadeira mudança da sociedade - realizada por sucessivas gerações de arquitetos, ao longo dos séculos XX e XXI - e que, de novo, o seu papel é determinante para dar continuidade a essa transformação - possivelmente, até, com um salto qualitativo na nossa Casa Comum, de que todos precisamos, para tal contando com os arquitetos.

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República Portuguesa

RECLAMAÇÕES E RESPOSTAS

RECLAMAÇÕES E RESPOSTAS

RECLAMAÇÃO APRESENTADA POR CÉSAR LIMA COSTA, OA 6512 email datado de 3 de março

Exmo. Sr.

Presidente do XVI Congresso da ordem dos Arquitectos.
Distinto Colega Guilherme Machado Vaz

Venho pela presente comunicação dar-lhe nota do meu veemente protesto e repúdio pela forma antidemocrática como foram impedidos de apresentar as moções, os colegas que o pretenderam fazer na sessão plenária do dia 02.03.2023, em clara violação do disposto na alínea f do artigo 11.2 das normas do XVI congresso da OA.

Mais ainda se repudia a presença e intervenção na Mesa de uma Colega que é subscritora de uma moção, na mais elementar violação das normas de independência que deviam reger o mais alto órgão da Ordem dos Arquitectos. Mais se solicita que esta reclamação seja lida em plenário e apensa as actas do referido congresso.

Com os meus melhores cumprimentos.

César Lima Costa
Ordem dos Arquitectos nº. 6512

RESPOSTA DO PRESIDENTE DO CONGRESSO email datado de 17 de março

Ex.mo Senhor Arquitecto
César Lima Costa,

Acusamos a receção do seu email datado de 3 de março 2023, o qual mereceu a melhor atenção da Mesa do 16.º Congresso dos Arquitectos.

Atenta a reclamação sobre a condução dos trabalhos, e ouvida a restante mesa do congresso esta deliberou rejeitar

a mesma por falta de manifesto fundamento legal.

Cabe ao Presidente do Congresso conduzir os trabalhos do mesmo e dar a palavra a cada representante de cada moção para expor a sua moção, e foi isso que foi feito, tendo-se chamado a atenção que a exposição era da moção, porque é esta e não outra que deve ser apresentada, sob pena de inaceitável violação das normas do congresso.

Quer a reclamação apresentada, quer esta deliberação, será anexa às atas do Congresso.

Apresento os meus melhores cumprimentos,

Guilherme Machado Vaz
Presidente do 16.º Congresso

RECLAMAÇÃO APRESENTADA POR JORGE TEIXEIRA, OA 5101 email datado de 3 de março

Ex.mo sr Presidente da Mesa do XVI Congresso do Arquitectos, colega Guilherme Machado Vaz.

Dirijo-me ao plenário do Congresso para, deste modo, reclamar do procedimento adoptado pelo seu Presidente aquando da apresentação da Moções no passado dia 2 de março.

Sendo a condução dos trabalhos uma competência do Presidente da Mesa e na ausência de um quadro legislativo ou regulatório exaustivo sobre cada procedimento na forma como essa condução deve ser realizada, sobra-nos sempre o bom-senso. Bom-senso esse que faltou nas palavras que dirigiu aos colegas Rui Morbey Souto e Avelino Oliveira quando da apresentação das Moções das quais são os primeiros subscritores, condicionando o modo como, cada um deles, deveria fazer a sua apresentação.

Saberá o colega Guilherme Machado Vaz que apresentação e leitura da Moção são matérias de natureza diferente ainda que correlacionadas. Saberá, a título de exemplo, distinguir a apresentação de um projecto da mera leitura da sua memória descritiva e justificativa. Saberá também que na condução dos trabalhos é legítimo limitar os tempos (de acordo com o definido em regulamento), obrigar a recenrar o discurso ou calar até, quando alguém usa linguagem ofensiva. Em momento algum pode a Mesa ou o seu Presidente condicionar o modo como cada congressista escolhe dirigir-se ao plenário no uso legítimo da palavra. A interpretação que fez do regulamento afigura-se-me grosseiramente abusiva e não pode resultar do texto do regulamento deste congresso que refere explicitamente "apresentação" e não "leitura" da Moção, ao contrário do que reiteradamente afirmou. Seria até um pouco inusitado restringir a "Apresentação" à mera leitura do texto quando este é, de acordo com o regulamento, já do conhecimento dos congressistas.

Sabendo que o Congresso é a reunião magna dos membros da Ordem dos Arquitectos e que esta deverá decorrer em clima de toda a liberdade, só poderemos classificar esta atitude como censória e isso já bastaria para justificar esta minha reclamação.

Não obstante, o Ex.mo Presidente da Mesa impediu de forma deliberada o recurso reiteradamente solicitado pelo colega Avelino Oliveira desta sua decisão para o plenário, confundindo o lugar que ocupa com o órgão a que preside. O plenário de uma qualquer reunião magna é soberano e é lá que quaisquer diferendos entre quem dirige os trabalhos e um qualquer membro devem ser esgrimidos e decididos. Foi isso que lhe foi solicitado e foi isso que o Exmo. Presidente impediu.

Esta atitude revela não só um inaceitável e profundo desconhecimento do modo de funcionamento do órgão, como uma inaceitável falta de cultura democrática que este Congresso dispensava.

Não é minha intenção que a reclamação que agora dirijo ao Plenário seja objecto de qualquer discussão, mas, por respeito democrático, não poderei impedir que outros colegas o queiram fazer. Exijo, tão somente, que esta minha reclamação seja lida ao plenário e que passe a constar das actas deste Congresso para memória e aprendizagem futuras.

Ponta Delgada, 3 de Março de 2023
Jorge Manuel Gomes Teixeira, OA 5101

RESPOSTA DO PRESIDENTE DO CONGRESSO email datado de 17 de março

Ex.mo Senhor Arquitecto
Jorge Manuel Gomes Teixeira,

Acusamos a receção do seu email datado de 3 de março 2023, o qual mereceu a melhor atenção da Mesa do 16.º Congresso dos Arquitectos.

Atenta a reclamação sobre a condução dos trabalhos, e ouvida a restante mesa do congresso esta deliberou rejeitar a mesma por falta de manifesto fundamento legal.

Cabe ao Presidente do Congresso conduzir os trabalhos do mesmo e dar a palavra a cada representante de cada moção para expor a sua moção, e foi isso que foi feito, tendo-se chamado a atenção que a exposição era da moção, porque é esta e não outra que deve ser

apresentada, sob pena de inaceitável violação das normas do congresso.

Quer a reclamação apresentada, quer esta deliberação, será anexa às atas do Congresso.

Apresento os meus melhores cumprimentos,

Guilherme Machado Vaz
Presidente do 16.º Congresso

RECLAMAÇÃO APRESENTADA POR DÉCIO BRUNO SANTOS FERREIRA, OA 15119 email datado de 4 de março

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa do XVI Congresso da Ordem dos Arquitectos, caro colega Guilherme Machado Vaz.

Venho por este meio dirigir-me à Comissão Organizadora através do colega, na qualidade de Presidente do Congresso, para fazer chegar a reclamação do procedimento adaptado durante a apresentação das moções no passado dia 2 de Março, segundo dia do Congresso.

Esta reclamação, centra-se, essencialmente, em DOIS PONTOS que considero inaceitáveis numa sociedade democrática, bem como no seio de uma organização que também queremos democrática e isenta.

PONTO 1

Sem querer centrar esta reclamação em explicações linguísticas sobre o significado semântico das palavras (afinal, sou um colega e mero arquitecto), parto de um princípio óbvio que todos sabemos que apresentação e leitura são duas palavras com sentidos e significados diferentes. Sendo o regulamento por si evocado durante as apresentações das moções dos colegas Rui Morley Souto e Avelino Oliveira, e não sendo claro no que se refere o regulamento quanto à "apresentação" (segundo o ponto 8.2 das normas do 16º Congresso dos Arquitectos: "8.2 - as moções de orientação são apresentadas oralmente em sessão de apresentação na sequência da abertura do Congresso"), resta, então, ao Presidente da Mesa de Trabalho, além de garantir o bom funcionamento dos trabalhos, o bom senso de saber coordenar esses trabalhos durante o maior e mais importante evento da nossa ordem. Apesar da vontade do colega Rui, bem como da insistente vontade do colega Avelino de, e peço desculpa pela redundância, recorrer ao recurso democrático de solicitar à audiência a votação entre "leitura" ou "apresentação", o Ex.mo Presidente não só não concedeu esse direito democrático (e, reforce-se, bom senso) à plateia, como também invocou insistentemente à Norma, que como referiu e bem, do conhecimento de todos os Congressistas: "apresentação" e não leitura. Restou, então, o bom senso do Sr. Presidente de insistir na leitura de uma moção que já é do conhecimento dos congressistas ao invés da sua

apresentação (diga-se "leitura obrigatória", em que podemos assistir a uma irrepreensível oratória do colega de uma moção já conhecida pelos congressistas).

PONTO 2

Querendo os membros da nossa Ordem que este Congresso, e na sequência, a Sessão Plenária de Apresentação realizada no passado dia 2 de Abril (2º dia do Congresso) isenta, não se compreende como é que a já referida Mesa do Congresso seja constituída por um elemento que subscreveu uma das Moções apresentadas (que Presidente da OA Byrne quando da moção apresentada "Proposta de Lei da Arquitetura e da Paisagem - da Ambição à Ação: Pela Qualidade da nossa Arquitetura e da Nossa Paisagem" referiu que a mesma foi subscrita por unanimidade pelos elementos que compõem o CDN), não demonstrando qualquer isenção quanto aos assuntos previstos durante a Ordem dos Trabalhos. E para minha indignação como congressista, essa mesma colega durante a apresentação da Moção "Arquiteto Sustentável" insistiu numa leitura e não "apresentação", sobrepôs-se àquilo que são as competências do Presidente da Mesa já referidas no Ponto anterior, demonstrando um claro desrespeito pelo Presidente e uma clara não isenção pela Ordem de Trabalhos a ser apresentada.

Estes dois pontos, considero, serem mais do que suficientes para justificar esta minha reclamação agora dirigida ao Plenário. Peço que esta minha reclamação seja parte das atas do XVI Congresso da OA.

Ponta Delgada, 4 de Março de 2023
Décio Bruno Santos Ferreira, OA 15119

RESPOSTA DO PRESIDENTE DO CONGRESSO

email datado de 17 de março

Ex.mo Senhor Arquiteto
Décio Bruno Santos Ferreira,

Acusamos a receção do seu email datado de 4 de março 2023, o qual mereceu a melhor atenção da Mesa do 16.º

Congresso dos Arquitectos.

Atenta a reclamação sobre a condução dos trabalhos, e ouvida a restante mesa do congresso esta deliberou rejeitar a mesma por falta de manifesto fundamento legal.

Cabe ao Presidente do Congresso conduzir os trabalhos do mesmo e dar a palavra a cada representante de cada moção para expor a sua moção, e foi isso que foi feito, tendo-se chamado a atenção que a exposição era da moção, porque é esta e não outra que deve ser apresentada, sob pena de inaceitável violação das normas do congresso.

Quer a reclamação apresentada, quer esta deliberação, será anexa às atas do Congresso.

Apresento os meus melhores cumprimentos,

Guilherme Machado Vaz
Presidente do 16.º Congresso

ORGANIZAÇÃO

COMISSÃO DE HONRA

Marcelo Rebelo de Sousa

Presidente da República

Augusto Santos Silva

Presidente da Assembleia da República

António Costa

Primeiro-Ministro

Duarte Cordeiro

Ministro do Ambiente e da Ação Climática

Marina Gonçalves

Ministra da Habitação

Ana Abrunhosa

Ministra da Coesão Territorial

Luís Carlos Correia Garcia

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

José Manuel Bolieiro

Presidente do Governo Regional dos Açores

Artur Lima

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores

Tiago Brandão Rodrigues

Presidente da Comissão de Ambiente e Energia

Alonso Teixeira Miguel

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Berita Cabral

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

José António Marcos Soares

Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores

Pedro do Nascimento Cabral

Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Alexandre Gaudêncio

Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande

Fernanda do Carmo

Diretora-Geral do Território

João Carlos dos Santos

Diretor-Geral do Património Cultural

Iñaki Carnicero

Director General of Urban Agenda and Architecture at the Spanish Ministry of Transport, Mobility and Urban Agenda

José Luis Coriés

Presidente da União Internacional dos Arquitectos

Ruth Schagemann

Presidente do Conselho dos Arquitectos da Europa

Rui Leão

Presidente do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa

Susana Mira Leal

Reitora da UA - Universidade dos Açores

Carlos Dias Coelho

Presidente da FAUL - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

António Pinheiro,

Presidente do Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura do IST - Instituto Superior Técnico

Teresa Madeira da Silva

Diretora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Helena Botelho

Diretora da Faculdade de Arquitetura da ULL - Universidade Lusfada de Lisboa

Ricardo Carvalho

Diretor do Departamento de Arquitetura da DA/UAL - Universidade Autónoma de Lisboa

João Pedro Sampaio Xavier

Diretor da FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Paulo Cruz

Presidente da Escola de Arquitetura, Arte e Design da EAAD -

Universidade do Minho

Sérgio Mendes

Diretor do Departamento de Arquitetura da ESAP - Escola Superior

Artística do Porto

Carlos Santos

Diretor da Faculdade de Arquitetura do - Centro Universitário Norte, UL/CUN - Universidade Lusfada

Pedro Ramalho

Diretor do Departamento de Arquitetura do Centro Universitário Lusófona - Porto da ULP - Universidade Lusófona

Mário Kruger

Diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa

Mariana Correia

Diretora do Departamento de Arquitetura da ESG - Escola Superior Gallaecia da Universidade Portucalense

Luís Pinto de Faria

Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFP - Universidade Fernando Pessoa

Luís Miguel Correia

Diretor do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, DARQ/FCTUC - Universidade de Coimbra

Victor Cavaleiro

Presidente do Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura da UBI - Universidade da Beira Interior

João Soares

Diretor do Departamento de Arquitetura da Escola de Artes da EU/EA - Universidade de Évora

Pedro Brandão

Antigo Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses

Francisco Silva Dias

Antigo Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses

Helena Roseira

Antiga Presidente da Ordem dos Arquitectos

João Belo Rodeia

Antigo Presidente da Ordem dos Arquitectos

João Santa-Rita

Antigo Presidente da Ordem dos Arquitectos

José Manuel Pedreirinho

Antigo Presidente da Ordem dos Arquitectos

COMISSÃO ORGANIZADORA

Guilherme Machado Vaz
Presidente do Congresso e da Mesa da Assembleia Geral

María Manuel Oliveira
Presidente da Assembleia de Delegados

Gonçalo Byrne
Presidente do Conselho Diretivo Nacional

Paula Santos
Vice-Presidente do Conselho Diretivo Nacional

Carla Lima Vieira
Secretário do Conselho Diretivo Nacional

Rui Serrano
Vogal do Conselho Diretivo Nacional

Nuno Costa
Presidente do Conselho Diretivo Regional dos Açores

COMISSÃO EXECUTIVA

Carla Lima Vieira
Secretário do Conselho Diretivo Nacional

Joana Seixas Nunes
Tesoureiro do Conselho Diretivo Nacional

Filipe Moita
Tesoureiro do Conselho Diretivo Regional dos Açores

Ricardo Paulino
Vogal do Conselho Diretivo Nacional

Ricardo Camacho
Coordenador da Comissão Técnica de Sustentabilidade

COMISSÃO CIENTÍFICA

Jorge Figueira
Vogal do Conselho Diretivo Nacional

Igor Espínola de França
Presidente da Mesa da Assembleia Regional dos Açores

Bruno Marques
Membro Comissão Técnica de Sustentabilidade

João Bento
Membro Comissão Técnica de Sustentabilidade

Inês Lobo
Coordenadora Comissão Técnica de Habitação

António Aguiar Costa
Coordenador Comissão Técnica para a Transição Digital

Diana Roth
Coordenadora Comissão Executiva Colégio do Património Arquitetónico

Silvia Benedito

COMISSÃO PARA A JUVENTUDE

Rodrigo Lino Gaspar

Ana Isabel Santos

Inês Vieira Rodrigues

Joana Martins

Miguel del Castilho

Pedro Maria Ribeiro

Rita Serra e Silva

Tiago Ascensão

Tiago Sá Gomes

COMISSÃO PARA O ENSINO DA ARQUITETURA

Jorge Figueira
Vogal do Conselho Diretivo Nacional

Professor João Pernão e Estudante Tomás Gomes
FAUL - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Professor Francisco Teixeira Bastos e Estudante Luís Azevedo
Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura do IST - Instituto Superior Técnico

Professora Gabriela Gonçalves e Estudante Vasco Castro
Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Professor Miguel Ângelo Silva e Estudante Mariana Marques
Faculdade de Arquitetura da ULL - Universidade Lusfada de Lisboa

Professor Telmo Cruz e Estudante Maria Arez Lopes
DA/UAL - Departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa

Professor Filipe Coutinho Quaresma e Estudante Cecília
Caírib Seixas

Departamento de Arquitectura e Urbanismo da ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa

Professora Teresa Calix e Estudante Eugénia Cadeia
FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Professor Francisco Ferreira e Estudante Francisca
Machado

EAAD - Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho

Professor Luís Rodrigues e Estudante Ricardo Fortuna
Departamento de Arquitetura da ESAP - Escola Superior Artística do Porto

Professor João Paulo Rapagão e Estudante Andreia Belo
Faculdade de Arquitetura do CUN-UL - Centro Universitário Norte da Universidade Lusfada

Professor João Pedro Seródio e Estudante Beatriz Silva
Departamento de Arquitetura do CULP - Centro Universitário Lusófona Porto, da Universidade Lusófona

Professor Luís Paulo Pacheco e Estudante Raúl López Andrés
Departamento de Arquitetura e Multimédia da ESG - Escola Superior Gallaecia da Universidade Portucalense

Professor João Castro Ferreira e Estudante Beatriz Vieira Pinto
Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFP - Universidade Fernando Pessoa

Professor Joaquim Almeida e Estudante Ana Francisca Sousa
Departamento de Arquitetura da FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Professor Amílcar de Gil e Pires e Estudante José Pereira
Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura da UBI - Universidade da Beira Interior

Professor João Soares e Estudante Vanessa Franco
Departamento de Arquitetura da EA/UE - Escola de Artes da Universidade de Évora

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Guilherme Machado Vaz
Presidente da Mesa do Congresso

Maria Manuel Oliveira
Presidente da Assembleia de Delegados

Gonçalo Byrne
Presidente do Conselho Diretivo Nacional

Joana Mourão
Relator da Sessão Sectorial 1 e 2

Patrícia Robalo
Relator da Sessão Sectorial 3 e 4

Susana Machado
Relator da Sessão Sectorial 5 e 6

Representantes dos subscritores das moções de orientação

CONTEÚDOS E EDIÇÃO

Carla Lima Vieira
Ricardo Camacho
Cristina Meneses

PRODUÇÃO

Joana Seixas Nunes
Ana Paulista
Andreia Soares

COMUNICAÇÃO

Ricardo Paulino
Renato Teixeira

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Cidalina Duarte

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Clélia Fernandes

APOIO E LOGÍSTICA

Célia Santos
Cláudia Almeida
Eduarda Ferraz
Fátima Marques
Lúcia Pires
Maria Correia
Rui Seco

IDENTIDADE GRÁFICA E SITE

V-A studio